

1º SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM CAMPINAS

**DELIQUÊNCIA ACADÊMICA
E UM XEQUE MATE NA
EDUCAÇÃO**

PÁG. 9

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL - Cr\$ 15,00 - Nº 39 - 27/11 A 2 DE DEZEMBRO DE 1978

NOVOS PARTIDOS: ONDE FICARÁ A OPOSIÇÃO?

**Saúde brasileira
vai de mal a pior**

PÁG. 8

Até 15 de novembro, mesmo entre os opositoristas, passou a ser voz corrente a idéia de que «o MDB já era». Iniciado o debate em torno dos novos partidos, duas articulações conquistaram logo um certo destaque: a de um Partido Socialista - PS - e a do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB -, este sob a liderança de Leonel Brizola.

Agora, dado os resultados eleitorais, que marcaram uma derrota do governo e o fortalecimento da ala mais consequente do MDB, retoma-se o

debate sobre a conveniência ou não da extinção imediata da atual sigla da oposição. Fernando Henrique Cardoso, Pedro Simon e Paulo Brossard, além de outros, já estão colocando a alternativa da continuidade do MDB («um MDB sem vacilantes», segundo Fernando Henrique).

No momento, qual a saída mais interessante: novos partidos mais definidos ou manutenção do MDB como frente de oposição? Pág. 3

31 MILHÕES DE
BRASILEIROS
PASSAM FOME!

O POVO NÃO
ESTA PREPARADO
PRA COMER,
MEU FILHO...



Repressão: A imagem do Brasil no Exterior.

Gerald Thomas, da Anistia Internacional, fala tudo o que sabe sobre prisões e torturas no Brasil. E anuncia -- para breve -- uma campanha internacional pela anistia ampla e irrestrita em nosso país. Tal campanha constará, inclusive, de passeatas e piquetes na Europa. Pág. 12



Gerald Thomas no EM TEMPO

(Foto: Ênio Brawns).

ELEIÇÕES

Depois da disputa eleitoral, abre-se a fase de balanços de campanhas e definição de novos planos. Na ordem-do-dia: como dar prosseguimento aos trabalhos iniciados, como se situar na reordenação partidária que se anuncia, etc. Depoimentos de quatro opositoristas eleitos: Cássio Gonçalves e Edgar Amorim (de Minas), Américo Copetti (do Rio G. do Sul) e Raimundo de Oliveira (do Rio de Janeiro). Pág. 5

Recado ao leitor

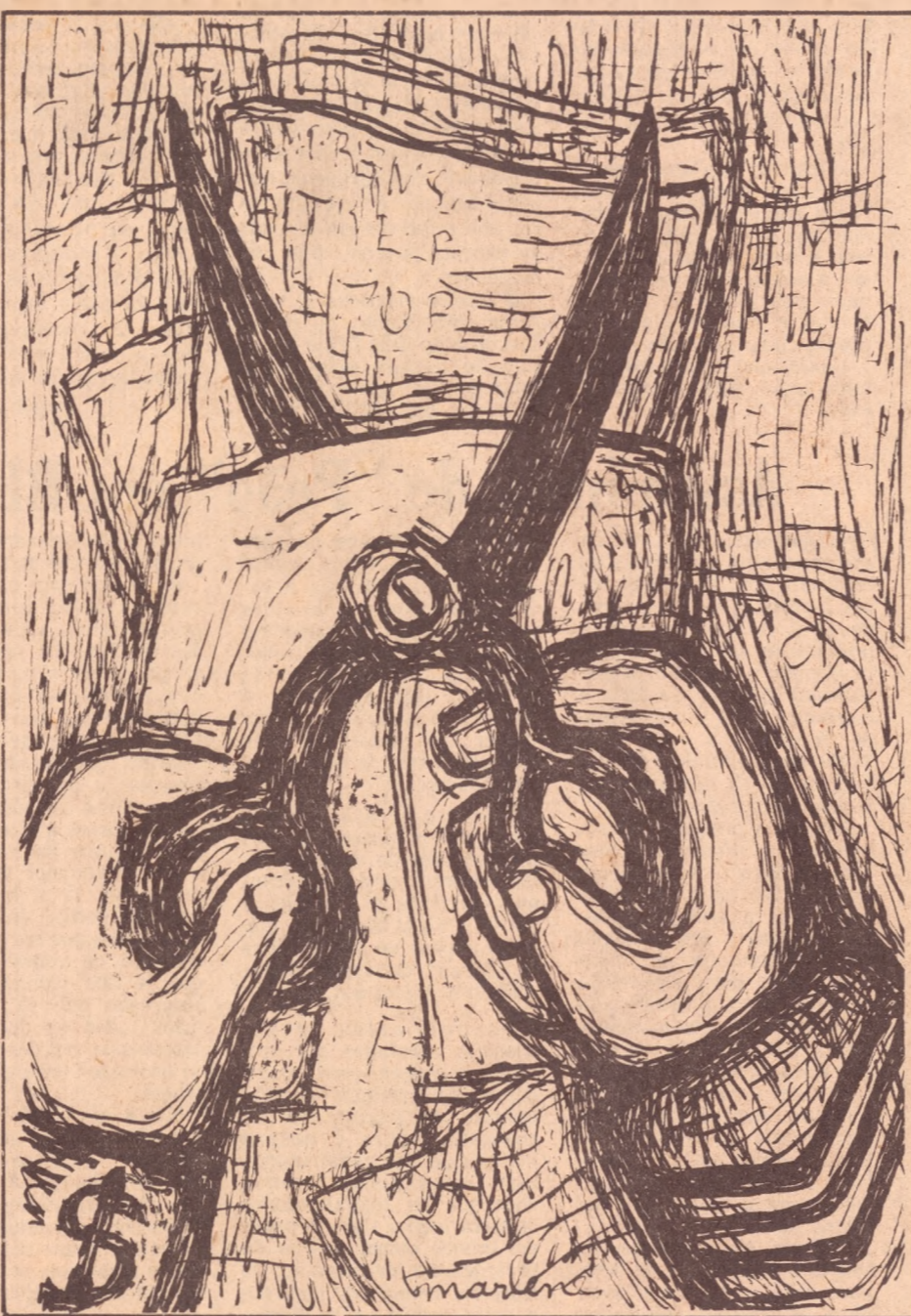
Há um ano nasceu EM TEMPO, visando subsidiar a oposição do ponto de vista dos trabalhadores. Apesar de nossa frente jornalística se organizar enquanto sociedade anônima, sua sobrevivência depende dos leitores e dos colaboradores. O sufoco econômico e a repressão que vimos sofrendo nestes meses, nos colocam, mesmo materialmente, no campo dos explorados e não dos patrões. As benesses do capitalismo brasileiro não chegam à nossa S/A.

Neste um ano a inflação nos estrangulou, chegando a níveis de também 50%. Os trabalhadores responderam com reivindicações e greves. E nós? Não sendo patrão nem empregado, não temos outra saída: apelar aos leitores para que nos concedam um aumento de 50%.

Assim, desde a semana passada, estamos pedindo uma contribuição de Cr\$ 15,00 por exemplar de EM TEMPO. As assinaturas semestrais e anuais continuarão com os mesmos preços até 31 de dezembro.

**Opções do
imperialismo:
como salvar
o xá do Irã?**

Página 9



O ABC da censura

O jornalista Perseu Abramo denuncia que a censura continua na imprensa brasileira, das maneiras mais diferentes, desde a apreensão de jornais, como o caso do semanário Movimento esta semana até as sutilezas da linguagem dos periódicos. Ele desmonta o sistema de censura e fez um dicionário, que você vai encontrar na pág. 11

Bóia-fria também quer fazer greve

É o que garante o lavrador Antonio Crispim, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos, interior de São Paulo, na segunda parte de sua entrevista. Pág. 7

Caçada na roça. Alvo: o camponês Saluzinho.

Exatamente há onze anos, a Polícia Militar de Minas empreendeu a mais bárbara caçada a um camponês, acusado de ser guerrilheiro. Foi no Norte do Estado. Tiroteio, bombas de gás, bananas de dinamite, gasolina incendiada e outras atrocidades não conseguiram desalojar o posseiro Saluzinho de uma gruta, onde ele se entrincheirou. Um repórter localizou Saluzinho numa roça próxima ao Rio São Francisco e ele conta agora toda a verdade sobre o episódio.

Pág. 6

**Candidatos
Populares:
A campanha
continua**

Editorial: Pág. 5

Cajá preso, de novo.

O Conselho Permanente de Justiça da 7ª Circunscrição Judiciária Militar-sediada em Recife, acaba de inventar um novo delito que não se encontra definido nem mesmo na draconiana Lei de Segurança Nacional ou no Código Penal Militar. Irritada com a entrevista que o estudante Edval Nunes da Silva (Caja) deu ao jornal Em Tempo logo após ter sido relaxada a sua prisão preventiva, onde Caja relatou as torturas e coações que sofreu, o Conselho Permanente mandou prender novamente Caja. Acontece, que o seu único «crime» foi dar esta entrevista, o que não é proibido por estatuto nenhum.

Na realidade, a decisão do Conselho Permanente de Justiça da 7ª CJM, é mais uma tentativa de intimidar Edval Nunes da Silva, para que este não continue denunciando as arbitrariedades que contra ele foram cometidas, que desmoralizam o processo judicial militar a que Caja responde em Pernambuco. A ilegalidade da nova decisão da 7ª CJM foi denunciada pelo advogado do estudante, que utilizando-se do código Penal Militar provou que «segundo o artigo 229, Caja só poderia ser preso novamente se as razões que justificaram anteriormente o primeiro decreto de prisão

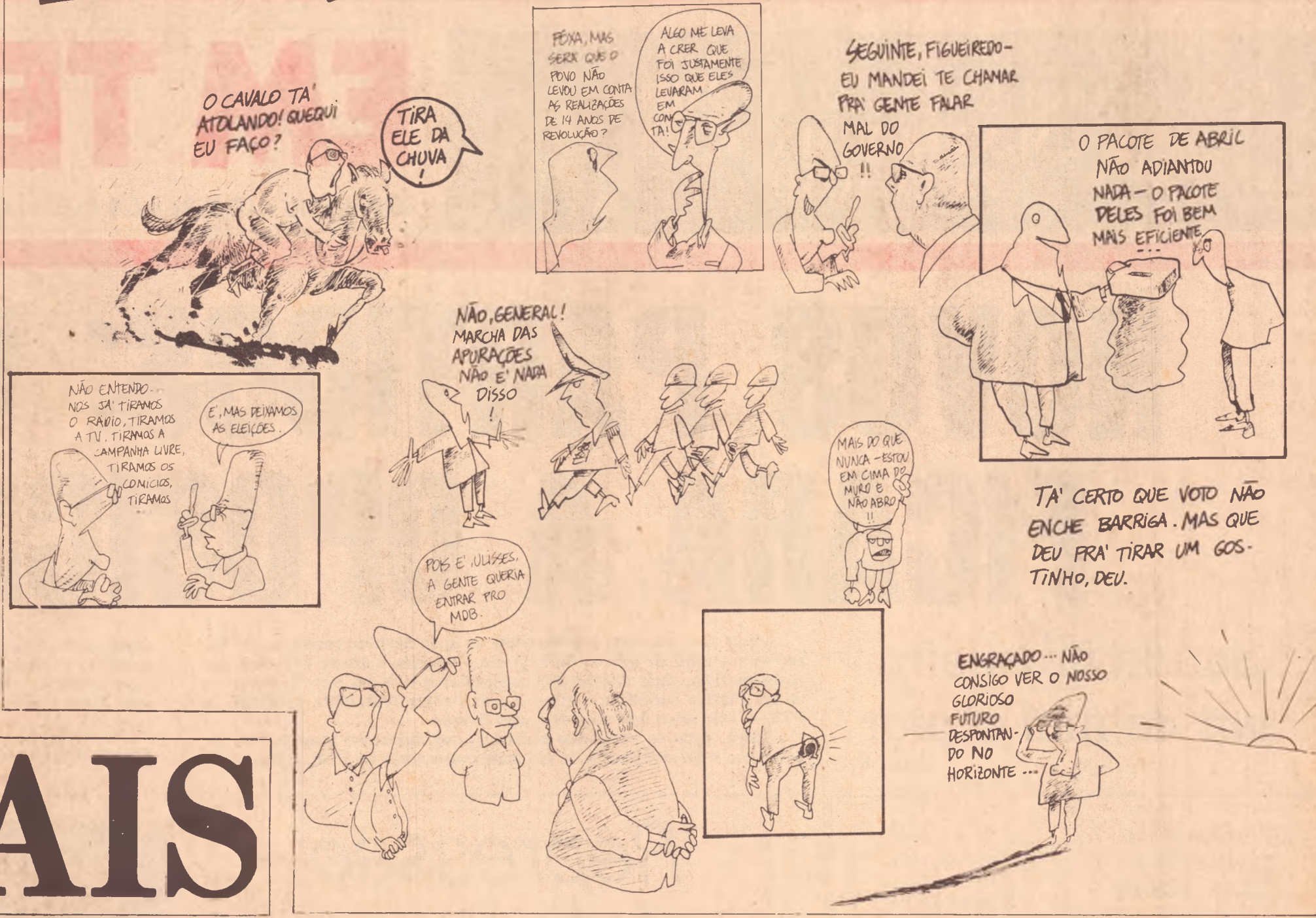
preventiva fossem renovados por eles».

Como na primeira prisão, os protestos, pela recente prisão de Caja estão sendo intensos em Recife. Todos os comitês da Anistia divulgaram uma nota, na qual afirmam que «vemos através deste ato uma clara demonstração de desespero do Governo, diante da insatisfação popular manifestada através do voto na oposição parlamentar».

Na entrevista que deu ao Em Tempo — e que foi o pretexto para esta nova prisão, Caja não só denunciou as violências cometidas contra as pessoas que em Recife foram acusadas de pertencimento ao PCR, como também explicou que «como estudante e cidadão defendo as bandeiras que são da maioria da população brasileira, como: a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelas liberdades democráticas e pela convocação de uma Assembleia Constituinte e por uma democracia onde os que trabalham dirijam democraticamente os destinos da comunidade». E por isto que ele foi preso novamente, e por isso que já começou se organizar novamente um amplo movimento pela libertação de Caja.

ECOS DE NOVEMBRO

by MARINGONI



GERAIS

Gabeira no "PASQUIM"

O momento é o de todos nos, humildemente, homenagearmos aqueles que publicaram uma das melhores coisas dos últimos tempos no Brasil: a entrevista de Fernando Gabeira no Pasquim da semana passada.

É, de fato, algo para todos os brasileiros lerem. Quem não o fizer estará por fora. É o nosso tempo. Tempo de tortura. Tempo de repressão e corrupção. É a autocritica da política militarista de esquerda. É a confiança na continuidade da luta.

Logo nas primeiras páginas do Pasquim tem uma dica, assinada por Fausto Wolf, em que o autor não só homenageia o feito de Ziraldo e a equipe que com ele realizou a entrevista, mas também se penitencia pelos dez anos em que tentou encontrar o velho

Gabeira para um bate-papo semelhante. Nos nos integramos tanto a homenagem como a penitência, também pelo tempo em que, nas pautas que foram se arquivando, buscamos a oportunidade de fazer o mesmo.

É preciso conhecer, tím-tím por tím-tím, o que foi o sequestro do embaixador norte-americano, o Elbrick, que acabou, no contato com Gabeira, Toledo (morto em SP) e os outros que o mantiveram cativo, aprendendo um pouco da realidade brasileira e ficando até, digamos assim, amigo daqueles que sempre foram apresentados como os seus «algozes».

É preciso compreender a relação entre o aparato repressivo monstruoso e a indústria do anticomunismo. É preciso recuperar a tragédia que se abateu, violenta,

sobre os militantes de oposição e que se estendeu, inaudita, para todos segmentos da sociedade, atingindo uma grande maioria no mais das vezes detida por acaso, torturada pela ignorância da sanha repressiva, sacrificada sem sequer entender o que se estava passando — e que ainda não acabou — em seu próprio país. De tudo isso, Gabeira fala, marcado pela condição de protagonista, com a devida distância e reflexão propiciadas pelos anos de exílio.

Como Ziraldo, quero que meus filhos — a que tem dois anos e o outro ou outra que vai nascer — também leiam esse depoimento. E que o exemplo vingue, e muitas, mas muitas mais entrevistas desse tipo ocupem as páginas de nossa imprensa independente. (Carlos Tiburcio)

“Apreensão prévia” tenta calar jornal Movimento

Na noite de sábado, dia 18, agentes da Polícia Federal entraram no prédio da distribuidora Abril, da Rua do Cortume, e levaram 26 mil exemplares do «semanário Movimento», a edição nº 177 deste jornal, que iria às bancas na manhã seguinte.

«Ficamos sábado e domingo sem saber — conta Antônio Carlos Ferreira — diretor-responsável pelo periódico, só viemos a ter conhecimento do fato, na segunda-feira pela manhã, quando então nos dirigimos com o dr. Luiz Eduardo Greenhaly — advogado do jornal e do Sindicato dos Jornalistas, até a Polícia Federal solicitar explicações».

«Falamos com uma pessoa que estava respondendo pela chefia naquela manhã. Disse que não tinha nada a ver com o negócio, mencionando que a ordem tinha vindo assinada pelo General Moacir Coelho e que eles tinham apenas cumprido ordens».

«Voces não têm nada que fazer aqui», disse o encarregado.

«Pedimos então um auto de apreensão, continua Antônio Carlos, e ele nos disse que também não podia nos fornecer. Mostrou-nos apenas um telex lacônico dizendo algo assim como: Por ordem do Ministro da Justiça, sr. Armando Falcão, determino a apreensão da 177ª edição do jornal Movimento...».

Segundo Antônio Carlos, a imprensa está saindo da fase da «censura prévia», para entrar na «apreensão prévia».

«Nos percebemos o que há de novo nesse tipo de atuação. Ela é decidida antes mesmo que o Ministro ou qualquer responsável por uma possível censura leia o conteúdo do jornal. Porque é impossível que um jornal que tenha acabado de ser impresso, antes mesmo de ir para as bancas, já tenha sido lido e analisado».

O diretor responsável pelo jornal Movimento vê nesse tipo de ação uma firme intenção de causar prejuízo a empresa, porque, como se sabe, as dificuldades finan-

ceiras com que lutam os «alternativos» não são poucas.

Para tentar se ressarcir do prejuízo de Cr\$200 mil causados pela apreensão, a diretoria do Movimento entrará com um mandado de segurança contra o Ministro da Justiça.

Alem disso, o jornalista Antônio Carlos está sendo processado na 2ª Auditoria Militar, acusado de noticiar «falsas denúncias de corrupção» e «notícias tendenciosas sobre a crise militar».

«No dia 11 passei por um interrogatório. Agora, talvez na próxima semana, sejam ouvidas algumas testemunhas. Nosso advogado, Luis Eduardo, disse que nunca viu um processo correr tão rápido. No interrogatório a que fui submetido, eles insistiram muito no problema da crise entre os militares, no caso dos para-quedistas dissidentes. Na parte de corrupção, onde nós pensávamos que eles tocariam mais profundamente, pouco foi falado...»

Daniilo Angrimani

Os «açucareiros» conquistam aumento

A cidade de Limeira, no interior de São Paulo, não ficou imune ao movimento grevista deflagrado pelos trabalhadores paulistas. No dia vinte de agosto os operários da Cia União de Refinadores levaram a uma assembleia do sindicato a proposta de cinquenta por cento de aumento salarial o que significa sete por cento além do índice oficial.

Os trabalhadores da União têm como entidade representativa o Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Alimentícias de Limeira, que tem como presidente hactornze anos Jose Nascimento Neto, tempo equiparado ao de outros pelegos mais famosos. Ficou a diretoria do sindicato incumbida de levar as propostas aos patrões; estes, porém, simplesmente desconhecaram as propostas dos operários. Por sua vez também os pelegos pouco ligaram por silêncio dos patrões. No dia primeiro de novembro os pelegos foram cobrados nas cadeiras do sindicato por uma comissão de quase cento e cinquenta trabalhadores que cobraram deles a realização de uma assembleia para decidirem que posição tomar frente ao silêncio dos patrões. Sob pressão, a diretoria do sindicato marcou a reunião para o dia cinco de novembro onde compareceram por volta de quinhentos trabalhadores. O plenário aprovou como alternativa final uma comissão para negociar diretamente com a direção da empresa. Porém ela se recusou a receber a comissão dos operários que até o momento havia dado já um importante passo, tirado a negociação do encargo da diretoria do sindicato. Neste momento o clima na fábrica já era tenso e a palavra greve já corria de boca em boca entre os trabalhadores, que marcaram uma assembleia decisiva para o dia doze com um comparecimento também maciço de trabalhadores, que se mostra-

FINAIS

POLÍCIA — Os delegados de polícia do estado de São Paulo estão reivindicando aumento de 100% em seus salários. A mobilização pegou fogo no último dia 12, e desde lá os delegados vêm realizando a chamada «greve branca», para pressionarem o governo do estado a lhes conceder o aumento. A «greve branca» realizada pelos delegados significa, ironicamente, o estrito cumprimento da lei, pois os delegados limitam-se a prender somente pessoas autuadas em flagrante delito ou com mandado judicial da autoridade competente, pondo fim, ao menos temporariamente, as prisões para averi-

gação, que são ilegais, mas que representam o grosso do seu trabalho.

O governo do estado, porém, já arrumou uma solução para a briga dos salários: no último dia 21 reassumiu a Secretaria de Segurança do estado o famoso coronel Antonio Erasmo Dias (eleito Deputado Federal) com a clara função de reprimir a própria máquina repressiva do estado, que pelo jeito, também entrou nessa de subverter a ordem.

TRIBUNA — O Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha, do Rio, recusou-se a levar adian-

te o processo contra o jornalista Hélio Fernandes, do jornal «Tribuna de Imprensa». O processo foi encaminhado através da Procuradoria Geral da Justiça Militar, a partir de representação do ministro da Justiça, Armando Falcão. Hélio Fernandes foi acusado de, através das páginas da «Tribuna», ter caluniado e injuriado o presidente da República e dois de seus ministros, tendo o promotor pedido sua incurso na Lei de Segurança Nacional. No entanto o Conselho de Justiça declarou-se, por 4 votos a 1, incompetente para processar o jornalista, tendo dessa forma rejeitado na pratica a acusação contra ele.

Assembléia de “Peão” em BH

No domingo, dia 12/11/78, realizou-se uma assembleia no Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção de Belo Horizonte, com a presença de 400 operários para discutir a seguinte pauta: aumento salarial de 20% e campanha pela produtividade. A categoria conta com 23.000 sindicalizados, de um total de 80.000 operários, na região metropolitana.

Segundo o presidente desta entidade — Francisco Jose Pizarro Neto — que dirige este sindicato há 13 anos só se conseguiu o aumento salarial se houver um aumento da produtividade. A unica divergência para ele reside apenas num ponto: «os patrões querem que aumentemos a produtividade primeiro, para que depois eles aumentem o salario. Nós, ao contrario, sustentamos que o empregado já ganha tão pouco que não poderá aumentar a produtividade, sem que antes passe a contar com um salario justo».

Embora o presidente do sindicato admita que se deva aumentar a produtividade para conseguir melhores

salarios, essa parece não ser a opinião de todos, como demonstrou um operario: «os trabalhadores devemos estar vigilantes as manobras das empresas, porque trabalhar nos ja trabalhamos demais, nos queremos e aumento de salario». E arrumou «as classes patronais não vivem sem os braços dos trabalhadores».

Durante a assembleia foram feitas denúncias com apresentação de documentos, de empresas que obrigavam seus operarios a trabalhar até 20 (vinte) horas por dia, como o caso de Daniel Jose de Souza, da construtora Alcindo S. Vieira S.A.

Os operarios foram também alertados por um velho companheiro, para prestarem bastante atenção quando da assinatura do contrato, «pois e nessas horas que as construtoras mais trapaceiam, fazendo com que os trabalhadores assinem todo o tipo de papel em branco como: acordo de prorrogação de horario de trabalho, recisão de contrato e aviso prévio, e so desco-

brem o que assinaram quando estão no olho da rua».

De acordo com um quadro demonstrativo apresentado pelo sindicato, a rotatividade dos empregados nas firmas atinge numerus muito elevados, bastando para isso tomarmos os tres ultimos meses. Neste período de dispensa, aposentadoria, falecimentos e por justa causa. Essas cifras são ainda maiores nos meses que antecedem os aumentos de salarios e a incidência maior se da nos primeiros tres meses de trabalho, como afirmam os empregados, por se a fase do contrato de experiencia, o que já fica facilitado pelas empresas que já têm em mãos todos os documentos necessarios se desobrigando de quaisquer encargos trabalhistas.

Nova assembleia foi marcada para o dia 17 de dezembro, onde se discutira uma contraproposta patronal que provavelmente surgira do encontro do presidente do sindicato Francisco Pizarro com o presidente do sindicato dos patrões Mauricio Roscoe.

Ernesto Andrade

vam intransigentes quanto aos pontos que defendiam. Sem nenhuma contraproposta da empresa, ao menos para manejo dos pelegos, a greve foi marcada para a zero hora de segunda-feira, dia treze. Na manhã de segunda-feira os primeiros operarios foram chegando, bateram os cartões e cruzaram a seus braços. As intimidações não tardaram a chegar. Segundo um diretor do sindicato, a empresa só deixaria entrar quem se compromettesse a trabalhar através de um documento por escrito, o que levou os operarios a procurarem massivamente o sindicato. Na terceira feira inúmeras circulares foram distribuidas como forma de intimidar os trabalhadores. Chegou a haver ameaça de dispensa na sexta-feira, e então os operarios passaram a discutir formas de se garantir a continuidade do movimento em todos os setores da fabrica. No sábado pela manhã os grevistas organizaram um piquete em frente a fabrica, quando um elemento não identificado pelos operarios, amedrontado com a barreira de grevistas, sacou um revolver fazendo dois disparos para o chão conduzindo-se depois em seu automovel para o interior da fabrica. Há indícios de que seja um alto funcionario da empresa. No sábado a tarde os diretores da empresa resolveram negociar com o sindicato, enquanto os grevistas tinham já uma assembleia marcada para as catorze horas do domingo, dia 19, na Igreja de Bom Jesus, onde aceitaram voltar ao trabalho com um aumento imediato de 48% e a continuidade das negociações. A greve durou uma semana e teve como principal victoria a mobilização massiva dos operarios, os cinco por cento além do índices oficiais e a habilidade dos trabalhadores em dar a volta por fora da diretoria do sindicato, vale dizer da estrutura sindical da qual ela e apenas um simbolo.

Leia CONTRAPONTO CARA A CARA CADERNOS DO PRESENTE

Assine EM TEMPO:

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEF: _____

Eno Comercial: _____ Horário: _____ Fone: _____

Estou enviando o cheque nº _____ do Banco _____ em nome da Editora Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Mathews Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680

ANUAL Cr\$ 500,00 **SEMESTRAL Cr\$ 250,00**

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caidas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tiburcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente), Secretário de Redação: Luiz Nadai. Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges. Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAS: Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munchos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio All, Wilson Prudente. Internacional: Carlos Tiburcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Montoi-

ro, Altair Moreia, Cecilia Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Varga, Lana, Marinilde Oliveira, Olígaria Matos, Sílvia Rios, Virginia Finheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Nimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Anderson Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Betc Maringoni, Duto Bicalho, Stan, Martinez (ilustração), Ennio Bruins F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andreas (foto). **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quintana, Silvestre Prado, Valdezer Amorim.

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSAIS: **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lúcio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspasian (redação), Matéria Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo A. Cunha, 1407 — Lq. 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Actão Capa, Cláudio Almeida

EM TEMPO: Flávio Aguiar, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Recife** (R. Anibal Falcão, 127 — Fraças): Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindel, (coordenação), Fred Masato, Paulo Santos, Rebecca Scatut, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Maria Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 — sala 408): Adauto Neves, Afan Albuquerque, Antonio José Medeiros, Bernardo Karan, Carlos Albert, Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Lais Meirelles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Araújo Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc. **Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caidas. Salvador** (Av. Sete de Setembro, 202 — sala 3011): Adelio Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Odegar Miranda, Leni Maria.

ESCRITÓRIOS: **Aracaju:** (SE): David Dantas. **Campos:** (SP): Rinaldo Barros.

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição), **João Pessoa** (PB): Aurelio Aquino, Gerardo de Araújo, Manoel Campos. **Rio de Janeiro** (RJ): Cícero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos, Jemson Jesus, Zareia. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhaly, Luis Alberto Marcondes Piccola (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelson Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo de Guimarães, 1884 — Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mathews Grou, 57 — Pinheiros (São Paulo) — CEP. 05415 — Telefones: 280-4759 e 853-6680.

Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados, Rua sete de abril, 230, São Paulo, S.P.

Debate

NOVOS PARTIDOS

Consumada a grande derrota eleitoral do Governo nas urnas, só se fala agora na reordenação partidária. O MDB está esgotado? É possível e correto um partido socialista no momento? Como caminhar rumo à construção de um partido popular? Estas são algumas das interrogações que se fazem intensamente nos meios oposicionistas. Nesta página, três pontos de vista conflitantes sobre o assunto, para jogar lenha na fogueira do debate.



Tem caroço debaixo desse angu

Não se muda de time quando se está ganhando. No máximo mexe-se nas peças que não estão funcionando. Ora, o que cabe à esquerda é não decretar seu autoisolamento, pois isto seria, independentemente das boas intenções, fazer o jogo dos Golberis, dos Petrônios, e outros gênios do maquiavelismo.

Tibério Canuto

Como era de se esperar, os oráculos do regime militar já começaram a tramar para diminuir as consequências da derrota eleitoral e política que o Governo sofreu nas eleições. Pois não é que o Portelinha, ele que sempre veio a público para tecer loas ao sistema partidário brasileiro, se declara agora contra o bipartidarismo? Quem diria, Petrônio Portela passou a defender a formação de partidos ideologicamente definidos e, pasmem, inclusive um de esquerda! e ele ganhou um forte aliado: a aldeia global da TV Globo que na boca das apuracoes foi retirar do 'baú' do velho Jânio Quadros - de quem se fala de que está mancomunado com Golbery - para falar sobre a necessidade de novos partidos. Mesmo carcomido pelo tempo Jânio não perdeu os seus trejeitos e em pleno Jornal Nacional teceu imprecacões contra o caráter plebiscitário das eleições gerado pelo sistema bipartidário.

A proposta é tentadora, para alguns poucos, é claro. Já imaginou que coisa boa? um partido de esquerda no Brasil! Acontece que por debaixo deste angu tem caroço. Embora o fato de o Regime Militar ter sido forçado a trabalhar com outras opções que não o bipartidarismo, que ele mesmo cultivou durante anos, represente em certo sentido um avanço do movimento popular e das oposições, na realidade, a questão da reorganização partidária está sendo colocada em pauta principalmente pelo Regime Militar, como uma forma de recuperar, no parlamento mas também fora dele, parte de sua base social perdida ao longo destes anos.

E, Golbery continua o mesmo maquiavélico de sempre - e isto deixou claro nas entrelinhas da entrevista que deu a um jornalista italiano. Acaba-se com o MDB e a Arena e constrói-se quatro novos partidos: «o Socialista, o Social-Democrático, o de centro e o de centro-direita». Olhem só que coisa boa para o Governo: com isto ele livra-se de ser colocado em julgamento em todas as eleições que é forçado a convocar, joga na lata de lixo a sigla fétida da Arena, que apesar de ser o maior partido do Ocidente se transformou em mulher de malandro, pois só toma cacete do MDB, passa a governar com o apoio de três partidos e ainda dá a grande sacada: confina a esquerda num diminuto partido, onde ela possa esbravejar tanto quanto queira, mas sem a menor interferência no processo político e social. E

não pensem que o Regime está brincando. Ele tá dando toda corda para que surjam estes partidos, pois vai facilitar os intentos de Magalhães Pinto e Golbery já conchavou Jânio para seus projetos.

Mantem a frente parlamentar

Golbery só esqueceu de fazer uma pergunta: será que a esquerda e os oposicionistas consequentes estão a fim de embarcar na canoa furada? a resposta parece ser não. Primeiro porque não se muda de time quando se está ganhando. No máximo mexe-se nas peças que não estão funcionando. Ora, o que cabe à esquerda e aos oposicionistas consequentes é não decretar o seu autoisolamento, pois isto lhes seria fatal e seria, independentemente das boas intenções, fazer o jogo dos Golberis, dos Petrônios e outros gênios do maquiavelismo.

Se outra razão não houvesse para pensar assim aí vai uma: é impossível surgir partidos autenticamente populares na presente reorganização partidária, pois ela se dará nos quadros do autoritarismo, com o Regime ditando as normas, e com poucas brechas. E nela, mesmo um partido trabalhista ou um PS que eventualmente possam surgir, não fugiriam também dos marcos tradicionais, se articulando também de cima para baixo, o que vale dizer reproduzindo o caciquismo e o populismo. Em vez, portanto, de falsos atalhos cabe continuar levantando com firmeza, e combatendo tudo o que desvie disto, a bandeira da plena liberdade partidária, que pressupõe inclusive a legalidade para as forças que foram forçadas a viver na clandestinidade.

Enquanto isto não acontece, cabe no plano parlamentar manter a frente entre socialistas, democratas, trabalhistas e até mesmo os liberais mais liberais tipo Paulo Brossard. Não que seja esta a frente que vá por um fim ao Regime Militar, pois este será abalado fundamentalmente por uma frente tendo como eixo as camadas populares e cuja Arena principal (sem nenhum trocadilho) não se situa no parlamento.

Esta frente parlamentar não tem hoje outro nome senão o do MDB, apesar deste abrigar também os fisiológicos e adesistas de todas os matizes. Não é exagero dizer que hoje a extinção

do MDB, ou a entrega do seu espólio, aos moderados e adesistas é algo que nem de longe serve às oposições. O partido de oposição acabou por cumprir um papel que rigorosamente não era o que dele esperava o Regime quando o criou juntamente com a Arena. Apesar da sua direção moderada, do seu comportamento dúbio em diversos momentos, graças sobretudo ao trabalho daqueles que vislumbraram a importância de se atuar também no parlamento, a agremiação emedebista foi forçada a jogar o papel do instrumento institucional através do qual as camadas populares se manifestam contra o Regime. E nesse sentido a sua sigla junto uma forte penetração nestas camadas.

Depurar o MDB

Continuar com o MDB não implica esquecer as suas profundas limitações muito menos em não travar no atual momento uma árdua luta para expurgar os adesistas. É claro que a direção emedebista continuará fazendo tudo para que o MDB continue sendo a «frente rexona» onde sempre cabe mais um, mesmo que este seja mais um arenoso travestido de oposicionista. Mas hoje, muito mais do que há 4 anos, existem condições políticas, para de dentro do MDB, pressionar a direção emedebista para que ela não componha com o Governo. Há em cena hoje um bloco de candidatos populares, com bases relativamente organizadas, que não deixarão de ser um instrumento de pressão. E o próprio crescimento da bancada dos autênticos será, sem sombra de dúvida, um fator a mais. Não que se espere ganhar a máquina partidária, mas a atuação destes dois blocos terá condições de inviabilizar profundas guinadas para a direita. E se não bastasse isto, restaria ainda fora do MDB um movimento de massas que só tende a se expandir e com o qual o partido de oposição, e mesmo os moderados, não vão poder entrar em profunda contradição, pois isto seria decretar a sua morte política.

Não é a toa que o velho possedista Ulisses Guimarães já deu a dica aos jornais: ele prepara-se para dirigir um MDB mais à esquerda do que o que dirigiu ao longo destes anos. E até admitiu, vejamos só, o Ulisses admitindo isto, a expulsão dos deputados estaduais chaguiastas do Rio de Janeiro. Sorry Golbery, a nossa resposta é esta: continuar lutando pela plena liberdade partidária, defender a continuidade do MDB e lutar pela sua depuração. A esquerda custou tanto a vencer seus pruridos para participar da via parlamentar e da agremiação emedebista, por que é que agora vai entregar o ouro aos bandidos, deixando o MDB nas mãos de fisiológicos?

Há tentativas para impedir a viabilização de um partido que venha a ser socialista, democrático e popular. O que se teme é o amplo movimento social com características crescentemente políticas, profundamente enraizadas nas classes populares e ao qual se pode chamar de movimento socialista brasileiro.

Istvan Jancsó

No interior da luta que se trava em torno da questão dos possíveis futuros partidos, desenha-se com nitidez a constituição de uma ampla aliança contra a viabilização de um partido que venha a ser socialista, democrático e popular. Que isso é verdade prova a multiplicação de declarações das mais variadas fontes, semelhantes no objetivo a longo entrevista concedida pelo sr. Francisco Julião a Veja.

Ninguém luta contra fantasmas. Se existe uma «santa aliança» para impedir a constituição de um partido com essas características, e porque ele representa uma ameaça real. Mas todos sabem, pois é público e notório, que não existe uma estrutura partidária montada que confira existência orgânica a esta proposta. Mesmo porque esta proposta apresenta, hoje, várias versões de tipos local e tem, também várias origens. Mas se não há o partido, o que é que confere realidade a esse dado político a ponto dele ser combatido com a intensidade atual? O que é que se teme, enfim?

O real e os enganos

Penso que a resposta para essa pergunta passa pela extensão que o debate gerado pelo reconhecimento da necessidade de um partido com essas características tem assumido. Na verdade, o que se teme não é o que existe no plano formal, mas sim aquilo que existe no plano da vida vivida das classes trabalhadoras. O que se teme não é um ou outro possível embrião de um possível futuro partido. O que se teme é o amplo movimento social com características crescentemente políticas, profundamente enraizado nas classes populares, e ao qual se pode chamar de amplo movimento socialista brasileiro. O que intimida não é o que está organizado. O que intimida é o que busca a sua organicidade, a sua unidade. O futuro partido socialista, democrático e popular não passa, ainda, no fundamental, pelos diversos grupamentos que se propõem unificar o que está disperso e caminha para a sua unificação. O futuro desse partido passa, isto sim, pelo próprio processo de unificação, face ao qual os diversos grupamentos deverão se posicionar.

E nisso aí que os estrategistas do poder localizam o real que é preciso temer. E é este real que desencadeia medidas políticas de fria eficácia. Enganam-se aqueles que apostam na incompetência política dos homens do poder. É claro que eles desconhecem a História,

ria, e nem se preocupam com ela. O seu universo de ação e reflexão é o da curta duração. E que não se tenha dúvida: no plano do curto prazo os homens são mestres, jogam de mão. Como já afirmaram várias vezes, para eles o futuro a Deus pertence. Lutam então pelo controle do presente, e é neste campo que localizam seus objetivos. E no que diz respeito a questão da reorganização partidária, já trabalham com eficiência para assegurar o controle do desdobramento inevitável do hoje, que é o amanhã imediato. Misturando eficientemente persuasão, intimidação, eventuais concessões de forma, fartas concessões de linguagem e, principalmente controlando os menores atalhos que levam as mínimas parcelas de poder, impõem alianças que permitem, aos mais recalcitrantes, inclusive não perder a cara.

Estamos todos, e quando falo em todos penso no conjunto da Nação com a sua extrema variedade de interesses, conflitos e contradições, no interior de uma etapa histórica que se pode definir como de mudança de ciclo político. Gestam-se alternativas, ensaiam-se os primeiros passos rumo ao estabelecimento do instrumental de ação política com qual cada grupo, classe ou camada social vai contar no futuro. A questão da política foge cada vez mais das elucubrações abstratas e radical-se, mais e mais, no terreno dos encaminhamentos políticos definidos. A alteração das condições de ação política das classes populares tende a se alterar mais rapidamente do que pensam os temerosos mas, é bom não esquecermos lentamente do que julgamos os afoitos.



Os perigos da memória curta

É exatamente pelas alterações das condições efetivas de participação política das classes populares que se deve localizar a natureza profunda da mudança de conjuntura que todos estão vendo ou, ao menos, intuindo. E é em função disso que os donos do poder orientam a sua política do dia a dia. Insisto que é um erro colossal subestimar a capacidade tática dos alquimistas da política oficial. Os seus passos tem uma estrita racionalidade política. Alicerçados na sua parafarnalia repressiva, produzem respostas políticas para problemas políticos, o que é uma das reais novidades da atual conjuntura política.

«É muito perigoso ter a memória curta, se bem que, eventualmente, isso pode ser bastante conveniente. Quando o início do período Geisel, discutia-se muito uma possível presença do presumido articulador político do governo e recém nomeado ministro da justiça Armando Falcão na retaguarda das forças oposicionistas. E como o senhor Falcão, em vez de articular politicamente a estratégia do Governo articulou coisas muito mais sombrias, o conjunto da forças oposicionistas esqueceu-se do «recado». Na verdade, nem o senhor Falcão desceu na retaguarda das forças oposicionistas, nem lhe cabia esse papel. Este papel coube ao real articulador político do Governo, Golbery do Couto e Silva, e não há a menor dúvida de que a tarefa foi realizada com sucesso. O movimento tático então pensado e até anunciado amadureceu hoje, após lento, gradual e seguro processo de negociação em todas as frentes. O Governo conseguiu furar a retaguarda das forças oposicionistas, estabeleceu alianças que pouca gente era sequer capaz de suspeitar e estabeleceu confusão geral. Não estou me referindo aos adesistas do MDB, pois o seu lamentável papel era perfeitamente previsível. Estou me referindo a «briga de foice» em torno da sigla PTB, cujos arautos ainda não disseram a que vieram, mas que já formam uma hoste tão heterogênea que compreende homens como Ario Teodoro, Golbery do Couto e Silva, Darcy Ribeiro, Marcelo Cerqueira e Maltuy Neto, para limitar a listagem. Na verdade, a senhora Ivete Vargas tem muita razão quando estabeleceu os conceitos adequados para definir o PTB de seus sonhos flexível e abrangente. So que esses conceitos pertencem bem mais a outras áreas do saber e da prática do que a política.

É conveniente meditar sobre esses fatos. A listagem dos arautos de um partido «flexível» e «abrangente» permitirá compreender quem forma a «santa aliança» e, aí, ficar claro quem tem medo do amplo processo político e social que muitos estão querendo reduzir a uma sigla: «PS».

“A saída tem que ser popular e não populista”

O petroleiro João Carlos Araújo é secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias, na baixada fluminense. Rio. Nesta entrevista, ele comenta e critica as diversas propostas de reordenação partidária colocadas na mesa dos debates e faz sua opção pela formação de uma Frente Popular.



João Carlos

Qual sua opinião sobre as propostas dos «autênticos» (MDB depurado)? Partidos Socialista ou trabalhista? Convergência Socialista?

Bem, com relação aos «autênticos», esses deverão ceder lugar, por força do avanço dos movimentos e das lutas de massas à Frente Popular, onde a unidade não estará só em depurações, não terá apenas esta base. Serão posições políticas mais avançadas que vão nortear esta unidade. E posições políticas não só em relação ao regime autoritário, no combate a esse regime, mas com relação, também, ao que possa sucedê-lo.

A alternativa do PS e a questão da CS, eu gostaria de poder examinar em conjunto. O tipo de proposta final que apresentam é o mesmo. A saída populista, ou social-democrata jamais será uma saída para o Brasil. No limite só representa a manutenção do status de dominação, o aparelho de repressão dirigido contra a liberdade de organização das classes populares. Além disso, ambas as propostas (PS/CS) são elitistas, não tendo maior penetração na massa, e sequer demonstram preocupação efetiva, no plano concreto, de criar os instrumentos para atingir esta pen-

tração. Toda a atuação política da Convergência, em particular, de que eu tenho notícia, é sempre como uma «coisa feita», já aparece acabada, eles colocam as coisas na base de «pegar ou largar».

É preciso deixar bem claro que a unidade dos setores oposicionistas, hoje em dia, está na luta contra a ditadura e pelas mais amplas liberdades democráticas, contra o arbitrio e as leis de exceção. Ignorando isso, na prática, a CS quer criar um partido como se não existisse ditadura, como se as massas não estivessem submetidas à mais dura das repressões.

Isso só pode levar ao aniquilamento de todas as novas lideranças. O exemplo mais claro disso está nas próprias prisões que os militantes da CS sofreram. Nas manifestações convocadas ou que contam com a participação dos membros da CS, o que se vê nada mais é do que um chamamento acintoso da repressão. No estado atual de ainda pequena desorganização das massas, o medo ainda não superado, isso dificulta uma participação política mais ampla, freia a mobilização.

Finalmente, para falar claro, o partido dos trabalhadores que deverá se

criar neste País para conduzir toda a luta do povo pela sua emancipação não surgirá assim, aberto e vertical.

O trabalhismo é diferente, tem de ser examinado de outro ponto de vista. Eu acho que sua volta levaria ao isolamento da classe operária, num momento em que ela deve estar aliada aos demais setores progressistas que lutam contra o regime. Esse isolamento facilitaria muito a manipulação do sentimento oposicionista das massas. Experiências, no Brasil, relativas ao trabalhismo, não são nada positivas, com ou sem Brizola. Aliás, hoje, as propostas de Brizola estão muito mais na esfera da social-democracia, seguindo sua tendência sempre populista. Eu sou contra um partido trabalhista, embora, como operário, isso possa parecer estranho. Não tem mais qualquer sentido histórico jogarmos-nos na rearticulação do trabalhismo como se fosse esta uma expressão política eficaz contra os setores conservadores. A saída tem de ser popu-

lar, e não populista. A alternativa à ditadura é um governo popular, onde as camadas populares deverão participar efetivamente, de forma a garantir, sem renúncia de seus objetivos a longo prazo, as mais amplas liberdades democráticas, com o desmantelamento do aparelho repressivo e a total liberdade de organização.

Todas as propostas de rearticulação partidária dão destaque à participação dos trabalhadores, mas você acha que eles devem participar, mesmo, ou não? Por que?

Só conseguirá penetrar na classe operária o partido político que tiver uma linha política justa, capaz de alçar as massas no rumo de sua plena emancipação. Nesse sentido, as propostas reformistas e populistas serão rejeitadas pela prática das massas, dentro da qual torna-se, cada vez mais, importante a luta, a discussão e a luta entre as diversas propostas, tendências, etc.

Que interesses específicos dos trabalhadores você considera devam fazer parte de um programa partidário, hoje em dia? Isso poderia ser conquistado sem mudança do atual regime?

Na minha opinião, os interesses específicos dos trabalhadores não poderão estar desligados dos seus interesses gerais, os interesses que, de resto, são os mesmos da imensa maioria da população. Não se pode garantir liberdade sindical sem as mais amplas liberdades democráticas. Não se pode ter pleno direito de greve sem a supressão dos

órgãos repressivos. E preciso que fique claro que a CLT, o FGTS, o salário mínimo, etc., foram criados ou mantidos pelo regime para enganar ou limitar a consciência e os passos da massa trabalhadora. O regime não está preocupado em servir à maioria do povo brasileiro, daí seu caráter antipopular. Só um governo popular, um governo que tenha interesse na mobilização popular poderá atender às reivindicações da classe trabalhadora, superando os interesses a que o regime serve, e que mantém o povo e os trabalhadores permanentemente enganados.

Você acha que, na situação atual, poderá surgir um partido que seja representativo dos trabalhadores?

Não! Nunca sem a mais completa liberdade de expressão, manifestação e organização. Na situação atual, qualquer partido que se arvora representativo dos trabalhadores terá de deixar de fora a maioria da classe operária, ou pelo menos, os setores que, desde já, estão demonstrando maior capacidade de mobilização e organização, embora ainda pequenas, mais ou menos localizadas. Esses setores têm reivindicações precisas que não podem ser «atendidas» sem mudança. Um partido que queira representar em algum nível os operários, terá, além do mais, de veicular suas idéias de forma ampla, sem embargos, obstáculos, entende?

Que é que você entende por funcionamento democrático de um partido?

A característica fundamental de um

Corrupção, fraude, etc, ainda assombram a oposição.

Três exemplos: Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Apesar de tudo, o MDB — mais uma vez — se apresenta como um canal de protesto, através do qual os opositores se expressaram e obtiveram bons resultados eleitorais.

Bahia “Os currais eleitorais estão se abrindo”. Mas o esquema continua.

Rio G. do Sul Não ao governo e ao “partidão da ordem” na grande vitória do MDB.

Rio de Janeiro Mesmo com Arena e Chagas, populares triplicam votação.



Sem maiores novidades: apurações em Salvador

A lentidão das apurações na Bahia não impede a possibilidade de já se prever — desde a semana passada — os resultados eleitorais, ao menos de um modo geral. Certamente, Lomanto Junior, candidato da Arena ao Senado, deve vencer por uma larga margem de votos, a partir sobretudo dos votos do interior. A Arena conseguiu maioria na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados.

Confirmam-se, contudo, os prognósticos feitos anteriormente (ver EM TEMPO Nº 38) de que o MDB crescerá na Bahia e que deveria vencer nos grandes centros, inclusive para o Senado. Na capital, por exemplo, Rômulo Almeida, candidato do MDB ao Senado, desde o início leva vantagem sobre Lomanto Junior. Além disso, é notável a votação que vêm tendo nos grandes centros os candidatos autênticos do MDB.

A vitória de Lomanto, porém, não está sendo feita a base apenas de sua suposta popularidade. Na verdade, a Arena, sob o batuta de Antonio Carlos Magalhães, utilizou-se durante a campanha a eleição e apurações de métodos que fariam corar qualquer coronel da República Velha.

Favas contadas

Antonio Carlos Magalhães, ao seu estilo, não poupou ameaças aos prefeitos do interior durante a campanha. Caso alguns dos dirigentes municipais ousassem não apoiar Lomanto, a promessa estava feita: no seu governo nada teria. Houve mesmo o caso de um deles, Walter Figueiredo, de Santo Amaro, que do MDB aderiu a Arena sob a força das pressões.

Na verdade, as eleições em grande parte do interior baiano ainda se faz sob o efeito do mandonismo político, dos currais eleitorais fechados, onde conta a vontade do chefe local e não a consciência do eleitor. Mesmo que se admita o que Rômulo disse — «os currais estão se abrindo» — o fato é que muitas porteiças permaneceram solidariamente trançadas. Esses currais eleitorais permitiram que a Arena usasse e abusasse da mais deslavada fraude eleitoral, distribuindo aos eleitores na hora de votar, milhares e milhares de cédulas com o nome de Lomanto já assinalado, conforme conseguiram constatar, timidamente, os jornais locais.

Adesismo ao seu dispor

Além disso, certamente o MDB não amargaria algumas derrotas importantes, no caso do Senado, não fosse o adesismo de alguns de seus integrantes. Jose Oduque, ex-prefeito de Itabuna e um dos chefes da região cacauzeira, homem riquíssimo, dono de jornal e fazendas, além de conscientemente perturbar todo o processo eleitoral, tentado, a todo custo, na Justiça, fazer com que o MDB não tivesse candidatos, ao final da campanha, pediu desligamento do partido da oposição e se mudou de malas e bagagem para a campanha de Lomanto e de Luis Eduardo, filho de Antonio Carlos. A consequência disso é que em Itabuna e Iheus, onde se esperavam vitórias do MDB, o candidato arenista vem obtendo vantagem sobre a oposição.

Essa vitória, conseguida dessa maneira, se satisfaz a Arena em seu conjunto, não chega a deixar totalmente alegre o prepotente e vaidoso Antonio C. Magalhães que foi obrigado a engolir a seco vitória do MDB na capital, onde ele sempre alardeou uma popularidade que dessa vez foi desmascarada.

Filho pródigo

Também não agradou a Antonio Carlos, conhecido por seu caráter megalomaniaco, o fato de seu filho, Luis

Eduardo Magalhães, candidato a deputado estadual, com 23 anos, estar abaixo de Domingos Leonelli, um dos candidatos autênticos da oposição, que vem obtendo uma consagrada votação na capital. Alias, tem sido impressionante a votação que os candidatos autênticos vem tendo em Salvador.

Desde os primeiros dias, os três primeiros lugares, entre os candidatos emedebistas para deputado estadual, ao menos até o quarto dia de apuração, estavam com três autênticos: Domingos Leonelli, Filemon Matos e Adelmo Oliveira. Os três suplantavam caciques da cidade, surpreendendo os velhos políticos. O eleitorado da capital demonstrou o quanto se identificava com os candidatos que foram as ruas não para prometer, mas, sobretudo, para se identificar com suas lutas e ser, no parlamento, uma voz a seu serviço.

Avanço da Oposição

Ainda no interior, em alguns dos centros principais, os autênticos deveriam fazer outros deputados estaduais. Em Feira De Santana, o candidato mais votado do MDB e Luciano Ribeiro, alinhado entre os candidatos populares. Em Vitória da Conquista, Jádriel Matos, também um opositor combativo, ex-prefeito da cidade, se elege com uma votação consagrada, principalmente com os votos de sua cidade. Dessa maneira, na Assembleia, ocorrerá uma renovação significativa na bancada do MDB, que contará com um forte núcleo de parlamentares identificados com os interesses populares.

Contudo, o mais impressionante, mesmo que esperado, está sendo a extraordinária votação que vem obtendo o ex-parlamentar Francisco Pinto, que no terceiro dia de apuração já estava praticamente eleito. Sua votação, que deve ultrapassar a 100 mil votos, é uma resposta segura do eleitorado a ditadura, pois toda a sua campanha se caracterizou pelo combate ao regime e pela defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores.

O outro fenômeno, também do MDB, foi Marcelo Cordeiro, que, na capital só ficou abaixo de Francisco Pinto, firmando-se, assim, como uma das mais fortes lideranças do Estado, saltando de vereador para deputado federal com uma votação surpreendente. Essas eleições, em todo o país, repetem uma lição: ao processo de urbanização tem correspondido um avanço da consciência popular e a Bahia não escapou desse quadro. A oposição perdeu principalmente nas áreas mais ruralistas, onde ainda reinava, nas palavras de Rômulo, o mais desenfreado cativo político, onde o eleitor, quase que literalmente, é conduzido pelo cabresto.

Apesar disso, não se pode dizer que o caciquismo e os currais eleitorais desapareceram dos grandes centros urbanos. Fernando Wilson Magalhães, por exemplo, ex-prefeito de Salvador, utilizou-se anteriormente de toda a máquina administrativa para se eleger como deputado federal, pela Arena contando principalmente com os votos da capital. Para a Assembleia Legislativa, pela Arena, elegeu-se, entre outros, Cristóvão Ferreira, homem de vários mandatos e conhecido pelo fato de nunca ter feito um único discurso na tribuna e por conseguir caixa para os mortos sem recursos. É com essa prática que tem garantido sua constante recondução a Assembleia.

De um modo geral, a oposição pode se considerar vitoriosa na Bahia. A expressiva votação dada ao candidato do MDB ao Senado, Rômulo Almeida e a vitória de vários candidatos populares abrem a perspectiva de uma Assembleia mais combativa e de uma participação decisiva desse núcleo no MDB ou numa nova estruturação partidária.

Com uma diferença de quase 700 mil votos, o deputado emedebista Pedro Simon foi eleito para o Senado no Rio Grande do Sul, obtendo 1.751.040 votos contra os três candidatos arenistas que somaram juntos 1.090.410. Este resultado mostra o significado plebiscitário das eleições do último dia 15, quando 55,96% dos gaúchos disseram não ao governo e basta ao regime ditatorial.

Como nos demais Estados, foi evidente a utilização da máquina governamental para as eleições. Os quatro secretários de Estados, eleitos para a Câmara Federal, utilizaram, segundo acusações do MDB local, seus funcionários, carros e recursos para suas próprias campanhas. E não é por acaso que exatamente eles estão entre os mais votados: Claudio Strassburger, secretário da Indústria e Comércio (sozinho gastou mais que toda a campanha do MDB), Jair Soares, secretário da Saúde, Carlos Alberto Chiarelli, secretário do Trabalho e Ação Social, Airton Vargas, secretário da Educação.

Para a Assembleia Legislativa também valeram na eleição dos candidatos arenistas, suas posições em cargos públicos. E o caso, por exemplo, do coronel Jesus Guimarães, comandante da Brigada Militar, que foi eleito pelos votos que pingaram de todos os destacamentos de polícia espalhados pelo Estado.

Expedientes indiretos

Além do uso de máquina governamental e da imprensa, a Arena ainda apelou para expedientes menos indiretos, mas igualmente rendosos. Como o MDB não tomou o cuidado de colocar fiscais em todas as urnas, sabendo-se que 90% estavam entregues ao controle arenista, não foram raros os casos de entrega de cédulas já preenchidas ou de «auxílio» a seu preenchimento.

Isto foi utilizado principalmente com as pessoas idosas, que não precisavam esperar na fila e que eram conduzidas a uma por jovens arenistas.

Uma idosa senhora, moradora da cidade operária de Alvorada, próximo a Porto Alegre, ficou furiosa ao ver que a moça marcava o nome do candidato arenista a senador, Gay da Fonseca, em vez do de Pedro Simon. Mas de nada adiantaram suas reclamações, nem mesmo a afirmação de que sempre votou pelo PTB. Desta vez, aos 72 anos, foi obrigada a votar na Arena.

Como disse o líder emedebista Pedro Simon, todas estas condições, fizeram com que esta campanha do MDB fosse

uma campanha épica. Sem contar com nenhum favor da máquina governamental, com a oposição clara e direta da grande imprensa, e sem poder fazer promessas e comprar votos o MDB conseguiu a vitória apenas com sua posição política contra o governo, o arbítrio, a política salarial e a falta de liberdade.

Protesto nas urnas

Foi com a denúncia de que «o governo tira dos pobres para dar aos ricos» que o professor Jose Alberto Fogaca, 31 anos, conseguiu a maior e mais surpreendente votação no Rio Grande do Sul: 60.177 votos para a Assembleia Legislativa. Votação essa que se deve em grande parte, a sua atuação durante dois anos 1975 e 76, como comentarista político num dos programas de maior audiência na época, o «Portovisão» onde explicava a incorreção da política salarial, denunciava o autoritarismo e reclamava a volta à democracia.

Hoje eleito, numa campanha em que garante que não gastou mais de Cr\$ 30 mil, começa a se preocupar com novas questões e se confessa contra a divisão do MDB em diversos partidos. «Sou contra a pulverização do partido agora, pois isto favorece o governo, que quer fragmentar a oposição. É preciso um bloco forte para derrubar o governo e só depois do retorno ao Estado de Direito, com a formação de uma Constituinte, fazer novos partidos».

Além de Fogaca, merece destaque a eleição de Ibsen Pinheiro, o vereador mais votado em 76, Ibsen, assim como Fogaca, se beneficia de suas apresentações diárias na TV onde trabalha como cronista esportivo. Na verdade, Ibsen está conseguindo entrar em redutos eleitorais tradicionalmente arenistas, ganhando votos através de um trabalho constante de oposição ao governo. (Sucursal de Porto Alegre)



Voto nulo: uma explicação.

Nas 22 juntas apuradoras de São Paulo reinava entre os fiscais do MDB o consenso de que todos deveriam estar de olhos atentos, porque a roubalheira grassava solta. O clima de desconfiança advinha do fato de que cada apurador tinha uma larga margem de arbítrio pessoal nas inúmeras operações necessárias para a apuração dos votos. Acrescente-se a isso o estafante trabalho exigido dos escrutinadores. Então teremos o ambiente propício para o cometimento de deslizes.

A briga travada pelos fiscais ia desde fazer com que a lista com os números dos candidatos fosse lida com atenção até a garantia dos votos de legenda, que muitas vezes aparecia apenas como uma ligeira intenção estampada nas cédulas. A maioria dos eleitores, por causa da Lei Falcão, se encontrava bastante desinformada acerca das eleições, que exigia nada mais nada menos do que sete operações para que o voto não fosse anulado. Este processo de alijamento político da população, traz consequentemente a deseducação e a ignorância acerca do processo eleitoral. Fator explicativo da porcentagem de quase 10% de votos nulos apurados nestas eleições.

Apuração

Vários são os pontos da legislação que davam margem a interpretação subjetiva dos apuradores. Para o Senado havia um dos itens do regulamento que dizia: serão nulas as cédulas quando a assinalação estiver colocada fora do quadrilátero, desde que tome duvidosa a manifestação do eleitor. Esta «duvidosa manifes-

tação do eleitor», variava muito de apurador para apurador. Na junta localizada no Clube Paulistano, era fácil observar quando a contagem dos votos nulos estava sendo realizada. Alguns eleitores haviam escrito o nome candidato ao Senado, demonstrando sua clara intenção de votar em um deles, mas a mesa interpretava como sendo voto nulo. Para a Câmara Federal e Assembleias Legislativas pouco esforço era feito para entender o nome ou o número de candidatos que o eleitor, desacostumado a escrever, havia optado.

Sendos os apuradores convocados aleatoriamente, na população não poderiam deixar de refletir o grau de desinformação que se abate sobre a totalidade dos eleitores. Não poucas vezes o seu treinamento foi ministrado pelos fiscais dos partidos que acompanhavam a apuração. Coisa absurda, aliás, se considerarmos que este treinamento teve a parcialidade partidária, como não poderia deixar de ser.

Iludem-se aqueles que julgam serem os votos nulos representativos de uma possível contestação de parcela da população frente ao caminho eleitoral a que o regime totalitário se viu obrigado a abrir. Foi principalmente a ignorância, basicamente estimulada pelo governo, a causadora dos votos nulos e brancos. Secundariamente poder-se-ia dizer que a bancada dos candidatos populares só não aumentou, dada a impossibilidade material de fazer chegar suas mensagens ao conjunto da população.

(Marta Quinteiro)

Apesar do esforço dos jornais «O Dia» e «A Notícias», de Chagas Freitas, apresentarem a votação do deputado Miro Teixeira como um grande fenômeno eleitoral — 536 mil votos — o candidato mais votado no Rio nada mais fez que manter sua cota na legenda do MDB e continua muito longe do recorde eleitoral que continua com Leonel Brizola.

Brizola, guardadas as devidas proporções, ou seja, considerando o aumento do colégio eleitoral, teria hoje — no Estado do Rio — o correspondente a 990 mil votos — 18,3% do eleitorado, que eram 220 mil votos em 1962, quando foi eleito.

Isto sem contar com a máquina administrativa e de favores que sustentou o deputado Miro Teixeira, que, em 70, quando ainda não tinha caído nas graças de Chagas, não passava do nono colocado dentro do MDB do Rio.

Quer dizer, com dois jornais a seu serviço, mais de 15 milhões de contribuições que não se sabe de onde vieram (mas se desconfia que vêm do Jogo do Bicho, do Lenocínio e atividades correlatas que contribuem em troca de proteção ao próximo governo), o tal deputado não fica tão fenomenal assim. Explorando a miséria e a ingenuidade do povo, Miro Teixeira conseguiu faturar em nome do sentimento opositorista da massa.

Coisa nova

Mas nem so de chaguistas foram feitas essas eleições. Os candidatos populares — sem dinheiro, faixas,

cartazes, carros; sem ter nada o que oferecer além de suas idéias; mas com muita disposição de luta — denunciando o chaguismo e apontando para a organização do povo como a única solução para seu problema, avançaram muito esse ano, mais que duplicaram a votação para a Câmara e mais que triplicou a da Assembleia Legislativa.

As campanhas dos candidatos populares formam as organizações de bairro e favela; as portas das fábricas, onde houvesse gente para discutir com o povo, sem promessas e sem favores, gritando nos megafones contra a ditadura militar que oprime os brasileiros há 14 anos.

E foi de porta em porta, de favela em favela, conjuntos habitacionais, fábricas, que os candidatos populares se impuseram aos adesistas, mostrando que o chaguismo não passa de ponta de lança da ditadura contra a população, mostrando que quem promete resolver os problemas do povo são mentirosos e apenas exploram a miséria da população para aparecerem como protetores dos fracos; mostrando que so quando o povo organizado puder exercer o poder e que existirá a verdadeira democracia.

Os candidatos populares, entretanto, além de toda a máquina de propaganda oficial, encontraram todo tipo de obstáculos nas suas campanhas, desde prisões, espancamentos e outros tipos de arbitrariedade que, no entanto, não recuam sobre os candiatos chaguistas. (Sucursal do Rio de Janeiro)

Assembleia Legislativa

1974 — Edson Kehair, Délio dos Santos, Francisco Amaral, Alves de Brito e Flores da Cunha. Somaram 78 mil 879 votos, ou seja, 4,9% da votação na legenda do MDB.

1978 — Raymundo de Oliveira, Heloneida Studart, José Eudes, Francisco Amaral e Alves de Brito. Somaram 258 mil 611 votos, ou seja, 9,75% da votação na legenda do MDB.

Câmara Federal

1974 — Lysâneas Maciel, J. G. de Araujo Jorge, Walter Silva. Somaram 139 mil 622 votos, ou seja, 14,35% da legenda do MDB.

1978 — Modesto da Silveira, Edson Khair, Délio dos Santos, Marcelo Cerqueira, J. G. de Araujo Jorge, Walter Silva e José Frejat, (eleitos). Somaram 353 mil 230 votos, ou seja, 13,57% da legenda do MDB.

COLEÇÃO POLÊMICA 1

EUROCOMUNISMO X LENINISMO

A via italiana para o socialismo
Giorgio Amendola

O que não pode mais perdurar no
Partido Comunista Francês
Louis Althusser

Dois passos adiante e dois atrás
Ernest Mandel

Uma Crítica da Ecologia Política
Hans-Magnus Enzensberger

Os Sindicatos na época da decadência imperialista
Leon Trotsky

A venda nas melhores livrarias.

Editorial

A CAMPANHA AINDA CONTINUA

Em São Paulo, já se procura dar passos concretos no sentido da realização de uma assembléia dos comitês de candidatos populares (eleitos ou não), para dar um balanço da campanha e dar continuidade aos trabalhos de base. Tal iniciativa pode e deve ganhar força também em outros Estados, visando traçar objetivos comuns e superar a dispersão política.

A primeira vista, a expressiva votação recebida pelos candidatos populares em diversos Estados pode aparentar ser a grande zebra eleitoral. De fato, os resultados chegam a ser surpreendentes, capazes de deixar boquiabertos os otimistas mais eufóricos. Quem esperava, por exemplo, que em São Paulo fossem eleitos sete deputados federais e 10 estaduais comprometidos com os interesses das camadas populares? E que em Salvador candidatos deste porte liderassem a votação tanto para a Câmara como para a Assembléia, deslocando assim os adesistas de uma posição que tradicionalmente ocuparam? O quadro não muda muito em Pernambuco e no Rio. E até mesmo no superatrasado Maranhão o único candidato popular que concorreu para a Assembléia Legislativa conseguiu a façanha de ser o mais votado do MDB. À luz de tantos dados inusitados, pode-se concluir, precipitadamente, que a zebra andou solta nas urnas.

É certo que tem muito de real o ditado popular segundo o qual as urnas se assemelham a mulher grávida: só se sabe o que tem dentro quando se abre. Contudo, há uma diferença radical entre a loteria esportiva e o processo eleitoral. Este não se define à base da sorte e seus resultados possibilitam retirar importantes deduções políticas. No caso do bloco de candidatos populares que passam agora a debutar no parlamento a sua expressiva

votação permite retirar, de imediato, dois ensinamentos.

O primeiro é que os eleitores que votaram nos candidatos populares grosso modo, diferenciaram estes candidatos do restante do MDB, cujas limitações esta parcela social começa a perceber. Além do mais, estes eleitores são os que mais assumem uma postura anti-regime autoritário, por ter uma consciência nítida das drásticas condições de vida a que estão submetidos, tendo de enfrentar baixos salários, falta de assistência médica e o alto custo de vida. Esta parcela das camadas populares mostrou-se sensível a temas vitais para o cenário político nacional levantados pelos candidatos populares, como os da conquista das liberdades democráticas, da anistia, da Constituinte, do direito de greve e outros. Desse modo, é legítimo concluir que estes eleitores constituem-se hoje num importante manancial na luta contra o regime, cuja amplitude futura dependerá também da atuação dos candidatos populares que conquistaram o mandato.

O segundo ensinamento pode parecer óbvio, mas nunca é demais repeti-lo, pois não faltará quem argumente em sentido contrário. Os resultados são uma prova inofismável do acerto dos que optaram em participar da via eleitoral, apesar das limitações desta via e daquela do MDB. Se a opção fosse por uma postura segundo a qual não se deveria sujar as mãos com o processo eleitoral em nome da

«pureza de princípios», as consequências agora seriam duplamente danosas: de um lado, a esquerda estaria amargando um auto-isolamento, e, de outro, teria jogado para os braços dos adesistas e dos moderados o amplo eleitorado que votou nos candidatos populares, pois o nível de consciência deste mesmo eleitorado está longe de negar o parlamento. Pensar o contrário disto é uma grosseira ilusão de ótica. Desse modo, a participação da esquerda nas eleições, e os frutos colhidos, representam pois um passo, ainda que não decisivo e muito menos final, para romper o isolamento a que sempre ela esteve submetida. Não é exagero dizer que, ao menos nestas eleições as esquerdas conseguiram ir além do gueto em há muito estavam confinadas.

Também revelou ser falso o «realismo pragmático» que criticava a proliferação de candidatos populares como argumento de que com isto se dividiria o eleitorado, ninguém seria eleito e se levaria assim água para o moinho dos adesistas e moderados. O espaço a ser ocupado revelou ser amplo e dados como o de São Paulo e do Rio, onde maioria dos candidatos populares obteve vitória provam que a disseminação destas candidaturas foi um fator benéfico pois elas ampliaram o contingente social conquistado pelas suas teses e reduziram, objetivamente, o espaço dos adesistas e moderados.

Ganha a batalha, pesa agora sob as costas dos candidatos populares uma enorme responsabilidade. O eleitorado acreditou nas teses e agora eles terão de passar pelo teste da verdade. Terão de provar que é possível transformar o parlamento numa caixa de ressonância dos problemas das camadas populares e que a participação no parlamento não é antagônica à organização independente

das massas, ao contrário, pode estar a serviço desta última. É isto que deles serão cobrados e qualquer frustração pode ter consequências drásticas no futuro para aqueles que acreditaram nas suas teses e na sua prática, que os diferenciaram dos candidatos tradicionais.

E não são poucas as tarefas colocadas à sua frente, desde a atuação parlamentar propriamente dita, até a necessidade de lutar imediatamente pela depuração do MDB e agilizar o debate sobre a reordenação partidária com vistas a chegar a uma proposta, rápida e clara.

Mas é sobretudo para a continuidade do trabalho de base que se deve voltar a atenção destes candidatos. Manter organizadas forças e pessoas que se articularam em torno de seus comitês, fazer avançar o nível de organização das camadas populares que estão sob a sua influência, criar mecanismos para que o seu mandato se transforme em algo coletivo são questões que já se colocam na ordem do dia para o bloco dos candidatos populares. Não realizar tais tarefas é cair, apesar das intenções, no esquema tradicional, onde os parlamentares só se voltam para o eleitorado na hora das eleições.

Este é um caminho que para ser vitorioso não pode ser seguido apenas por um candidato ou por seu comitê. Só com a formação de um bloco destes candidatos articulados organicamente com os comitês, e chamado também à unidade os comitês daqueles que não conseguiram se eleger poderão eles desempenhar o que deles se espera e só assim é possível fazer com que a brecha aberta através da via eleitoral contribua para apressar o fim do regime autoritário. Em São Paulo já se procura dar passos concretos neste sentido, estando em curso a convocação

de uma assembléia dos comitês dos candidatos populares, tanto para dar um balanço dos saldos organizativos da campanha eleitoral como para discutir a continuidade do trabalho de bases. Esta iniciativa é plenamente viável de ser generalizada em outros Estados e não é utópico trabalhar para a convocação de uma ampla reunião nacional dos candidatos populares, com vistas a traçar objetivos comuns e superar a dispersão política.

Os mais céticos podem argumentar de que é inviável constituir tal bloco, pois foi impossível concretizar uma frente de candidatos durante a campanha eleitoral ou então que pouco se avançou neste sentido. Sem negar que realmente avançou-se pouco durante o processo eleitoral, isto não exclui, entretanto, a formação do bloco de candidatos populares. Ao contrário, só dá a dimensão da grandiosidade da tarefa e das dificuldades que se colocam à sua frente.

Formar tal bloco não implica negar a existência de pensamentos diferenciados e de propostas políticas diversificadas e explícitas, enquanto tais, dentro da unidade maior. As divergências existem e é salutar que seja assim, pois a unanimidade é sempre enganadora. É aí, dentro deste bloco, por exemplo, que os socialistas devem buscar sua unidade e identidade próprias. Contudo, através do debate é possível tratar fraternalmente os pontos conflitantes. É mais do que isto: o que importa agora é buscar o que os candidatos populares tem de comum em seus programas e em suas propostas políticas e unificar a partir destes pontos. Seguindo este caminho, não resta dúvida de que se será vitorioso, pois o que une os candidatos populares é maior do que o que os divide.

Minas Gerais

Cássio: não sabemos ainda que partido vamos poder criar.

Cássio Gonçalves iniciou a militância política no movimento estudantil, sendo presidente do DCE da Universidade Católica de Minas Gerais, na gestão 58/59. Depois de formado dedicou-se à advocacia sindical. Eleger-se agora deputado estadual: seu depoimento:

«Em 1974 nós começamos justamente a voltar a discutir política, achando que estava se abrindo um espaço que deveria ser preenchido. Essas conversas preliminares giravam muito em torno da criação de um novo partido político. A maneira que nós preencheríamos o espaço político seria articulando um novo partido político, ainda que não houvesse viabilidade de se efetivar esse objetivo. Essas discussões então, acabaram por se fixar nas candidaturas, a minha e a do Edgar Amorim.

Eu acho que a maior parte dos votos nossos, como a dos outros, chamados populares, vieram de classe média. Apesar de em todos os casos ter existido uma penetração boa, razoável, em classe operária. No nosso caso, em parte corresponde ao trabalho desenvolvido durante a campanha e em parte a lideranças já existentes. É o caso típico do João Paulo, onde em Monlevade nós tivemos uma votação muito boa.

De qualquer maneira, a proposta política nossa foi da maior importância para o êxito das candidaturas, e que fundamentalmente era a proposta de organizar o povo.

Além disso, me parece que pesou muito para o êxito dessas candidaturas as pessoas que aderiram a elas e que até certo ponto foram responsáveis pelo lançamento das mesmas. Nós éramos nomes politicamente desconhecidos, eu e Amorim, e não tivemos estrutura partidária para garantir esse sucesso.

Daqui pra frente a questão vai ser a de dar continuidade ao nosso trabalho. Nós tivemos muitos contatos, abrimos muitas frentes; eu acho que há um espaço enorme a ser preenchido

e estamos nos propondo já voltar a todos os locais onde estivemos, não só para fazer uma análise da campanha, mas para conchamar a um trabalho futuro.

Sobre a questão dos novos partidos a ideia que se tem é a de criação de um partido efetivamente popular, nascido das bases, onde se exerça a democracia interna e finalmente que caminhe para um rumo socialista.

Hoje, com a nova legislação, nós ainda não temos todos os dados na mesa; não sabemos que partido nós vamos ter condição de criar agora. Agora é o tempo certo pra gente dialogar com todas as forças políticas que têm compromisso popular, para ver se conseguimos condições para criar um partido, que ainda não será, no meu entender, o partido ideal. O que nós queremos é o que surgirá de um trabalho político de organização das bases. Elas são que irão criar o seu partido.

Eu digo isso porque acho que a questão partidária ainda não chegou à classe trabalhadora. Hoje reinicia-se um trabalho de mobilização, através dos movimentos grevistas; com isso engatinha o ressurgimento de um movimento sindical autêntico, com algumas lideranças realmente expressivas no Brasil. Mas os principais problemas para a classe trabalhadora ainda são, principalmente, os problemas salarial e o da estrutura sindical. O que não quer dizer que nós não vamos levar a discussão política até a classe trabalhadora, é em decorrência dessa discussão surgirão os questionamentos de um novo partido.

A questão da reorganização partidária, colocada agora, será mais ao nível do parlamento, ao nível de intelectuais, ao nível de políticos. Não ao nível dos trabalhadores. De qualquer forma esta discussão terá que voltar às bases que trabalharam conosco. Dentro disso, estejamos nós, hoje no MDB, num futuro PTB ou num futuro PS, eu acho que o trabalho a ser feito é continuar organizando bases, a fim de que elas criem consciência política e o seu próprio partido.

Eu acho também que seria uma precipitação nossa, de intelectuais, criarmos por exemplo um PS, sem escutarmos que receptividade esse partido teria na classe trabalhadora».

Rio G. do Sul

Copetti: socialismo colocado desde já.

Entre os candidatos com posição tida como mais a esquerda do MDB gaúcho, o único eleito foi Americo Copetti, com 19.630 votos, dez mil a menos que em sua primeira eleição como deputado estadual — em 1974.

A imprensa local assegura que Copetti perdeu a metade de seus votos «por ter se integrado na Tendência Socialista e propagandeado ideias socialistas». Copetti, entretanto, discorda dessa interpretação:

«Na minha primeira eleição eu disparava sozinho, como o único candidato do MDB na região. Desta vez o partido lançou uma outra candidatura que em sua campanha fazia questão de dizer que eu não precisava de votos porque estava eleito por Porto Alegre, e ainda completava afirmando que por ser socialista seria em um adversário com esquema perfeito de propaganda e com muito dinheiro para comprar votos. Há ainda um outro aspecto, esse de minha inteira responsabilidade: não faço política de favores e nem mesmo tinha sede eleitoral. Finalmente, uma coisa que o Brasil inteiro não vai acreditar: só gastei 15 mil cruzeiros na eleição para fazer uns panfletos e pagar a gasolina de algumas viagens».

Outro problema grave apontado por Copetti foi a impossibilidade de usar a rádio e a televisão: «Estou certo que faria mais 20 ou 30 mil votos se pudesse fazer minhas ideias conhecidas, pois acredito nelas».

Quanto a acusação da imprensa de que sua ligação com a Tendência Socialista do MDB o teria prejudicado eleitoralmente, Copetti declara. Ninguém tem o direito de deixar de plantar uma árvore por não ter a expectativa de colher no futuro. E verdade que o socialismo ainda enfrenta alguma resistência. O socialismo tem sido pintado como um bicho papão. A ideia equivocada de divisão da frente de oposições.

Entretanto Copetti está decidido a se manter na Tendência Socialista que por ter sido fundada apenas um mês antes da eleição teve uma participação bastante restrita na campanha eleitoral. Ele acha que «política se faz com paciência e determinação».

Além de Copetti, dois outros candidatos também tidos como de esquerda, apesar não terem conseguido se eleger, fizeram uma boa votação no Rio Grande do Sul: André Foster, com 16.334 votos, e Roque Steffen — com 8.844. (Sacursal de Porto Alegre)

Amorim: agora é voltar aos núcleos e debater os novos partidos.

Iniciou a militância política em 1949, no Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, do qual foi um dos diretores. Em 1962 participou da campanha eleitoral do líder operário José Gomes Pimenta (Daziño), pelo Partido Democrata Cristão. Em 1966 foi integrante do comitê eleitoral do deputado, cassado, Edgar da Mata Machado - MDB. Eleito agora deputado federal. Seu depoimento:

«A minha candidatura, como a do Cássio, surgiu no bojo das discussões sobre a construção de um partido que poderia ser definido como popular e democrático. Democrático, no sentido de ter mecanismo que assegure a democracia interna e a participação das bases; e de corte socialista. Quando essas candidaturas surgiram, elas tinham o objetivo de se tornar um instrumento que viabilizasse a nucleação desse partido. E nesse sentido eu acho que o saldo é positivo. Ficou aí um mapa de grande parte do interior de Minas Gerais, de pessoas que foram motivadas a assumir ou reassumir uma militância política, uma vez que já estavam predispostas a isso, mas que discordavam da estrutura tradicional do partido.

O nosso propósito agora é dar continuidade ao trabalho iniciado durante a campanha. Esse

Rio de Janeiro

Raimundo: luta pela democracia deve ter o povo na cabeça.

Raimundo de Oliveira, engenheiro e professor, é o quinto mais votado do MDB para a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Integrando a Frente Popular Eleitoral, ele obteve 60.506 votos. Aqui, seu depoimento a Fernando de Moraes Correia:

— Como você vinculará seu mandato de deputado às organizações populares que o elegeram?

— Devemos entender que a luta fundamental se dá muito mais fora do que dentro do parlamento. Portanto, a nossa atuação deve ter em vista, prioritariamente, contribuir para o fortalecimento das organizações próprias do povo como, por exemplo, associações de bairros populares, luta sindical e associações de profissionais liberais. O fortalecimento dessas formas democráticas do povo se organizar têm que ser o objetivo fundamental do nosso trabalho. A luta parlamentar é um dos instrumentos para o fortalecimento das organizações de base. Cada denúncia feita sobre um bairro popular, por exemplo, deve ser amplamente discutida e surgir dos próprios moradores ao invés de ser uma denúncia «inventada» pelo parlamentar. O fundamental da denúncia é o que traz de mobilização desse bairro e para quem lá tem trabalho político concreto. O mesmo podemos dizer de qualquer projeto que

comitê vai se transformar numa entidade permanente, e acredito que o trabalho principal vai ser o de voltar aos grupos, e núcleos que trabalharam conosco, para a discussão da questão de reformulação partidária. Eu tenho certeza que o próximo congresso, em 15 de março, já vai se reunir em termos de blocos que vão constituir os novos partidos.

Do ponto de vista da articulação propriamente parlamentar a gente já está tomando conhecimento das bancadas que vão se formando no Rio, em São Paulo e Rio Grande do Sul, com uma preocupação inclusive de saber quem e quem. Já tenho programado um contato com um grupo em São Paulo, que trabalhou em torno da candidatura do Fernando Henrique. Existe já uma síntese de um documento inicial, feito lá em São Paulo a respeito do perfil desse partido. Essa síntese nos já estamos mandando para todos os núcleos que contactamos no interior para um início de discussão, que também vai se processar aqui.

O mínimo para esse partido deve ser um comprometimento com a transformação social, com a transformação do sistema capitalista. Agora, elaborar toda a estratégia a ser seguida ao longo do processo eu acho que vai depender da evolução desse processo e de muita discussão. Eu vejo esse partido como uma frente, mais restrita, do que por exemplo o partido proposto pelo Aírton Soares, que reuniria socialistas e trabalhistas. Seria uma frente, mas no sentido de que abrangeria socialistas de vários matizes, todos realmente comprometidos com uma transformação social!»

DURO VAI SER É AGUENTAR O CHEIRO, DOS POPULARES ELEITOS...



Apuração na Bahia

palmente, do desenvolvimento das próprias lutas populares.

— Existiu a frente dos candidatos populares? — Uma característica importante dessas eleições, em comparação às anteriores, foi a mudança qualitativa do trabalho conjunto dos candidatos populares. A frente foi sendo montada na prática. Os comícios, passeatas e panfletagens conjuntas, ajuda mútua e diversas dobradinhas entre os candidatos foram a tônica nova das campanhas populares.

Havia, no início da campanha, diferentes formulações sobre a frente popular em termos eleitorais. Alguns colocavam que essa frente incluiria inclusive os chaguistas. Na prática, a frente se formou apenas com os candidatos populares, sem os chaguistas e os representantes do empresariado. Essa aproximação tem fundamental importância no quadro da reformulação partidária. Os candidatos autênticos eleitos, a nível nacional, constituirão o embrião de um futuro partido popular, mas ainda dentro de um espírito de frente, portanto, heterogêneo. Desta forma, incluirá os elementos mais combativos e progressistas que normalmente iriam para um PTB. Será constituída também por setores que já entenderam que só com o socialismo teremos uma verdadeira democracia no Brasil. Essa frente tem como ponto de unidade a luta pelo fim do regime repressivo com o máximo da participação popular porque os trabalhadores representam o setor que não tem contradições com a democracia. Levarão a luta pela democracia até às últimas consequências, deixando claro que a luta pelas liberdades democráticas para ser consequente exige que «o povo esteja na cabeça».

Exclusivo

Saluzinho: a resistênça na gruta

Reportagem de João Batista de Mares Guia

Na semana que passou, completaram-se onze anos do cerco bárbaro que a polícia militar de Minas levou a cabo contra o posseiro Saluzinho, que entrenchou-se numa gruta na localidade de Serra Azul, município de Varzelândia, norte do Estado. Para desalojá-lo a repressão mobilizou mais de 150 soldados, que abriram tiroteio cerrado, lançaram dezenas de bombas de gás, alagaram a gruta com gasolina e atearam fogo, além de explodirem bananas de dinamite. Tudo isto porque Saluzinho seria um «perigoso guerrilheiro», como foi apresentado pela imprensa à Opinião Pública.

Mas Saluzinho resistiu até o fim e num momento de trégua saiu da gruta, foi preso e condenado a quatro anos de cadeia, que cumpriu na penitenciária de Neves. Na época o assunto teve intensa repercussão.

O repórter de EM TEMPO viajou mais de 600 quilômetros e foi encontrá-lo no alto da Serra do Boqueirão, no distrito de Fábão, município de Januária, bem próximo à margem do Rio São Francisco. Numa choupana de pau a pique, coberta de sapé, chão de terra, aos 60 anos de idade, mas ainda batendo enxada na roça, Saluzinho revelou agora toda a verdade e acusou um grileiro de nome Oswaldo Antunes que queria tomar suas poucas terras e armou toda a trama. E falou ainda de uma convicção, que as atrocidades cometidas contra ele não conseguiram abalar: «sou a favor da reforma agrária, essa lei do João Goulart ia fazer muita coisa boa pra nação».

O cerco militar durou cinco dias e cinco noites. Entre 19 e 23 de novembro de 1967, um camponês de nome Saluzinho enfrentou um cerco de 150 soldados da Polícia Militar de Minas Gerais, entrenchado numa gruta localizada na Serra Azul, município de Varzelândia, no Norte de Minas.

Às 5h40m da manhã de 17 de novembro quatro cavaleiros chegam à casa de Saluzinho. «Eles foi chegando por riba de mim já com o revólver na mão. Aquilo era uma empreitada de jagunço organizada pelo bandido do Osvaldo Antunes, um assaltador de terra, pra tirar minha vida. Na luta contra esses bandidos, lá na minha posse, na Serra Azul, escapei de morrer de tiro jogado em cima de mim de dois metros de distância. Passei a

mão na minha espingarda de carregar pro cano, uma polveira, e joguei fogo num deles. Ele caiu, depois correu, ficou o revólver. Depois fui ver que era o revólver do cabo Barral, da Polícia Militar».

Saluzinho, então, decide ir para uma gruta e envia expedição de socorro à cidade de Jaiba pra contar tudo pro juiz e o delegado». João Baiano, também posseiro, vizinho de Saluzinho, resolve ficar na gruta. Vem o cerco. João Baiano se rende. Lá fora, ele é dependurado num cruzeiro, torturado, e um ano depois morre. Consequência das torturas.

Saluzinho resistia. O tenente Petrônio Rodrigues da Silveira, sob as ordens do comandante do 10º Batalhão da PM de Montes Claros, coronel José Coelho, manda prender a mulher de Saluzinho,

Dulce Gonçalves de Araujo. «Deixaram ela despida na boca da gruta, conta Saluzinho. Judiaram dela bastante. Eles disse que era pra eu ver e pra eu sair e eles matar. Ela morreu uns anos depois. É provado pelo médico que foi espancamento. Lá na unha deles ela só dizia assim: Saluzinho, tu não sai não, eles tão querendo te matar».

«O tenente Petrônio mandou jogar bomba de gasolina pra me queimar, granada e bomba de gás. Cinco dias e cinco noites eu ali naquele sofrimento», diz Saluzinho.

Artilharia de papel

Na época o fato passou como mais uma cena de jaguncismo do sertão. O latifundiário Osvaldo Antunes, dono do *Jornal de Montes Claros* publicou em manchete: «Guerrilha no Norte de Minas».

Ernesto «Che» Guevara morrera na Bolívia no dia 8 de outubro. A Lei de Segurança Nacional fora aprovada por Castelo Branco em março de 1967. Nada-melhor que apresentar Saluzinho como guerrilheiro e depois abocanhar as suas terras. Mas a jogada não pegou.

O que fez, então, a grande imprensa? O *Estado de Minas*, do grupo dos Diários Associados, inventou uma invasão de terras e passou a chamar Saluzinho de criminoso, acusando-o de ter atacado a «patrulha» do cabo Barral. O *Jornal do Brasil* preferiu acusar Saluzinho de roubo de gado (edição de 22/11/1967, p. 7) e de jagunço (23/11/67). O *Correio da Manhã*, fugindo à sua tradição, fez parceria com o JB, chamou Saluzinho de jagunço e inventou que ele tinha 18 crimes de morte no Paraná (edições de 23 e 24/11/67, às pp 10 e 7, respectivamente).

Acobertada por essa artilharia de papel, a PM de Minas Gerais deslocou para a Serra Azul uma tropa equipada

com armamento moderno, incluindo metralhadoras, granadas, lança-chamas e bombas de gás lacrimogêneo. Depois da prisão de Saluzinho, dentro da gruta a polícia encontrou o revólver do cabo Barral e três polveiras de carregar pela boca, em vez do aparato bélico anunciado pela imprensa.

Saluzinho foi condenado a quatro anos de prisão. Cumpriu. Osvaldo Antunes conseguiu seu objetivo: mais terras.

O encontro com Saluzinho

Onze anos depois desse fato, a reportagem do EM TEMPO foi ao encontro de Saluzinho. Magro, 60 anos, batendo enxada em roça de arroz, milho e feijão, tirando madeira hoje, ele mora e trabalha no alto da Serra do Boqueirão, localizada no distrito de Fábão, município de Januária, em Minas Gerais, a 600 km de Belo Horizonte, localidade bem próxima à margem oriental do São Francisco, bandas do Norte do Estado, já perto da fronteira com a Bahia. Até Fábão é possível o acesso por carro ou ônibus. Serra acima, só tem duas maneiras: a pé ou a cavalo.

Saluzinho mora hoje numa choupana de pau a pique coberta de sapé, chão de terra, onde ele cria seus três filhos. Trabalha de empreita para um fazendeiro tirando madeira no alto da serra. Trabalho pesado e que não chega pra garantir o sustento. Por isso Saluzinho fez um contrato (verbal) com o fazendeiro: ele planta arroz, feijão e milho num terreno plano, um platô no alto da serra, área de um hectare, e quer fazer uma lavourinha de algodão. Ele propõe para o fazendeiro um acordo: pagar 15% da planta de arroz, aumentando muito a área dessa lavoura. Nos altos da serra, plantar milho e algodão, e, depois, deixar capim na terra para «pagar o arrendo». Essa plantação

seria feita nas capoeiras, onde a mata já foi derrubada pra venda de madeira.

Saluzinho e seus três filhos trabalham de sol a sol, para o sustento colhem 18 sacos de arroz por ano, descascado no pilão, na mão. «O alimento mais firme da casa é o feijão mesmo e o arroz. A gente pobre não tem condição pra outros alimentos, né. Tô cansado sim senhor», diz Saluzinho. «Tô surdo e ando com muita tremura, coisa que arrumei lá na briga com a polícia».

Eu creio que a situação do povo do campo não tá boa não. Péssima. Eu vejo o povo do campo que planta feijão, arroz, milho, pra alimentar. Tá tudo indo pra cidade. Na cidade não tem onde plantar, só pedra. Se eu for pra lá eu vou ser cativo de todo mundo. De forma que acho que a situação do camponês não tá bom nada. Salário é micho. Não dá pra alimentar um, quanto mais uma família. O camponês se fosse um povo marginal, que pensasse pouco, tudo já era ladrão ou era bandido. Pegava carabina e saía furtando. Invadindo quem tinha coisa pra comer. Porque ninguém trabalha porque é bonito, trabalha pra se alimentar e não se envergonhar de dar prejuízo pra nação. Com esse fim que nós trabalhamos. E quando eu fui preso lá na Serra Azul em 67, o capitão Pereira fez um libelo mostrando que eu tinha que ser julgado pela Lei de Segurança Nacional, dizendo que eu tinha levantado fogo contra militar, num ato de subversivo. Osvaldo Antunes, grileiro, dono do *Jornal de Montes Claros*, falou que era guerrilha, que eu era comunista. Pra tomar minhas terras. Eu digo: sou a favor da reforma agrária. Essa lei do João Goulart ia fazer muita coisa boa pra nação. Votei no João Goulart naquela ocasião. 80% do povo votou, diz ele.

Cinco dias, cinco noites. A verdade, onze anos depois.

Na roça, são 5h40m da manhã. Saluzinho acorda para ouvir um programa evangélico. E nem suspeita que está começando naquele momento uma tragédia em sua vida.

«Eu era posseiro em Varzelândia. Tava cultivando aquela posse e não é que um tal de Osvaldo Antunes, invasor de terra, botou o jagunço dele, o Jerônimo, pra escorraçar nós. Teve um vizinho meu, Mané Teco, que ele bateu. A mulher correu pra acudir e ele bateu, um filho de menor foi ajudar a mãe e ele também derrubou e judiou do menino, e falou pro Mané Teco que o duro ali era eu e que ia chegar meu dia.

Fiquei sabendo daquilo. Um dia, encontrando com aquele tal de Jerônimo eu disse assim: «O Jerônimo você falou com o Mané Teco que ia fazer comigo o mesmo que fez com ele. Tem algum motivo?»

Ai ele disse: «Você achou ruim? O meu patrão tem a testa de ferro.»

Eu digo pra ele: «Não me interesse por testa-de-ferro, que é pra isso que nós temos autoridade digna, igual uma marreta de aço, pra macetar as testas de ferro».

Aquilo passou. Dai uns quinze dias, tô na minha casa, sem malícia nenhuma, quando foi ali pras 5h40m da manhã eu levantei pra escutar um programa evangélico. Só tinha levantado eu e a mulher. Ela tava na cozinha e eu vi que ela conversou. Quando eu chego lá na porta, tava ela de dentro conversando com quatro homens montados a cavalo. Digo bom dia pra eles.

«Me diga disse eles, é você que é o Saluzinho?»

Eu digo: «Sou eu sim senhor».

«Me diga, disse eles: você pode ensinar o caminho da casa de João Luis?»

Ensinei.

«Fiz fogo. O bandido caiu nos meus pés»

Nisso, eles foi desaparecendo do cavalo em cima de mim. Eu tava nu da cintura pra cima. Um deles foi chegando pro riba de mim assim já com o revólver na mão. Eu firmei na porta. Não tinha pra onde correr.

«Ele não vai atirar covardemente», pensei. A bala tiniu. Pegou no pau da porta. Era pra pegar assim na altura do rim. Foi quando eu vi, encostado junto da porta, tinha uma espingarda, uma polveira de carregar pro cano. O homem atirou de dois metros de distância. Revólver de calibre 38. Quando ele atirou eu puxei a espingarda. Eu levei a espingarda, olhei na cara dele e enfiei a mão. Quando ele viu que eu ia puxar ele disse: «Não me mata não». Eu fiz fogo e ele caiu nos meus pés. Morreu não. Tiro pegou de lado no pescoço. Não queria matar. Ele caiu e outro cavaleiro deu uma descarga na minha cara. Pegou no pau da porta.

Eu levei o tucano na cara dele, ele caiu fora. Correu aquele povo. O que eu acertei também correu.

Um fazendeirinho perseguidor que tava com eles puxou o revólver e jogou fogo em mim. Deu uns três tiros. As balas passavam pra dentro. Eu puxei minha garrucha. Ai ele correu dando aquelas voltas. Quando ele foi entrar num carreiro assim eu atirei nele, ele caiu. Não erro tiro não. Levantou e arrastou pra lá. De lá de longe assim numa cerca eles pegou pra atirar pra minha casa. Quatro. Ai eu disse que eu vou fazer? Aquele povo vai voltar e vai me matar e eu aqui tô desarmado.

Quando eu chego na porta, tem lá um revólver no chão. Eu panhei. Depois que eu fui olhar o revólver mostrando que era da Polícia Militar. Era o revólver do cabo Barral, o pistoleiro que dei nele o tiro no pescoço. Num sabia quera polícia não. Tudo paisano, revólver tava com cinco balas.

Tinha lá um marrando um cavalo numa distância muito longe. Os outros atirando pra casa. Eu pus fogo nele. Era o tal de João Brejeiro. O tiro pouco, ele tombou no chão. Morreu nada. Eles foi embora. E ai foi quando eu vi o revólver mostrando que era da Polícia Militar. Eu digo: nossa, tô lutando com a polícia. Tomei quatro cavalos com que eles chegou na casa e mandei entregar pro juiz de já de Jaiba, e pedi socorro. Mandei contar tudo.

Eu digo: vou esconder. Fui pra serra. Tinha um lugar assim — distancia de uns 500 metros da minha casa. Entro lá dentro. Vem o João Baiano. Soube daquela notícia, daquele ataque que eu recebi. É trabalhador de lá mesmo. Conte pra ele. Ele disse: «Óia Saluzinho, é bom nós caçar um lugar de esconder. Esse povo volta aqui pra matar nós. Mata ocê com sua família e tudo».

Eu garro a saber da lapa. Fui pra lá mais uns dali mesmo. No outro dia eles me chamou pra casa deles enquanto não chegasse o socorro pra mim, de lá de Jaiba. Eu digo: não vou. Eu aqui eles fizeram comigo o que fez, se eu afastar, o que eles faz com meus filhos e com minha muié? Não saio não. Ou morro ou vivo, é aqui junto com meus filhos. Se eu escutar algum barulho brabo eu vou lá.

Fiquei ali. Eles foi. Ficou o João Baiano. Neles rodiam ali uma serra, já encontra a polícia. A polícia pegou uns deles, trouxe. Uns e escapou. A perseguição atrás deles foi até lá em Itacarambi. Polícia foi lá pra boca da lapa. Deram muito tiro ali assim, falou com mó deu sair. Quando deu aquele tiroteio o Baiano

disse pra nós sair. Eu digo: ocê sai mas eu não saio não. Ele saiu. De lá de dentro eu tava escutando o barulho dele gritando na unha deles, matando ele. Nessa ocasião ele demorou volta de um ano, depois morreu. Morreu do espancamento. É provado pelos médicos. Bateram, abriaram o braço dele assim (crucificação), marraram num pau feito um cruzeiro, um em pé outro de travessa, deitou pra ele não ter saída, né. Depois que eles se infarou daquilo, marraram coisas no braço do Baiano e pendurou ele num galho de embu. Teve ali uns três dias nesse sofrimento. Na frente da lapa. Eu não via, depois que o povo me contou isso.

Fiquei dentro da gruta cinco dias e cinco noites. Ali não tinha alimentação. Água que tinha era numa lata que a polícia furou de bala e derramou tudo. Alimentação era só fumaça de gás. Fogo de metralhadora era de 15 em 15 minutos. Um soldado depois me falou que aquilo era com medo de sair e matar um mocado deles. Lá na gruta eu tinha era umas espingardas de carregar pela boca e era esse revólver tomado do cabo, que eu peguei com cinco balas. Atirei uma no bandido lá na porta de casa. Fiquei com quatro. Fiquei ali naquele sofrimento, eles botando bomba de gás toda hora.

Então o que aconteceu? O tenente Petrônio jogou fogo naquela gruta. Até bomba de gasolina ele jogou lá pra me matar. Eles pegaram um tambor desses grandes cheio de gasolina, botou lenha na boca da gruta, lenha grossa, então montaram o cisco, depois derramou aquele tambor de gasolina. Aquele trem correu e foi lá perto dos meus pés. Eu digo: agora tô morto. Puseram umas bananas de dinamite lá dentro daquele cisco. Puseram fogo. Aquela bomba detonou. Deus preparou porque parece que aquela coisa virou água. Subiu aquele fogo azul. E quando aquele fogo pegou, aquela gasolina avoava lá perto de mim que eu via o branco de fogo dela assim em cima de mim. Fizeram isso porque viu que o gás não tava provocando nada contra mim. Eu deitava com a cara na terra e respirava com o nariz enfiado na terra. Então, esse tenente Petrônio mandou preparar lá em Montes Claros uma bomba de muitos quilos e jogou. Aquilo explodiu dentro da lapa. O efeito que fez foi só de me botar surdo, né. O dia que eles soltaram essa bomba grande eles diz: «Ah, ele morreu. Deve tá até cheirando mal. Ele tá morto há tempo».

E vai entrando todo mundo. Ai eu peguei o revólver e mostrei a mão, sacudi ele. Dando um sinal de que eu não queria fazer mal a eles. Ai eles encheram e rancou tudo na carreira. «Ó, o desgraçado tá vivo.» Ai eu dei um tiro na pedra. Pra eles saber que eu num queria

matar eles. Porque se quisesse eu tinha matado aquela hora, porque tava pertinho assim, e eu de revólver num erro tiro.

«O mato tava amarelo de Polícia»

Óia, no dia que o DOPS chegou falando pelo aparelho pra eu sair e que eu sai, acho que ali tinha berando uns 150 homens da polícia. O mato tava amarelo de polícia. Isso foi no quinto dia.

Quando inteiros quatro dias foi lá um sargento de Manga com soldados me socorrer. Quando chegou lá, falou com esse tenente Petrônio. Ele diz pro sargento: «Ah, esse homem não pode socorrer. Ocê pode é entrar pra matar ele.» O sargento diz: «Eu num entro. Eu perco a farda se for preciso, mas não entro.» Não tô mais lembrado o nome dele. Foi lá pra me socorrer com 14 polícia. Ele foi preso junto com os colegas.

Então, nessa hora os soldados depois me contaram — quando eles tavam debatendo ali, receberam um rádio com ordem do Costa e Silva dizendo que não tocasse na minha vida que eles queriam saber qual era o meu mistério. Ai eles diz assim: «É, aí, ató o próprio governo tá com esse homem. É, mas o governo não sabe não, ele é um bandido, nós tem é que matar.» Nessa hora o tenente Petrônio subiu na pedra pra me atirar. Ele subiu com a metralhadora. Eu via a boca da arma, arma grossa. Ele pôs a mostra da cara assim e fugiu. Ai ele pegou uma pedra e pôs tampando a testa. Tornou a por um olho e tornou a fugir. Eu peguei uma espingarda, armei e pus em cima. Quando ele pôs um pouquinho assim, eu vi que ele ia fugir, pus fogo, ele desceu. Pegou na testa de raspão. Não matou.

Ai a polícia pegou minha família. Eu não vi. O próprio policiamento contou pra mim. Pegou minha mulher. Ela chamava Dulce Gonçalves de Araujo. Deixaram ela despida na boca da gruta. Tirou a roupa, ela ficou despida ali, judiaram dela bastante. Eles depois disse que era pra eu ver aquele movimento pra eu sair e eles matar. Ela morreu uns anos depois. É provado pelo médico que foi espancamento. Foi o dr. Pedro Santos que cuidou dela lá de Montes Claros.

A polícia chegou na minha casa, apanhou minha mulher e levou lá na boca da gruta. Bateu nela bastante, tirou a roupa dela. Agora, eu não sabia o que é que tava passando, eu sei que ela só dizia assim: «Saluzinho, tu não sai não, eles tão fazendo pra ver se tu sai pra te matar.» Eu caçava um meio de ver de lá de cima e não encontrava jeito. Esses dois meninos que o sr. tá vendo é gêmeo, eles tavam com sete meses nessa ocasião, passaram 24 horas sem alimentação. Tive 3 filhos com a Dulce: Israel, Daniel e Adão. Daniel e Adão nasceram em 67. Eles pequenino, ainda ia polícia lá na casa, eu na gruta, os meninos tava

almoçando, eles pegavam areia e jogavam na comida. Depois o próprio soldado do Batalhão falou isso pra mim. A Dulce precisou operar de tanto espancamento. Ia em Montes Claros ela foi operada e morreu. Espancamento da polícia.

Chegou no 5º dia lá o DOPS. Foi quando eles puseram um aparelho e diz assim: «Saluzinho, pode tu sair pra fora. Aqui agora tem garantia pra sua vida e médico.» Eu digo pra mim que aonde tem médico não pode ter bandido. Ai eu sai. Eu ia com cisma deles tá com traição. Botei o revólver na mão direita e arribei a mão esquerda. Eu digo: se eles tá com traição eles me atiram na mão. Quando eu fiz aquilo um homem lá do DOPS diz que se eu tivesse com arma na outra mão que podia botar no chão e sair com as mãos na cabeça. Botei o revólver no chão e sai. Ai veio o médico. Perguntou o que eu tava sentindo. Disse que tava sentindo sede, fome. Ele disse: «Moço, você num sente tontura, nem sente desenteria?» Eu digo: nada, é só sede e fome. Eles num guentaram ficar do lado que o vento tava tocando, de tanto gás.

Fui preso lá pro 10º Batalhão de Infantaria da PMMG, em Montes Claros. Lá dentro o tenente Petrônio perguntou se eu conhecia ele. Digo que não conheço.

Ele diz: «É, você quase me matou lá na gruta.» Eu digo pra ele: «Eu não sei quem é, lutei lá com muito bandido».

Ele diz: «Eu sou o tenente Petrônio.»

Eu digo: «É tenente? Tem razão de não te conhecer porque eu só vi um pedaço de cabeça sua. Se eu visse o resto ocê não contava o caso.»

Ele disse: «A gente só morre quando Deus quer.»

Eu digo: «Perfeitamente, até bomba de gasolina tu pôs pra me queimar e Deus tirou. Até morteiro ocês detonaram lá, granada grande, que quando estourou pedaço de pedra voava prá todo lado.»

Lá no 10º Batalhão fiquei muito tempo. Teve um cabo que pôs até pó de vidro na minha comida. Ai eu engoli o pó. Deus não deixou me fazer nada.

Fiquei quatro anos preso. O julgamento foi em São João da Ponte. Primeiro teve aquela coisa de Segurança Nacional. Eles deixou aquilo de lado. Sai da prisão em 1971. Lá em São João da Ponte tinha o sargento Afonso. Atentou me tirar minha vida. O juiz tirou o sargento dali daquele encargo. Dai uns 15 dias chegou lá um detetive, foi lá e me paniu, me levou pra BH, fui pro DOPS. Tive lá 11 meses.

Nesse tempo que eu fiquei preso minha mulher e meus filhos viveu passando mal, passando fome, passando muita miséria. Foi na Serra Azul. Ela ficava aí, depois ela ia onde tava o pai, o pai também pobre, foi pra onde tá um sobrinho meu, também pobre. Ela sofreu muito...

*Um batalhão de soldados,
tiros, bombas de gás,
gasolina incendiada,
dinamite, no norte de Minas.*



Um perfil de Saluzinho, por ele mesmo.

«Nasci e criei no Brejo de Mutambal. Meu pai comprou essa terra. Tinha o título da terra. Ele trabalhou ali muitíssimos anos. Eu era criança naquele tempo, me criei ali, sai dali com a idade de 25 anos. Eu tô com 60 anos.

Tinha o testa de ferro chamado José Milo. Um bandido. José Milo era um testa de ferro que tinha por ali assim, um engenheiro, dono de um mundo de fazendas. Ele entrou ali naquelas terras com uma divisão, entrou lá com um juiz e prefeito de lado e pôs uma gleba de terra na praça pra vender. Deixou nós na mão. Isso foi em 54 ou 55. Foi tirada uma gleba de terra só, um registro só. Eram 60 famílias. Todos pagando o imposto. Mas ninguém tinha dividido um do outro. Dividiu por em roda. Depois o José Milo fez uma encrenquinha ali, outra daqui. Ai requereram divisão. Esse José Milo foi dividir. Ele me deserdou de meu pai. Eu tinha 64 alqueires de chão. Meu pai tinha essa terra.

A família toda tava em São Paulo nessa ocasião. Ele aproveitou. Sai de Minas em 1954, já no fim. Com meus irmãos. Naquele ano houve muita falta de mantimento. Ah, vamo pra São Paulo, lá tá bom. Reunimos tudo e fomos. Lá a coisa arruinou, nem dinheiro de passagem ali se arruma, porque ali é so ilusão, e fomos multiplicando o tempo ali assim. Fui pro Paraná. Trabalhei na lavoura, trabalhei no algodão, fiz muita lavoura de arroz. Depois que eu vi que a exploração era muita fui obrigado a sair desse serviço e fui trabalhar de empreita. Trabalhei com muito tirame de madeira, derrubada de mata. Em São Paulo e Paraná.

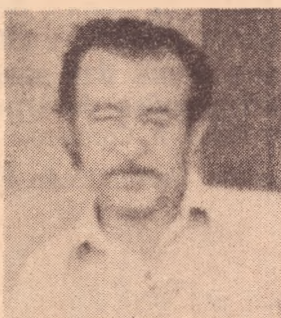
Em 1963, voltei pro Brejo de Mutambal, onde eu nasci e cresci. Cheguei, a minha terra tava invadida. Foi esse José

Milo. Lá que era terra de meu pai! Ele queria receber o corte, que a terra ficava cortada e não tinha como pagar. Ele fez força, ele junto com o Juiz e o prefeito de São João da Ponte. Ficava era no município de Manga. Então vim pra essa posse na Serra Azul, essa onde o Osvaldo Antunes mais o coronel Giorgiano Jorge me arrancou dela junto com a polícia em 1967. Foi lá, na luta contra os bandidos, que eu fui preso em 67.

Depois de preso, soube que o coronel Giorgiano ia ser meu acusador. Falei pro dr. advogado: óia dr., queria que V. Exa. me desse a oportunidade de cinco horas na tribuna. Ele disse: por que? Eu digo: porque eu ia defender minha causa diante do dr. Giorgiano, porque ele é um bandido, assaltador das terras. Eu queria ver como é que ele vai fazer a defesa do Osvaldo Antunes. Um ladrão fazendo a defesa de outro. Mas lá o coronel Giorgiano não foi, não foi não senhor.

O coronel Giorgiano faz a perseguição por fora, tá dentro das marmeladilhas, né. Eu sei que tá. As marmeladilhas, quando aparece uma bronquinha dessa de terra, ele tá ajudando a botar uma terrinha em cima. Encosta ele com Osvaldo Antunes, encosta ele com uns outros aí. O coronel tem muita terra. Na Cachoeirinha ele tem 300 alqueires de chão. Essas terras ele conseguiu expulsando os posseiros. Com o Manuelito, né. Tinha o tal de Manuelito. Ele abraçava aquelas terras, matava posseiros, outros dava a testa de que não ia sair, ele ia com a polícia, chegava lá e tirava. O coronel Giorgiano era o advogado que ia dar os despejos. Ganhou 300 alqueires desse Manuelito. Esse Manuelito desapareceu. Cachoeirinha é acima de Jaíba. Lá, um tal de José Guilherme matou um posseiro pra tomar essas terras. Isso foi em agosto de 67.

“A ansiedade do trabalhador rural é fazer greve”



Quem garante é o lavrador Antonio Crispim, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos, 16 km distante de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Semana passada, publicamos a primeira parte de sua entrevista sobre o movimento sindical no campo. Agora, segue o resto. Ele fala sobre a necessidade de participação política dos trabalhadores rurais, do peleguismo, da sua experiência de liderança e do retorno à roça, da necessidade de organismos correspondentes às comissões de fábrica entre outros assuntos.

— No recente congresso da CNTI, no Rio, surgiu uma corrente de líderes sindicais reivindicando um novo sindicalismo. Eles divulgaram uma carta onde colocam a necessidade de um sindicato desatrelado, etc. e chegam, inclusive a colocar questões políticas, como o «Estado de Direito» e outras. Como no ano que vem será realizado o Congresso da Contag, o sr. vê alguma possibilidade de também aí se expressarem correntes de sindicalistas autênticos?

— Olha, eu acho que sim, porque com referência a esse grupo autêntico do Congresso da CNTI, houve também a participação da Federação nossa num encontro anterior que foi mais de cunho político e não sindical, em que foi entregue ao governador do Estado um memorial, com assinatura de 17 federações e 87 sindicatos, no qual nós reivindicávamos o direito de organização política do trabalhador. E, inclusive, num encontro nosso em Agudos, foi discutida e foi sugerida a possibilidade de já participar na política a partir deste ano. Mas depois chegamos à conclusão que não há condições ainda, mas que deve ser feito um trabalho nesse sentido: de organizar o trabalhador politicamente. Eu mesmo defendo essa idéia porque acho que não adianta nós pensarmos na defesa do trabalhador se quem está com o poder na mão são os patrões. Então com que base o trabalhador vai lutar pela sua causa, se na hora de votar tem que votar no patrão, se não tem representante autêntico que o represente com autenticidade lá em cima?

— Quando o sr. colocou as dificuldades que se colocam hoje para a defesa dos interesses dos trabalhadores o sr. citou o instrumento principal que o governo tem utilizado que é uma lei que praticamente proíbe as greves. Entretanto, no ABC, SP, Rio, etc., os trabalhadores têm feito greves. Quanto aos trabalhadores rurais, a gente tem notícia de um movimento grevista na região de Itanhaém. Como o sr. vê a conduta dos trabalhadores rurais frente à lei antigreva?

— Os trabalhadores rurais no geral, quase que nem sabem da lei como ela existe, da sua existência e de como ela funciona. Agora, a gente tem discutido, tem visto a ansiedade do trabalhador é pelo fazer a greve mesmo. A gente conhece, a gente vê por aí afora, às vezes, grupinhos de trabalhadores que vão cortar cana com o empreiteiro, por exemplo. O empreiteiro pega, não dá o preço da cana que ele vai cortar. Eles se reúnem e param. Simplesmente cortam: «ou dá o preço ou senão não corto!» E às vezes chegam até a largar o caminhão lá na roça e vir embora a pé. São coisas em que o trabalhador revela a ansiedade dele de poder fazer aquilo que seria preciso: a greve.

Desde o início do ano, eu resolvi, achava que eu precisava trabalhar junto com os trabalhadores, lá na roça. Então eu estou indo dois dias por semana. E é interessante a gente ver o



trabalhador, como ele trabalha e como ele procura a defesa dos direitos dele, ele próprio se defender. E o empreiteiro, por outro lado, já tem, assim, uma certa cisma, porque já vê o trabalhador falar em sindicato.

Agora, o necessário seria mesmo que houvesse a liberdade de greve, porque o trabalhador sem o direito à greve não tem quase que força nenhuma através do sindicato.

O que falta, também, por outro lado, é uma conscientização muito grande. Porque o sindicalismo rural, no Brasil, aliás, no Estado de São Paulo, principalmente, ele surgiu mais assim, vamos dizer, quase de cima pra baixo. Houve grupos que começaram a movimentar com sindicatos, essa coisa toda; e o clero, preocupado, pegou e se lançou também na luta. E onde, então, foram fabricados líderes — dizem que são líderes, não concordo — e, então, foi fabricado muito presidente de sindicato. Infelizmente eles são bitolados, não por culpa deles, mas por não terem tido uma formação, uma orientação desde a fundação dos sindicatos.

— No sindicalismo rural tem pelego também?

— Eu não chamaria de pelegos. Eu diria que são inconscientes, porque, como eu disse, devido às diversas correntes dos sindicalistas que surgiram de 1958 a 1963, houve uma «fabricação» de presidentes de sindicatos. Depois, os grupos autênticos, que se propuseram ser autênticos, como foi o caso do grupo de Ribeirão Preto, que era a antiga Frente Agrária, ex-Frente Agrária, foram desfeitos, porque não havia mais condições de funcionamento. A Frente Agrária foi extinta pela Revolução de 1964. Então, esses grupos autênticos foram extintos e ficou o grupo que dominava a situação naquele tempo. Depois, houve com modificações, quando entraram outros, como no caso nosso, por exemplo, mas com certo receio. Então, os presidentes de sindicato, que não tiveram formação autêntica não tiveram coragem para aceitar uma nova orientação e partir para a luta de uma nova maneira. Inclusive, há três ou quatro anos atrás, eu fui indicado por companheiro para

integrar a diretoria de Federação, mas fui eliminado. Teve colega que chegou a dizer que se eu fosse fazer parte da diretoria, o seu sindicato se desfilia da Federação. Quer dizer, um problema sério, né? Agora, eu não digo que sejam pelegos, eles são inconscientes, porque eles tinham a gente como um comunista. Quando o que eu penso eu penso que devo ser é um cristão autêntico e não como essa cambada de cristão que tem por aí, que vai na missa, bate no peito, confessa, comunga, etc. e passa por cima do irmão sofrendo aí na rua fome, miséria e todo tipo de injustiça.

— O sr. falou aí numa experiência que parece muito interessante: o sr. está indo, duas vezes por semana, diretamente para a produção. É sabido que uma das formas de se manter o peleguismo na estrutura sindical é o dirigente se desligar dos interesses dos trabalhadores, acaba por vezes a ter certas regalias, etc. Essa experiência foi discutida aqui no sindicato, foi uma idéia sua e como os trabalhadores estão vendo essa participação sua na produção?

— A decisão partiu de mim mesmo. O ano passado eu estive em Brasília discutindo com companheiros, e cheguei a perguntar se eles ofereciam alguma perspectiva para o sindicalismo rural no Brasil, porque eu, sinceramente me encontrava frustrado. Porque eu acho que sindicalismo não é isso que está aí, como eu já disse, apenas dar assistência ao trabalhador. Então, com as palavras deles, que me convenceram mais ou menos, eu decidi tomar essa posição, que inclusive foi discutida com os trabalhadores, com os companheiros aqui no sindicato e que eles aceitaram muito bem. E hoje parece que a gente já é visto de outra forma. Apesar da gente só ir duas ou três vezes por semana na roça, parece que o trabalhador vê a gente com outros olhos, porque de fato, o que o sr. disse tem muita razão. Quando eu disse para o contador da federação que eu iria fazer isso, ele foi o primeiro a dizer pra mim que eu não podia fazer porque eu não poderia receber do sindicato e trabalhar na roça. Eu teria que ser Presidente do Sindicato ou então me desligar do sindicato e ir trabalhar na roça. Um absurdo, né? Agora, tudo pode acontecer nessa Brasil...

“Comissões de fábrica” também no campo

— Uma das propostas que esses sindicalistas autênticos têm lançado e que é também proposta das Oposições Sindicais dos sindicatos da indústria é a proposta de organização das comissões de fábrica, que seriam órgãos mais diretamente ligados ao trabalhador, no próprio local de trabalho. Não é uma proposta de acabar com os sindicatos, mas de criar raízes mais profundas no conjunto dos trabalhadores. Como o sr. vê essa questão em relação ao campo?

— Eu acho perfeitamente viável. Inclusive seria o ideal, porque viria fortalecer o sindicato, desde que essas comissões sejam eleitas pelos trabalhadores e que sejam autênticas. Porque o perigo é cair nas mãos de grupos de pelegos. Quanto ao setor rural eu acho também que seria o ideal. No caso das regiões de trabalhadores volantes, o empreiteiro arrebanha aí 50, 60 trabalhadores às vezes mais, e lá no campo ele faz o que bem quer, através de seus feitores e fiscais. E uma comissão de trabalhadores seria o ideal. O que a gente vê no corte da cana, a gente fez experiência e viu, fomos trabalhar eu e outro colega, cortamos 10 toneladas de cana e ganhamos Cr\$ 156, os dois juntos e o empreiteiro Cr\$ 137, com o trabalho nosso. E esse é um dos que estão pagando melhor. Por outro lado, conversando com o fornecedor da cana, ele disse que a cana dá pra ele 30% livre de todas as despe-

sas. Então, com 100 alqueires de cana um fornecedor desses, em Cravinhos, livra Cr\$ 1.800.000 por ano. Então veja a diferença.

Essas comissões iriam ver essa disparidade, inclusive discutir com os trabalhadores, mostrar pros trabalhadores a necessidade deles exigirem mais, inclusive uma forma de participação nesse lucro.

— Sr. Crispim, conta pra gente qual foi a sua experiência sindical, a sua participação na luta pelos interesses dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão e Cravinhos.

— Bom, o que a gente tem feito, o que a gente fez, foi procurar defender os direitos do trabalhador. O que a gente aprendeu, desde que iniciou no sindicato, é que o trabalhador no momento em que estivesse conquistando seus direitos, como salário-mínimo, férias, 13º salário, etc. — então ele mesmo ia descobrindo que aquilo não era suficiente para ele. Isso de fato foi constatado, comprovado isso mesmo.

Quando nós começamos, com trabalhadores sendo despedidos, ameaçados, tendo seus direitos negociados, aquele negócio todo, nós começamos a trabalhar, orientar os trabalhadores, com advogado, ações na justiça. Começamos em 1962 e até 1964 a luta foi essa. Eu cheguei a responder sindicância no Exército porque me denunciaram — não uma vez só, nem duas — e um coronel chegou a Ribeirão Preto e resolveu instaurar uma sindicância e a principal acusação que eles fizeram é que

havia muita reclamação na justiça. Mas ele constatou que isso não era crime...

— Naquele época, o sr. já era dirigente sindical?

— O sindicato foi fundado em 1962 como Associação de Trabalhadores, porque naquela não havia o Estatuto do Trabalhador Rural. Aliás, foi em 1961, com outro colega. Depois me indicaram e eu aceitei. O sindicato só foi reconhecido em 1969, mas até 1972, mais ou menos foi duro. Em 1971/1972 eu estava respondendo sindicância no Exército. Fui fichado no DOPS, estive preso, apanhei na cara, um empreiteiro me agrediu aqui do lado do sindicato. Me derrubou no chão com um soco e os irmãos vieram pra bater mesmo de verdade. Então eu gritei por uns companheiros que estavam mais distantes e quando os companheiros vieram eles correram pro caminhão e foram embora.

Tudo isso a gente passou. Agora, recentemente, uma empregadora chegou a dizer pro secretário do sindicato que nós orientássemos um ex-empregado dela, que ela despediu, pra que ele aceitasse «x», e a diferença ela daria para o sindicato. Daria dois tantos daquilo que ela estava oferecendo pro trabalhador. Dessas ofertas assim houve muitas, na tentativa de corromper a gente. Agora, a gente procurou sempre se alicerçar na justiça, na honestidade e estamos aí, fazendo o que é possível, né?

No debate atual sobre a questão democrática, os problemas da saúde e da medicina vêm assumindo considerável importância. Consta que a saúde da população vai de mal a pior. Antigos problemas de saúde pública continuam a desafiar os sanitaristas. A mortalidade infantil em regiões do Nordeste permanece acima de 200 óbitos por mil nascidos vivos. Em São Paulo, após verificar-se o aumento da mortalidade infantil na década 1960-1970, o poder público anunciou esforços intensos para minorar algumas de suas causas, através de ampliação da rede de centros de saúde e do programa de saneamento. No entanto, a euforia dos resultados alcançados nos dois últimos anos está hoje ameaçada. A mortalidade infantil voltou a crescer a partir de junho passado, ao que tudo indica decorrente do corte de instalações de água e esgoto da periferia que antes recebia gratuitamente esses serviços e que passou a ter de pagar por eles. Muitas famílias não tinham como pagar. Mas a política social foi implacável: corte de ligações.

No Estado do Rio de Janeiro, cálculos de mortalidade infantil corrigidos dos dados oficiais indicam que em municípios da Zona Serrana (Terresópolis, por exemplo) e do Norte do Estado, os índices chegam a 120 mortes para 1.000 nascidos vivos.

Doenças de Matar

A malária se distribui em uma área de 6,9 milhões de km², 1840 municípios e com 42 milhões de habitantes expostos a doença. A doença de Chagas atinge de 3 a 4 milhões de habitantes, sabendo-se que entre 1971 e 1973 aumentou a frequência de achados de barbeiros infectados nas residências pesquisadas de 2,2% para 7,1%.

Esquistossomose, tuberculose, lepra, tracoma apresentam sua situação inalterada ou agravada, atingindo grande número de pessoas. Com estas doenças endêmicas convivem as doenças crônicas degenerativas, como a hipertensão arterial, a doença cardíaca coronariana

(e o enfarto do miocárdio), os diabetes, os artrites, os tumores malignos, as doenças mentais. A segunda causa mais frequente de atendimento nos ambulatórios do INAMPS são as «neuroses».

Engano é pensar que as doenças infecciosas e parasitárias, doenças típicas do subdesenvolvimento, acometem os pobres, enquanto as crônicas degenerativas são doenças do rico. Ao contrário, o pobre adoce e morre mais por ambos os grupos de doenças. As doenças degenerativas, no pobre, são tratadas em estágios mais avançados por falta de assistência médica. Estes indivíduos também não podem limitar sua atividade e ter repouso de trabalho. E quando a doença agrava, são despedidos do emprego; o que torna impossível tratamento adequado.

Que faz o Governo?

As doenças distribuídas desigualmente entre as classes sociais refletem as desigualdades sociais geradas pelo sistema de produção. Não só o salário real e o poder de compra têm diminuído, como o desgaste físico do trabalhador aumenta pelas horas extras de trabalho, pelo ritmo e intensidade do trabalho, pela monotonia e repetição de tarefas na linha de produção, pelas dificuldades de transporte entre a casa e o lugar de trabalho.

E o que tem feito o governo através das políticas sociais para diminuir estes males e sofrimentos?

Vejamos a assistência médica na Previdência Social. A massa de beneficiários elevou-se desde 1966, quando foi criado o INPS, e hoje são 70% da população dos centros urbanos. O Rural também levou mais assistência ao trabalhador do campo. Tudo bem. O problema entretanto, é que o atendimento a esta massa de segurados tem privilegiado o tratamento nos hospitais, comprado aos hospitais particulares e lucrativos. Em 1977, 97% das hospitalizações foram feitas nestes hospitais.

Como o pagamento é feito por cada atendimento por meio de «unidade de serviços», isto é, para cada intervenção, remédio ou exame realizados, não é de se espantar que os hospitais cobrem por serviços não prestados ou realizem atos desnecessários para aumentar o faturamento.

O próprio presidente do ex-INPS, declarou na Escola Superior de Guerra em 1977 que cerca de 600.000 hospitalizações realizadas no ano anterior pelos hospitais particulares teriam sido desnecessárias.

«O doente termina sendo hospitalizado e transformado em objeto de lucro dos hospitais privados»

O atendimento ambulatorial expandiu-se, é verdade, às custas dos serviços próprios do INAMPS. Em 1977 cerca de 100 milhões de consultas foram realizadas, dando uma média de 1,5 consulta por beneficiário, o que ainda é pouco. Mas o aumento da produtividade evidenciada pelo número de consultas engana. E a qualidade do atendimento? O tempo de consulta é mínimo, chegando às vezes a dois minutos de contato com o médico para examinar, diagnosticar, pedir exames e prescrever remédios.

A medicina, funcionando a toque de caixa, não pode trazer bons resultados para o doente. Atendido precariamente no ambulatório, o doente termina sendo hospitalizado e transformado em objeto de lucro dos hospitais privados.

O próprio governo reconhece a insuficiência da qualidade do atendimento ambulatorial. A

Central de Medicamentos (CEME), em 1973, verificou que o diagnóstico mais frequente nos ambulatórios era «estados mal definidos» e os remédios mais prescritos os antibióticos. Índices de que não podendo fazer um diagnóstico mais preciso, o médico lança mão dos medicamentos de «largo aspecto» ou usa tratamento para as queixas mais imediatas e urgentes. O importante acaba sendo fazer desaparecer os sintomas, sem tratar da doença e fazer o paciente voltar ao trabalho e mais tarde trazê-lo de volta, e quem sabe de forma definitiva, ao hospital.

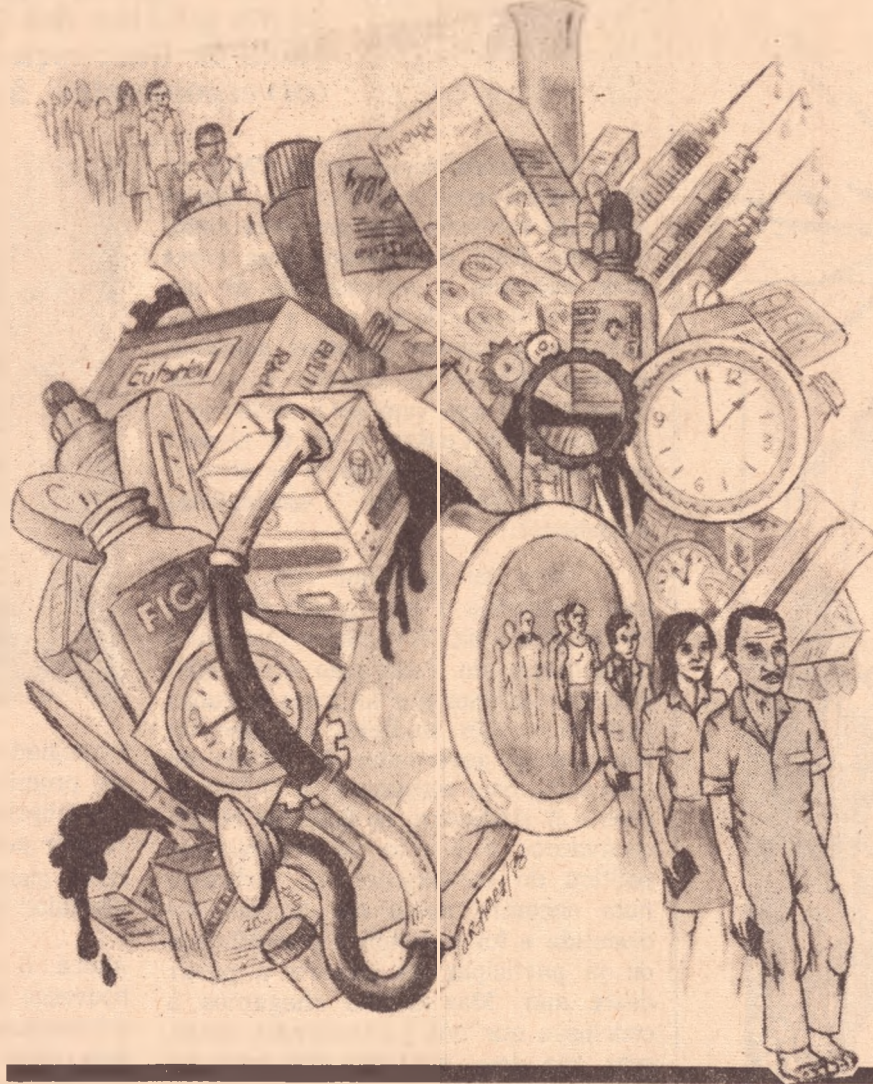
Tentando corrigir as deficiências do atendimento, a Previdência Social passou a adotar, pressionada pelas empresas industriais maiores — o setor de «ponta» da economia — os convênios com empresas médicas ou medicinais de grupos.

Nossa saúde vai de mal a pior

Enquanto isso aumenta cada vez mais o desgaste físico do trabalhador, devido às «horas extras», o ritmo e intensidade das suas tarefas, a monotonia das suas atividades na linha de produção, as dificuldades de transporte entre a casa e a fábrica.

Por Hésio. A. Cordeiro

(Médico-Sanitarista, Professor da Universidade Estadual do RJ)



«O importante é fazer desaparecer o sintoma, a queixa, e devolver o trabalhador à linha de produção».

Por tais convênios as indústrias e as empresas comerciais podem contratar serviços das empresas médicas, sendo-lhes devolvida pela Previdência uma parcela equivalente a 5% de salário mínimo regional por empregado.

As empresas médicas contratam médicos por remuneração aviltante, muitas vezes por serviços prestados, e os designam para trabalhar em consultórios na fábrica ou na empresa comercial. Assim o empregado não necessita deslocar-se, nas horas de trabalho, para ir até o ambulatório do INAMPS. Parece boa coisa. Entretanto, o atendimento segue os interesses da empresa — o aumento da produtividade — e não às necessidades do empregado.

do doente. Estabelecem-se períodos de tempo em que o empregado pode ausentar-se: duas horas para cuidar de dor de cabeça, quatro horas para dor de estômago, etc. O importante é fazer desaparecer o sintoma, a queixa, e devolver o trabalhador à linha de produção.

As faltas ao trabalho são também melhor controladas porque o médico não pode dar atestado médico «à vontade» — ele também é vigiado. Como o convênio é feito em termos de pré-pagamento, isto é, um total fixo mensal pelo número de empregados, o lucro da empresa médica é realizado pela baixa remuneração do médico e pelo controle do número de exames laboratoriais ou hospitalizações.

«A medicina do lucro, fica então claro, favorece só os patrões e empresários da saúde».

Hoje são oito milhões de operários e dependentes, cerca de 10% da população previdenciária que estão submetidas às empresas médicas. Sabe-se, também, que muitas indústrias estabelecem contratos com as empresas médicas sem solicitar homologação de convênio com o INAMPS, e descontam dos salários do empregado mais este «benefício» que lhes presta. Como recompensa, têm direito a descontar do imposto de renda pelo serviço médico adicional que fornece. Para a assistência médica, aumenta os custos porque duplica as fontes de atendimento.

A medicina do lucro, fica então claro, favorece só aos patrões e empresários da saúde. Longe de terem um

caráter social, levam ao aumento da concentração de renda, ao transformar a medicina em mais um setor da produção de lucros.

Porém, o caráter concentrador de renda das políticas sociais do Governo vai mais longe. Em 1974 criou-se o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS). Os recursos de que dispõe são provenientes da Loteria Esportiva Federal, principalmente.

Em quatro anos, o FAS aprovou empréstimos no valor total de seis milhões de cruzeiros, dos quais 80% foram destinados a hospitais privados localizados em sua maioria no Rio e São Paulo. Apenas 5% foram destinados a postos de saúde e ambulatórios dos serviços públicos.

Outros rumos para uma política de saúde

Mais uma vez a poupança do assalariado que faz sua «fezinha» na Loteca cada semana está favorecendo a expansão dos hospitais lucrativos, em detrimento da assistência médica mais simples, barata e eficaz, que poderia ser realizada nos ambulatórios e centros de Saúde.

Há pouco tempo, um encontro de associações de hospitais privados realizado em São Paulo apelou para o futuro Presidente da República no sentido de dar mais apoio à iniciativa privada em Medicina. Como o futuro Presidente «vai desestagnar a economia, que faça o mesmo com a medicina.» Corre-se o risco de se ver proposto um novo Plano Nacional de Saúde semelhante ao de 1968, que privatizava totalmente a assistência médica e que só não foi implantado devido a reação de entidades de saúde, como a Congregação da Escola de Saúde Pública da USP e a Associação Médica do Rio de Janeiro.

Não se trata de um combate à iniciativa privada. Ela pode existir e atender às famílias de elevado poder aquisitivo. O que não é justo é que vivam às custas do

Estado, ao qual acusam de estatizar a medicina, e tenham lucros cada vez maiores às custas dos minguados salários e poupança dos assalariados.

É injusto e antidemocrático fazer com que os assalariados paguem o ônus da medicina inflacionária, hospitalar, sofisticada, em detrimento dos programas de saúde pública, incluindo o atendimento mais simples dos centros de saúde e ambulatórios.

No debate democrático da atualidade estas questões já vêm sendo colocadas. O I Encontro «Por melhores condições de Saúde», realizado em 29 de novembro em São Paulo, mostra que associações de bairro, sindicatos operários e de profissionais de saúde estão buscando outros rumos para uma política de saúde comprometida com as necessidades da população e não da medicina do lucro.

Nestas discussões vale a pena examinar posições alternativas que levam à mobilização da população e a pressões ao poder público, tais como:

— impedir novos convênios com empresas médicas;

— submeter os convênios exis-

— suspender os contratos com hospitais pagos por «unidades de serviços», substituindo-os por subsídios globais;

— fortalecer e ampliar os serviços públicos, como centros de saúde e ambulatórios, tornando-os acessíveis à população, particularmente nos bairros de menor nível de renda;

— melhorar as condições de remuneração e trabalho dos profissionais de saúde e fixá-los em tempo integral em um único lugar de trabalho.

Ao mesmo tempo, deve-se enfrentar e discutir a questão da criação de um sistema único de saúde, que reúne o Ministério da Saúde, e o INAMPS e todo o setor público (federal, estadual e municipal) com competência para planejar e executar as ações de saúde de forma integrada, bem como o treinamento de recursos humanos.

Controlando Democrático

Não bastará, entretanto, uma reforma adestrativa na saúde. Um órgão estatal desta natureza

corre o risco de se hipertrofiar, burocratizar e...continuar financiando a medicina lucrativa. As entidades representativas dos profissionais da saúde e as organizações sindicais devem ter canais de participação nas decisões para garantir um compromisso com as necessidades da população.

Isto equivale a dizer que o planejamento e execução das ações de saúde deverá estar sob o controle democrático da população através de suas entidades e organizações representativas. É fundamental que a questão dos recursos financeiros da União, que são no fim de contas da população, seja feita de forma prioritária para os programas de atenção à saúde a nível primário (ambulatórios e centros de saúde) e reequipamento e aumento de eficiência dos hospitais públicos. As inversões para construção de equipamentos médicos sanitários e hospitalares deverão ser dirigidas a atender as regiões mais carentes, tendo por fim último, desconcentrar regional e socialmente os recursos hoje dirigidos a atenção hospitalar lucrativa.

Sindicato

Petroleiros vão às urnas em Minas

Os petroleiros de Minas Gerais vão às urnas no dia 11 para escolher, dentre três chapas, a nova diretoria do sindicato dos petroleiros de Minas para o triênio 1979/1981. No estado há 1.100 profissionais na categoria, todos eles funcionários da refinaria Gabriel Passos, da Petrobrás, localizada no município de Betim, a 20 km da capital.

Na produção, apoio e manutenção trabalham 600 petroleiros e na administração trabalham os 500 restantes.

O Sindipetro-MG tem 700 sócios. João Mendes da Silva, da Chapa 1 é um dos mais antigos e também o responsável pela sindicalização de grande número de petroleiros na refinaria de Betim.

Ele lembra que a entidade foi fundada em 1963, no tempo das obras de construção da refinaria: «antes do Sindipetro-MG existir, os petroleiros do Brasil conseguiram na luta praticamente todos os benefícios dos quais hoje desfruta a nossa categoria. O pagamento da taxa de 30% sobre os salários devido à periculosidade, o triênio, a participação nos lucros da Petrobrás, o salário família, as promoções e o aproveitamento de pessoal de obras civis em áreas de produção da Petrobrás. Para evitar o desemprego dos operários das obras, tudo isto são conquistas sindicais dos petroleiros. Isso foi conseguido com muita luta.»

João Mendes prossegue: «muita gente que fez essa luta foi perseguido. Muita gente diz assim — para que votar no sindicato? Um superintendente afirmou não entender por que existe o Sindipetro já que a Petrobrás dá tudo. Então eu disse pra ele, que ele tá enganado: que nós petroleiros é que conquistamos tudo, com luta.»

«Queremos um Sindicato combativo»

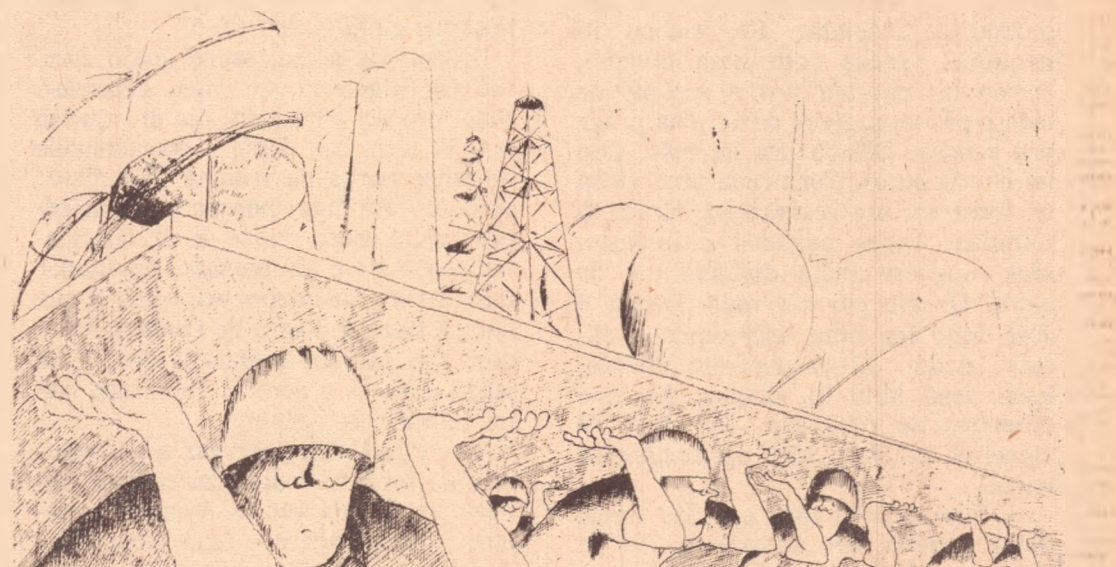
Wagner Alves Benevides que encabeça a chapa 1 como candidato a presidente, fala sobre o seu programa: «a chapa partiu de um consenso das pessoas mais antigas do pessoal que faz parte do sindicato desde a fundação que é considerada a turma progressista do sindicato. Nós queremos eleger delegados sindicais por setor, formar comissões de trabalhadores dentro da refinaria e nos ligarmos às lutas dos companheiros petroleiros dos sindicatos de Campinas, Mauá, Duque de Caxias e Cubatão. O nosso Sindipetro-MG será o quinto nessa lista dos sindicatos petroleiros combativos. O nosso sindicato só cuida da parte assistencial e social, enquanto nós queremos organizar e levar as lutas da categoria por melhores salários, pela regulamentação da categoria profissional. Nós não temos nem federação, estamos ligados à federação dos

químicos e farmacêuticos de São Paulo. Nas nossas carteiras profissionais está escrito que somos industriários e não petroleiros. Regulamentando a profissão vamos exigir um piso salarial para a categoria e o tempo de trabalho desta categoria para efeito de aposentadoria.»

Salário, a Grande luta

Outro aspecto pelo qual a Chapa 1 se propôs a lutar é o salário. Na Refinaria de Betim o salário médio é de Cr\$ 2.600. Os serventes em número de 50, ganham apenas Cr\$1.900 e boa parte dos trabalhadores está na faixa salarial de Cr\$ 2.600. Em todo o Brasil a Petrobrás emprega 52 mil petroleiros. A folha anual de pagamentos desses funcionários corresponde apenas a 3,5% do lucro líquido da empresa. Apesar do custo de vida elevado, pela primeira vez desde 1964 os petroleiros conseguiram um aumento acima do índice fixado pelo Governo. Em setembro passado o Sindipetro de Campinas, Sindipetro de Cubatão, Sindiquímica de Duque de Caxias, Sindipetro de Mauá, com o apoio do Sindipetro de Minas Gerais, conseguiram 10% de aumento salarial além do índice oficial.

«Em Betim, conta Wagner Benevides, fizemos uma assembléia do sindicato com a presença de 330 pessoas, cerca de 50% dos associados, e aí nós decidimos



apoiar a luta dos companheiros desses sindicatos. A luta é uma só. Nós devemos levar a luta dos trabalhadores junto aos demais sindicatos. Participando dos encontros nacionais. Para facilitar essa tarefa nós colocaremos em circulação mensal o jornal do Sindipetro de Minas Gerais, parado há dois anos, e vamos promover palestras e cursos sobre legislação trabalhista, Política sindical, História do sindicalismo Brasileiro e Mundial, Lei de Greve, Contratos de Risco, Política de Pessoal da Petrobrás e Atuação do Dieese. Para isso convidaremos pessoas como Almino Afonso, Fernando Henrique Cardoso, e lideranças sindicais como o Lula. Queremos também a integração do Sindipetro de Minas Gerais nas lutas dos trabalhadores brasileiros por melhores salários e melhores condições de vida.»

O Sindipetro de Minas Gerais sofreu intervenção em 64. Em 65 houve eleição. Já em 67, os petroleiros elegeram uma chapa autêntica, combativa. Mais uma vez, o governo decreta intervenção no Sindipetro-MG através da Delegacia Regional do Trabalho-MG. E a partir do final de 68 os interventores ocupam o sindicato. Em 69 houve nova eleição. Dessa vez, a Chapa 1 «Quer por o Sindipetro-MG no rumo certo, rumo de luta».

A Chapa 1 é integrada por Wagner Benevides, Luiz Carlos da Mota, João Roberto Rezende Pinto, Murilo Guimarães de Oliveira, João da Silva, Jamil Inácio de Lima e Djalma Ramos, além dos membros que concorrem para integrar o Conselho Fiscal, e os representantes, num total de 22 pessoas.

Brasil: a educação em Xequê-Mate.

Paulo Freire não veio: sua opção por uma educação revestida de sua roupagem alienada e alienante; que seja uma força de mudança e libertação, o impede de voltar. Até quando?

Cerca de 600 pessoas, entre pedagogos, professores e estudantes de vários Estados reuniram-se em Campinas, no último dia 20, dando início aos trabalhos do 1º Seminário de Educação Brasileira — Função e Estrutura da Pedagogia na Educação Contemporânea — promovido pela Faculdade de Educação da UNICAMP. O encontro contou com a participação de Mauricio Tragtenberg, Celso Beisiegel, Maria Nilde Mesquita, Paulo de Tarso C. Santos, além de outros expositores.

Os principais temas versaram sobre: função e estrutura da pedagogia na educação brasileira, poder e saber:

pedagogia como aparelho de reprodução ideológica; pedagogia e democracia; pedagogia e ação cultural.

Paulo Freire foi o grande ausente do encontro. Não compareceu por não ter conseguido obter seu passaporte. Nem os apelos da UNICAMP e PUC de São Paulo e Campinas foram suficientes para sensibilizar o Itamarati. No entanto, de Paulo Freire, chegou — por telefone — uma pequena carta que, lida na abertura dos trabalhos, arrancou aplausos do público e um grito de anistia. Disse Freire na sua carta: «Faz 14 anos que peço esse passaporte. E esse passaporte não me foi dado. Nem sequer o fica-



porte. Quer dizer, este estragante passaporte dentro do qual se escreve que ele é válido só para a cidade em que a pessoa mora.»

Paulo Freire está há 14 anos no exílio. O IPM que continha denúncias de «subversão» contra ele instaurado em 1964 foi arquivado por «inépcia da denúncia». Portanto não há nada que o impeça, legalmente, de voltar. Entretanto, a concessão de seu passaporte tem sido sistemático e arbitrariamente negada. Porque Paulo Freire, hoje quase um mito, não pode voltar ao país? Porque o «pedagogo da liberdade» inspira ainda hoje tanto temor?

A resposta a essa questão pode ser buscada no seu «esclarecimento» do livro «Educação como prática da Liberdade», escrito por ele em 1965 em Santiago do Chile:

«A educação das massas se faz, assim, algo absolutamente fundamental entre nós. Educação que desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e libertação. A opção por isso teria de ser também, entre educação para a domesticação, para a

alienação, e uma educação para liberdade. Educação para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito.»

«Todo o empenho do autor — explica Freire — se fez na busca desse homem-sujeito que, necessariamente implicaria em uma sociedade também sujeito. Sempre lhe pareceu, dentro das condições históricas de sua sociedade, inacessível e indispensável, uma ampla conscientização das massas brasileiras, através de uma educação que as colocasse em uma postura de auto reflexão e de reflexão sobre seu tempo e espaço. ... Nunca pensou contudo o autor, ingenuamente, que a defesa e a prática de uma educação assim, que respeitasse no homem sua ontológica vocação de ser sujeito, pudesse ser aceita por aquelas forças cujo interesse básico estava na alienação do homem e da sociedade brasileira. Na manutenção dessa alienação. Dai que coerentemente se arremetessem — usando todas as armas contra qualquer tentativa de esclarecimento das consciências vistas sempre como seria ameaça a seus privilégios.»

Delinquência acadêmica

Por Mauricio Tragtenberg
(Professor da Faculdade de Educação da UNICAMP)

Mauricio Tragtenberg, professor da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas — Unicamp — que participou, juntamente com Celso Beisiegel e Walter E. Garcia no debate do tema Pedagogia e anti Pedagogia, durante o 1º Seminário de Educação, falou sobre as relações entre a dominação e o saber e entre o intelectual e a Universidade.

Ele chamou atenção para os cursos considerados críticos que, fazendo uma crítica ideológica absorvível pelo sistema, desempenham a função de um tranquilizante no meio universitário. Considero então necessária a realização urgente de uma crítica a crítica-crítica. A seguir, a comunicação de Tragtenberg, na íntegra:

A crítica da crítica —

A universidade dominante reproduz-se mesmo através dos chamados «cursos críticos» em que o juiz profissional aparece hegemônico até os dominados: estudantes, isso se realiza através de um processo que chamarei de «contaminação». O curso catadrático e dogmático transforma-se num curso magisterial e crítico, a crítica ideológica é feita nos chamados «cursos críticos» que desempenham a função de um tranquilizante no meio universitário. Essa apropriação da crítica pelo mandarinato universitário, mantido o sistema de exames, a conformidade, o programa e o controle da docilidade do estudante como alvos básicos, constitui-se numa farsa, numa fábrica de boa consciência a delinquência acadêmica, aqueles que trocam o poder da razão pela razão do poder. Por isso é necessário realizar a crítica da crítica-crítica, destruir a apropriação da crítica pelo mandarinato acadêmico. Watson demonstrou, como nas ciências humanas, as pesquisas em química molecular estão impregnadas de ideologia. Não se trata de discutir a apropriação burguesa ou não-burguesa do saber, mas sim, a destruição do «saber institucionalizado» do «saber burocratizado», como o único «legítimo». A apropriação universitária (atual) do conhecimento e a concepção capitalista de saber onde ele se constitui em capital e toma a forma nos hábitos universitários.

A Universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que transmite, mas pelos servos que ela forma. Esse modo de produção determina o modo de formação através das transformações introduzidas na escola que coloca em relação mestres e estudantes. O mestre possui um saber inacabado e o aluno uma ignorância transitória, não há saber absoluto nem ignorância absoluta. A relação de saber não institui a diferença entre aluno e professor, a separação entre aluno e professor opera-se através de uma relação de poder simbolizada pelo sistema de exames, «esse batismo burocrático do saber». O exame e a parte visível da seleção, a invisível e a entrevista, ela cumpre as mesmas funções de «exclusão» que possui na empresa em relação ao futuro empregado, informalmente, documente ela «exclui» o candidato. Para o professor há o currículo visível, publicações, conferências, traduções e atividade didática e há o currículo invisível esse de posse da chamada «informação» que possui espaço na Universidade, onde o destino está em aberto e tudo é possível acontecer. E através da nomeação, da cooptação dos mais conformistas, nem sempre os mais produtivos, é que a burocracia universitária reproduz o canal da professores. Os valores de submissão e conformismo a cada instante exibidas pelos comportamentos dos professores já constituem um sistema ideológico. No que consiste a delinquência acadêmica?

Quem paga mais, sabe mais

Essa «delinquência acadêmica» aparece em nossa época longe de seguir os ditames de Kant: ouse conhecer, se os estudantes procuram conhecer os espíritos audazes de nossa época, é fora da universidade que irão encontrá-los. A bem da verdade, raramente a a audiência caracterizou a profissão acadêmica. É a razão pela qual os filósofos da revolução francesa de auto-denominavam de «intelectuais» e não de «acadêmicos». Isso ocorria porque na universidade mostrava-se hostil ao pensamento crítico avançado. Pela mesma razão o projeto de Jefferson para a Universidade da Virgínia, concebida para produção de um pensamento independente da Igreja e do Estado de caráter crítico fora substituí-

do por uma «universidade que mascarava a usurpação e monopólio da riqueza, do poder. Isso levou os estudantes da época a realizarem programas extracurriculares onde Emerson fazia-se ouvir, já que, o obscurantismo da época impedia sua entrada nos prédios universitários, pois contrariavam somente a Igreja, o Estado e as grandes «corporações» a que alguns intelectuais cooptados pretendem que tenha uma «alma».

Em nome do «atendimento a comunidade», «serviço público» a universidade tende cada vez mais a adaptação indiscriminada a quaisquer pesquisas a serviço dos interesses econômicos hegemônicos, nesse andar a universidade brasileira oferecerá disciplinas, como as existentes na Metrópole (EE UU): cursos de escotismo, defesa contra incêndios, economia doméstica e datilografia em nível de secretariado, pois já existe isso em Cornell, Wisconsin e outros estabelecimentos legitimados. O conflito entre o técnico e o humanismo acaba em compromisso, a universidade brasileira se prepara para ser uma «multiversidade», isso é, ensina tudo aquilo que o aluno possa pagar. A Universidade vista como prestadora de serviços corre o risco de enquadrar-se numa «agência do Poder», especialmente após 68 com a Operação Rondon e sua aparente democratização, só nas vagas, funciona como tranquilizante social. O assistencialismo universitário não resolve o problema da maioria da população brasileira: o problema da terra.

O problema significativo a ser colocado é o nível de responsabilidade social do professor e pesquisador universitário. A não preocupação com as finalidades

sociais do conhecimento produzido se constitui em fator de «delinquência acadêmica» ou da «traição do intelectual». Em nome do «serviço a comunidade» a intelectualidade universitária se tornou cúmplice do genocídio, espionagem, engano e todo tipo de corrupção dominante quando domina a «razão de Estado» em detrimento do povo. Isso vale para aqueles que aperfeiçoam secretamente armas nucleares (M.I.T.), armas químico-biológicas (Universidade da Califórnia, Berkeley), pensadores inseridos na Rand Corporation, como aqueles que na qualidade de intelectuais com diploma acreditativo funcionam na Censura, na aplicação da computação com fins repressivos em nosso país. Uma universidade que produz pesquisas ou cursos a quem é apto a paga-las perde o senso da discriminação ética e da finalidade social de sua produção, e uma multiversidade que se vende no mercado ao primeiro comprador, sem averiguar o fim da encomenda, isso coberto pela ideologia da neutralidade do conhecimento e seu produto. Já na década de 30 Frederic Lige acusava a tradição universitária alemã da neutralidade acadêmica permitir aos universitários alemães a felicidade de um emprego permanente, escondendo a si próprios a futilidade de suas vidas e seu trabalho. «Em nome da «segurança nacional» o intelectual acadêmico despende-se de qualquer responsabilidade social quanto ao seu papel profissional, a política das «panelas» acadêmicas de corredor universitário e a publicação a qualquer preço de um texto qualquer, se constituem no metro para medir o sucesso universitário. Nesse universo não cabe uma simples pergunta: o conhecimento a quem e para que serve?»

Papel social do intelectual

Enquanto esse encontro entre educadores sob o signo de Paulo Freire, enfatiza a responsabilidade social do educador, da educação não confundida com inculcação, a maioria dos congressos acadêmicos universitários servem de «mercado humano» onde entram em contato pessoas e cargos acadêmicos a serem preenchidos, parecidos a aos encontros entre gerentes de hotel onde se trocam informações sobre inovações técnicas, reve-se velhos amigos e se estabelecem contatos comerciais.

Estritamente, o mundo da realidade concreta é sempre muito generoso com o acadêmico, pois o título acadêmico torna-se o passaporte que permite o ingresso nos escalões superiores da sociedade: a grande empresa, o grupo militar e a burocracia estatal. O problema da responsabilidade social é escamoteado, a ideologia do acadêmico é não ter nenhuma ideologia, faz fé de apolítico, isso é, serve assim à política do poder.

Diferentemente, constitui um legado da filosofia racionalista do século XVIII, uma característica do «verdadeiro» conhecimento o exercício da cidadania do soberano direito de crítica questionando a autoridade, os privilégios e a tradição. O serviço público prestado por esses filósofos não consistia na aceitação indiscriminada de qualquer projeto, fosse destinado a melhora de colheitas, o aperfeiçoamento do genocídio de grupos indígenas a pretexto de «emancipação» ou políticas de arrocho salarial que converteram o Brasil no detentor do triste recorde de primeiro país no mundo em acidentes de trabalho, eis que, a propaganda pela segurança no trabalho emitidas pelas agências oficiais não substitui o aumento salarial.

O pensamento está fundamentalmente ligado a ação, Bergson sublinhava no início do século a necessidade do homem agir como homem de pensamento e pensar como homem de ação. A separação entre «fazer» e «pensar» se constitui numa das doenças que caracterizam a delinquência acadêmica, a análise e discussão dos problemas relevantes do país constitui um ato político, constitui uma forma de ação, inerente à responsabilidade social do intelectual. A valorização do que seja um homem culto está estritamente vinculada a seu valor na defesa de valores de cidadania essenciais, ao seu exemplo revelado não pelo seu discurso, mas por sua existência, por sua ação.

Canção para os fonemas da alegria

THIAGO DE MELLO

*Peço licença para algumas coisas
Primeiramente para desfraldar
este canto do amor publicamente*

*Sucede que só sei dizer amor
quando reparto o ramo azul de estrelas
que em meu peito floresce de menino*

*Peço licença para soletrar,
no alfabeto do sol pernambucano,
a palavra ti-jo-lo, por exemplo,*

*e poder ver que dentro dela vivem
paredes, aconchegos e janelas,
e descobrir que todos os fonemas
são mágicos sinais que vão se abrindo
constelação de girassóis gerando
em círculos de amor que de repente
estalam como flor no chão da casa*

*às vezes nem há casa: é só o chão.
Mas sobre o chão quem reina agora é um homem
diferente, que acaba de nascer:
porque unindo pedaços de palavras
aos poucos vai unindo argila e orvalho,
tristeza e pão, cambão e beija-flor,*

*e acaba por unir a própria vida
no seu partido e repartido
quando afinal descobre num clarão*

*que o mundo é seu também, que o seu trabalho
não é a pena que paga por ser homem,
mas um modo de amar — e de ajudar*

*o mundo a ser melhor. Peço licença
para avisar que, ao gosto de Jesus,
este homem renascido é um homem novo:*

*ele atravessa os campos espalhando
a boa-nova e chama os companheiros
a pelear no limpo, frente a frente,*

*contra o bicho de quatrocentos anos,
mas cujo fel espesso não resiste
a quarenta horas de total ternura*

*Peço licença para terminar
soletrando a canção de rebeldia
que existe nos fonemas da alegria:*

*canção de amor geral que eu vi crescer
nos olhos do homem que aprendeu a ler*

SANTIAGO DO CHILE
VERÃO DE 1964.

(do livro «Educação como Prática da Liberdade», de Paulo Freire. Ed. Paz e Terra, págs. 27/28)

VIRAMUNDO

NICARÁGUA

Anunciada a ofensiva final

Zero hora do dia 22. Pouco antes, esbravejando diante da imprensa internacional, o ditador Anastácio Somoza declarou que não deixará o poder. Quase ao mesmo tempo, em São Domingos, na República Dominicana, o padre, poeta e combatente Ernesto Cardenal respondia ao ditador em nome da Frente Sandinista de Libertação Nacional: «Nas próximas horas, será iniciado um golpe final contra o regime ditatorial da Nicarágua».



Cardenal

Reiterando de modo inexorável a próxima ofensiva militar dos sandinistas — que contam agora com um exército regular sob o comando de Eden Pastora, o comandante «Zero» (ver EM TEMPO anterior) —, Cardenal aproveitou para advertir e denunciar as manobras imperialistas de invasão do seu país, no caso de se aproximar a hora da vitória sandinista contra a ditadura. Deixou claro que, diante de uma nova invasão dos marines yanques, a FSLN já decidiu — e para tanto conta com o apoio das demais forças oposicionistas — constituir colunas guerrilheiras e recorrer ao apoio das brigadas internacionais de solidariedade contra as forças de ocupação. Cardenal afirmou que de tais brigadas participariam inclusive companheiros dominicanos, que já se

comprometeram nesse sentido durante sua atual estadia em São Domingos, para onde foi a convite do Partido Revolucionário Dominicano (PRD) atualmente no governo, que é membro da Internacional Socialista (social-democrata).

É grande o número de nicaraguenses que continuam abandonando o país.

INGLATERRA

Vitória dos operários da Ford

Resistindo por mais de dois meses de greve, os 57 mil trabalhadores da Ford de Londres conseguiram obter, na última semana, um significativo aumento de 16,5 por cento. As negociações que levaram a um acordo, no dia 20, duraram mais de 10 horas. A direção da Ford, após ceder diante da pressão dos trabalhadores, pediu que «todos voltassem imediatamente ao

trabalho». As nove semanas de greve custaram a Ford nada menos que 450 milhões de libras (cerca de 18 bilhões de cruzeiros).

O governo trabalhista inglês, que não é favorável a aumentos superiores a cinco por cento, ainda não se manifestou oficialmente sobre a conquista dos trabalhadores da Ford. O mais importante, em termos imediatos, da conquista salarial na Ford da Inglaterra é que ela, sem dúvida, servirá de parâmetro para os 12 milhões de trabalhadores organizados no Trade Union Congress (TUC), como normalmente ocorre há vários anos.

Do ponto de vista econômico, o aumento de 16,5 por cento é também significativo, na medida em que, pelos índices oficiais, a inflação acumulada nos últimos doze meses, com base em agosto passado, foi de oito por cento.

Leve-se em conta, entretanto, que houve reivindicações mais elevadas, como a do Sindicato Nacional dos Mineiros, que decidiu exigir 40 por cento de reajuste. (C.T.)



Operários da Ford, em Londres

ESPANHA

Golpe militar abortado

Caiu por terra uma tentativa de golpe militar na Espanha. A chamada «Operação Galaxia» visava tomar de assalto o Palacio La Moncloa, prender o primeiro-ministro Adolfo Suarez e obrigá-lo a renunciar a favor de um governo de «salvação nacional», isto é, a restaurar a ditadura nos moldes do fascismo franquista, como todo bom governo de «salvação» liderado pelos militares.

Os chefes do Estado-Maior das FORÇAS Armadas espanholas reconheceram oficialmente a tentativa de golpe, na última terça-feira. Até o momento, foram detidos dois dos cinco oficiais que realizaram uma reunião conspirativa no Café Galaxia, em Madrid. Trata-se do coronel da Guarda Civil Antonio Tejero e do capitão da polícia Ricardo Saenz de Ines trillas. Tudo indica que o plano golpista abortou quando alguns dos conspiradores comunicaram suas intenções aos seus chefes, na tentativa de aliciar-los para a conspiração.

Existem, contudo, algumas interpretações do episódio na Espanha que

apontam para «o clima criado após o controle da situação pelo governo, que passa a ser mais favorável aos pedidos de moderação de Suarez a esquerda, na medida em que, sendo ela «radical», poderia aticar o ânimo golpista dos setores militares.»

A partir do dia 21, o Partido Comunista Espanhol (PCE) lançou um jornal diário — Mundo Obrero — com tiragem inicial de 100 mil exemplares. Continuando com o seu semanário, que sai com 150 mil exemplares e tem o mesmo nome.



Golpe contra Suarez e Juan?

SEITAS

Fanatismo. Loucura. E morte.

Desta vez, a brincadeira acabou. Os mais de mil integrantes da seita «Templo do Povo», que já há algum tempo vinham repetindo «testes de suicídio coletivo», liderados por Jim Jones, o guru do grupo, tomaram cianeto de potássio com suco de laranja e, dessa vez, morreram.

Segundo depoimento à polícia guianense do próprio filho de Jones, Stephen, que estava em Georgetown (Capital da Guiana) quando mais de 400 membros da comunidade morreram sob coação de guardas armados. «Meu pai ficou louco e ordenou a morte daquelas pessoas», disse Stephen.

Para o psicólogo norte-americano Steven Katsaris, numa entrevista à imprensa, tentou várias vezes convencer a filha a abandonar o grupo, mas na última vez que a viu não a reconheceu. «Quando a vi, em Georgetown, notei que ela parecia dispersa. Mostrou-se hostil, paranoica, enojada. Disse-me, na presença dos guardas que a acompanhavam, que tinha visto provas oficiais de que eu era agente da CIA e que estava envolvido numa conspiração para destruí-la e a seita».

Sobre o guru, o psicólogo acredita que a orientação religiosa mudou radicalmente para uma «politização».



O filho de Jones

«Jones, ao que me parece converteu-se num homem paranoico e maniaco. Conheci pessoas que estiveram na seita e que me disseram que Marx e Lenin haviam-se encarnado nele».

O interessante é a «boa fé» ou mesmo o estímulo dado pelo governo dos Estados Unidos a este bando de fanáticos — com cartas de Rosalynn Mondale e outras referências. O mais interessante ainda é pensar nas causas que levam ao surgimento de tantas seitas «muito doidas» no nosso belo e puro Ocidente. (Cleide Ono).

IRÃ

As jogadas do imperialismo

O que está por trás da crise iraniana e quais as opções do imperialismo — intervir militarmente ou pressionar os militares a fazerem concessões —, depois, inclusive, que a União Soviética deixou claro que qualquer ingerência direta será entendida como uma ameaça frontal à sua segurança.

Vanda F. Pinto

Com tropas nas ruas e a prisão indiscriminada de representantes do «extremismo religioso» e da «subversão comunista», o novo governo militar do Irã tenta firmar-se no poder.

Mas com muita dificuldade. Embora mais esparsas, dado o recrudescimento da repressão, as manifestações de rua continuam. Com o setor petrolífero tomado pelo Exército, cerca de 75% dos trabalhadores haviam retomado seus postos na última semana, mas essa volta não significa o restabelecimento total de produção, já que eles se recusam a receber ordens de supervisores estrangeiros.

Aliás, a xenofobia — fruto da «ocidentalização» forçada e da mais brutal exploração externa do país — é uma das características da crise iraniana atual. Uma das reivindicações dos oposicionistas é de que todos os técnicos estrangeiros sejam expulsos do Irã. Temendo novos atos de represália — que já se concretizaram em casas ou carros incendiados — centenas de técnicos norte-americanos, europeus e soviéticos continuam abandonando o país.

Nestas horas ainda incertas e de resistência popular, o xá Reza Pahlevi — embora virtualmente tutelado pelo Exército — parece assumir uma posição mais «realista». Procurando salvar dos escombros uma dinastia responsável pelo que hoje é o Irã, Pahlevi tenta compor com parte da oposição.

Embora detido em Teerã desde que voltou de Paris, há duas semanas onde, inutilmente, tentou convencer o líder religioso «ayatollah» Khomeini de um acordo com o novo regime — o líder da Frente, Karim Sanjabi, negocia com o xá. Pahlevi estaria disposto a atender parte das exigências da

oposição, desde que a monarquia fosse preservada. Promete mesmo renunciar em nome de seu filho, que se transformaria em monarca constitucional.

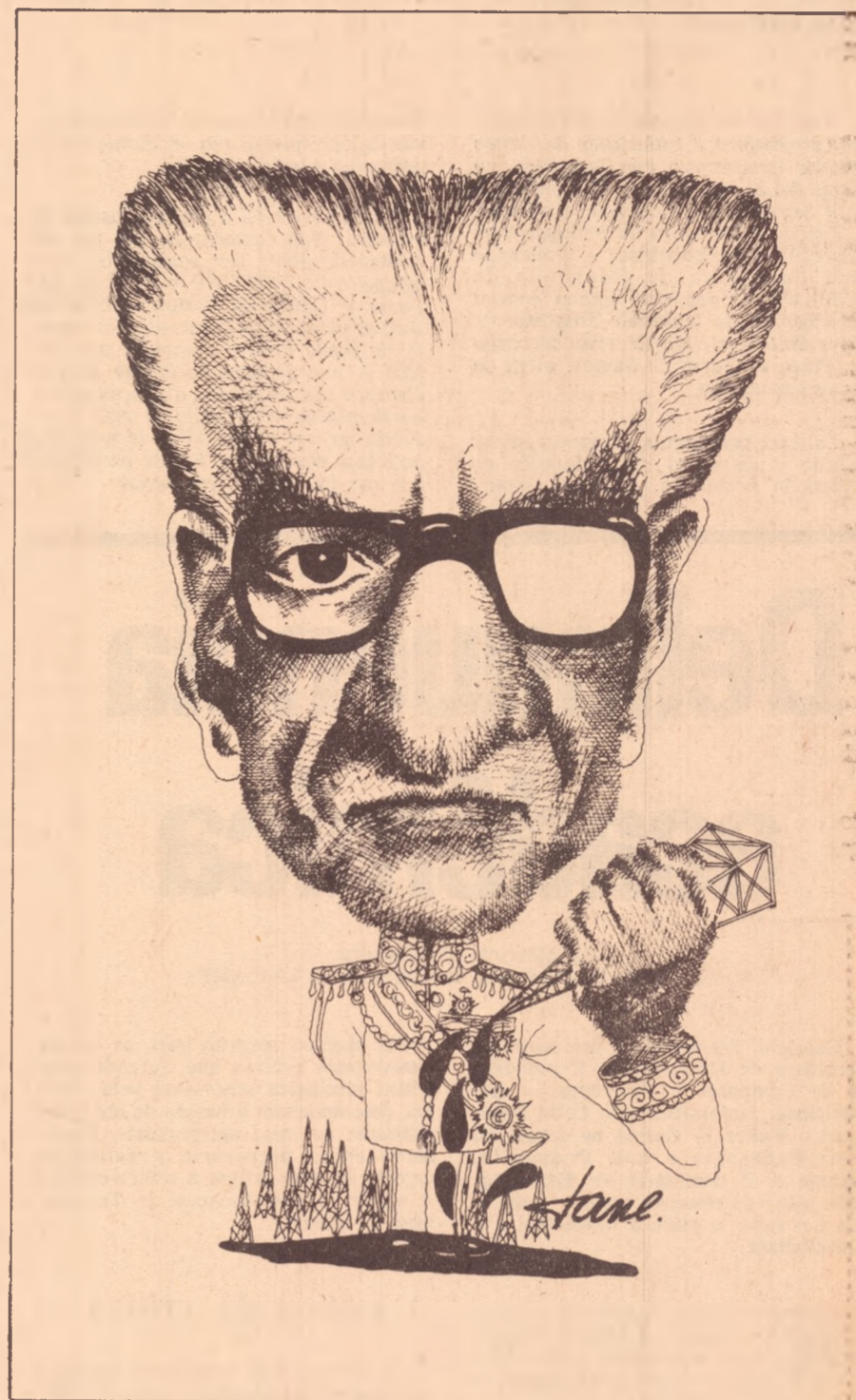
Caçada aos Petrodólares

Até o momento, contudo, essas transações não contam com a aprovação das Forças Armadas, nem do Pentágono norte-americano. Tentativa de preservar a «imagem», não se envolvendo em mais uma das manobras (frustradas) de acordo com a oposição? Ou medo de um governo de tendências nacionalistas, que afete os interesses das potências industrializadas dentro do país?

Esses interesses vão muito além da simples exploração e fornecimento de petróleo. O Irã de Reza Pahlevi pretendia se transformar na «quinta potência mundial» e, para isso, gastou os dólares provenientes do «boom» petrolífero em planos «fantásticos», distante da realidade do país e que deram margem à deslavada corrupção, particularmente na contratação de projetos no exterior. Só entre 1973/78, gastou-se 60 bilhões de dólares. Para os próximos dez anos, estavam previstos exatamente dez vezes mais (600 bilhões).

Basta citar dois setores para se fazer uma idéia das distorções da «desenvolvimento» iraniano (ou adaptação à divisão internacional do trabalho?).

De acordo com a revista L'Economiste du Tiers Monde, o programa nuclear pretende dotar o país de vinte centrais até 1995. Seu custo, que era inicialmente de 30 bilhões de dólares, passou para 70 bilhões de dólares (isso num país que tem uma capacidade energética fabulosa: suas reser-



vas de gás natural — entre 25 e 30 milhões de metros cúbicos — são as maiores do mundo, depois da URSS).

Em 1977, o Irã foi o principal cliente da indústria armamentista norte-americana, adquirindo um total de 5,8 bilhões de dólares (pouco mais de um quarto de suas receitas petrolíferas no período). Nos últimos 20 anos, foram gastos 36 bilhões de dólares em armas, principalmente nos EUA.

O que parece preocupar as nações industrializadas ocidentais, o Japão e a URSS (da qual o Irã também é fornecedor) é seu alinhamento junto à maioria dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), no caso de uma mudança política substancial no país. Se isso ocorrer, a reivindicação de um aumento superior a 10% nos preços do produto estaria fortalecida.

Do pacto à intervenção

Dada a complexidade de interesses econômicos e estratégicos envolvidos, torna-se urgente para as potências industrializadas «estabilizar» novamente a situação iraniana.

Frente à insatisfação social generalizada e a forte resistência dos muçulmanos — que representam 90% dos 34 milhões de habitantes do país — à continuidade do regime Pahlevi e da dominação estrangeira, qual a possibilidade do novo governo militar compor com uma das duas grandes correntes oposicionistas, limitando sua permanência no poder ao tempo estritamente necessário para organizar eleições gerais?

Embora o líder da Frente, Karim Sanjabi, manifeste disposição em negociar, a coalizão de partidos que dirige considera-se herdeira do pensamento nacionalista do ex-primeiro-ministro Mossadegh e, certamente, exigirá dos militares compromissos de mudanças essenciais na economia do País, particularmente quanto à sua dependência externa.

Amplamente majoritária, a «oposição religiosa» prega a implantação de um «governo islâmico», em bases bem mais radicais que o projeto de Frente. Caracterizando recentemente a situação do país, o «ayatollah» Sharlat Madari disse que o Irã está vivendo uma «guerra social» e não uma simples «revolta religiosa». E o líder «ayatollah» Khomeini afirmou que, se as formas de luta até agora adotadas forem insuficientes para derrubar o regime do xá, a guerra civil é o caminho indicado.

Assim, a intransigência do Pentágono norte-americano, que orienta os militares iranianos, em ceder posições para obter um acordo, parece abrir espaço para uma confrontação indefinida do novo governo com as oposições. Ou para uma intervenção militar direta do Pentágono no país, com apoio da Inglaterra (os maiores interesses da British Petroleum estão no Irã) e de Israel.

A oposição moderada



Manifestação em Qum, a capital religiosa.

Falando a um jornalista, cresceu de um modo impressionante, mas a renda é algo que se reproduz e o que acontece é que, dentro de uns 15 anos, o petróleo terá acabado e não seremos, então, capazes de criar nenhuma fonte de riqueza equivalente. Estamos dilapidando, não só a renda, mas também o capital. Nem sequer se conseguiu obter o controle do ritmo da exploração de petróleo, que se dá não em função das necessidades do Irã, mas sim em função dos seus clientes, até o ponto em que chegamos a ter milhões de dólares que nem sequer tinham capacidade de investir. Esse dinheiro acabou indo parar nos bolsos dos especuladores, dos desonestos, dos comerciantes de canhões».

Sendjabi é sem dúvida um moderado (na Europa seria um social-democrata, ele mesmo disse) e representa uma oposição tolerada atualmente pelo xá, no que muito difere da do Tuden (Partido Comunista), que vive sempre sob perseguição frontal e já se encontra há 30 anos na clandestinidade.

«As perseguições que temos sofrido podem ser colocadas em último lugar, diante de questões, sem dúvida, mais graves. Não podemos perder (ao Xá) que tenha arruinado o país, que tenha vendido nossas riquezas. A Reforma Agrária do imperador é um fracasso: eramos exportadores de alimentos e agora somos importadores. Sua política comercial também fracassou: as exportações de petróleo são irracionais. Sua política industrial também não tem ido longe: o que foi realizado não nos tira do subdesenvolvimento — a nossa é uma mera indústria de montagem de maquinaria e manufaturas concebidas e produzidas no exterior. Mas o desastre maior é a política petrolífera, da qual o regime se orgulha. Diz que a nossa renda

Sendjabi é sem dúvida um moderado (na Europa seria um social-democrata, ele mesmo disse) e representa uma oposição tolerada atualmente pelo xá, no que muito difere da do Tuden (Partido Comunista), que vive sempre sob perseguição frontal e já se encontra há 30 anos na clandestinidade.

O beabá do sistema de censura

O jornalista Perseu Abramo elaborou um dicionário detalhado apontando todos os mecanismos utilizados para impedir o povo em geral de tomar conhecimento da realidade tal como ela é. Aqui, os verbetes, que vão desde as tesouras da polícia até as artimanhas sutis da linguagem jornalística. Alerta: a censura continua firme.

Para o jornalista Perseu Abramo, vigora hoje no País um intrincado sistema de censura à imprensa que «destina-se a manter afastadas as classes populares da possibilidade de participação econômica e social».

No recente Congresso pela Liberdade de Imprensa, realizado em São Paulo, ele apresentou um minucioso trabalho, no qual desmontou todas as peças deste sistema, apresentando-as sob a forma de uma espécie de dicionário. Aí tem de tudo: desde a conhecida censura prévia, até a apreensão de periódicos ou violências diretas contra jornalistas, passando pela sofisticação de fórmulas de linguagem, como de esconder a verdade do leitor.

O glossário é fruto de sua prática pessoal de longos anos de redação de jornal (na Folha de São Paulo, ele dedicou-se sobretudo à área de educação) e da participação no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

Perseu denuncia: «a censura é uma forma de exercício do poder político, o qual, por sua vez, exprime os interesses

do poder econômico. Nas sociedades capitalistas é o estado que, em nome dos interesses das classes economicamente dominantes, exerce, fundamentalmente a censura. Nesse sentido, a censura destina-se a constituir um meio de controle social e político sobre os dominados, isto é, sobre as classes de trabalhadores assalariados».

O dicionário serve como um alerta: «enquanto não se apreende o sistema como um todo, corre-se o risco (mais frequente do que se imagina) de privilegiar apenas alguns de seus aspectos particulares e de concluir, erroneamente que a censura já acabou no Brasil, ou que permanece, como ligeiro transformo a ser breve e facilmente contornado somente para algumas publicações, para alguns temas ou para alguns públicos» etc. E defende: «a censura conjuntural à imprensa brasileira somente deixará de existir quando sobreviver a democracia, e a censura estrutural será abolida quando for abolida a sociedade de classes.

A seguir, publicamos o dicionário de Perseu Abramo.

CENSURA À IMPRENSA — É um sistema de atos que visa dificultar ou impedir a sociedade, ou uma parte dela (os leitores) — através dos órgãos de comunicação de massa — de informar e ser informado, de manifestar as próprias opiniões e de ter acesso às opiniões de terceiros, com o objetivo de restringir a participação social no processo decisório político.

CENSURA ESTRUTURAL — É a censura exercida pelas classes dominantes, em qualquer sistema social estratificado. Nas sociedades capitalistas, é a exercida pela Burguesia, frequentemente relacionada com interesses imperialistas. A censura estrutural, que exprime os interesses concretos das classes capitalistas dominantes, é exercida através do Estado, e dos seus numerosos mecanismos e aparelhos de dominação política.

CENSURA CONJUNTURAL — É a censura exercida pelo sistema político dominante, através do Governo, em períodos históricos específicos, em que o Estado e o Governo concentram praticamente todo o poder político. Como, nesses períodos transitórios, sobre as contradições fundamentais de classe de sociedade capitalista, acrescentam-se as contradições secundárias entre os próprios setores dominantes, a censura então exercida pelo Governo pode atingir, também, os próprios empresários jornalísticos, ou os próprios donos de empresas jornalísticas. E nesses períodos conjunturais que se coloca, para muitos empresários de jornais, a necessidade de lutar pela «liberdade de Imprensa», isto é, pela sua liberdade de exercer iniciativa capitalista diante de eventuais restrições governamentais. Naturalmente, a censura conjuntural não substitui a censura estrutural: agrava-a e a exprime nas suas formas mais consecuentes e mais drásticas. É essa censura conjuntural que está caracterizando, no Brasil atual, o período que se inaugurou com o Ato Institucional Número Um, de 1964, e se agravou com o Ato Institucional Número Cinco, de 1968. Esta é a censura que o Brasil está vivendo hoje.

CENSURA EMPRESARIAL — É a censura exercida pelo empresário do jornal contra seus leitores, através dos jornalistas profissionais, e que se manifesta de diversas formas, que vão desde a linha editorial adotada pelo jornal, até mesmo a política econômica e administrativa posta em prática na empresa, incluindo-se aí os critérios de recrutamento, seleção e promoção de pessoal, a soma e os alvos dos investimentos, em recursos técnicos e humanos etc.

CENSURA PROFISSIONAL — É a censura exercida pelos próprios jornalistas sobre seus colegas de profissão. Geralmente ela se dá através do esquema hierárquico existente nas empresas: dos diretórios e editores até os escalões inferiores; mas ocorre, também, no mesmo nível da escala hierárquica e, mesmo, de baixo para cima.

CENSURA IMPOSTA — É toda censura sofrida pela empresa jornalística ou pelo jornalista profissional, não aceita por um ou outro. Apresenta-se sob diversos tipos:

1) **Censura Prévia ou «a priori»:** A censura prévia destina-se a impedir que o leitor tome conhecimento de informações e opiniões. São quatro as modalidades mais comuns de censura prévia:

• **Censur na Redação.** Um funcionário do Governo (geralmente do Ministério da Justiça) faz, na Redação, a triagem de materiais já elaborados e decide sobre sua publicação ou não.

• **Originais na «Censura».** As empresas jornalísticas são obrigadas a enviar todo o material elaborado (textos, títulos, fotos, ilustrações, filmes, ou o roteiro do material) a uma repartição governamental (geralmente, uma dependência do Ministério da Justiça), na própria cidade do órgão de imprensa ou em outro local. O material é então «liberado», no todo ou em parte, para a publicação.

• **Fechamento da empresa.** O Governo, exercendo seu poder coercitivo legal ou não, impede o nascimento de uma empresa jornalística ou fecha uma já existente, cortando, assim, esse canal de comunicação com os leitores.

• **Cerceamento ou violência contra o jornalista.** O Governo, exercendo seu poder coercitivo, legal ou não, impõe ou proíbe a atividade do jornalista profissional, seja ele ou não diretor responsável pela publicação. Há inúmeras grada-

ções desse cerceamento: desde convites periódicos e sistemáticos para comparecimento a delegacias policiais, até a submissão do jornalista a processos penais, passando, ainda, pela repressão e pela violência mais drásticas.

2) **Censura a posteriori,** nas seguintes modalidades:

• **Apreensão da edição.** Submetidas ou não a censura prévia, uma ou mais edições de um jornal podem ser apreendidas pelo Governo, parcial ou totalmente. A sistemática apreensão da edição leva, quase sempre, ao fechamento da empresa.

• **Empastelamento ou depreciação das instalações do jornal,** e que também constituem formas de censura imposta «a posteriori».

• **Fechamento ou suspensão temporária da empresa.** A publicação de informações ou comentários a despeito de proibições prévias pode resultar na suspensão temporária (total ou parcial, como no caso de programas de TV) ou ao Fechamento definitivo da empresa jornalística.

• **Cerceamento ou violência também são usados,** como represália, contra jornalistas e donos de empresa, após a publicação de notícias ou comentários que contrariam os interesses do Governo.

CENSURA CONSENTIDA OU AUTO-CENSURA. Ao contrário da censura imposta, a auto-censura parte do empresário ou do jornalista ou é por ele aceita e admitida. Mas é uma resultante direta da censura imposta: é o quadro geral da censura conjuntural existente no Brasil de hoje que leva todos os donos de jornal e todos os jornalistas brasileiros a exercerem, em maior ou menor grau, várias e múltiplas formas de auto-censura. A auto-censura pode, basicamente, ser do empresário de jornal ou do jornalista:

• **Auto-censura do empresário do jornal.** O dono do jornal, por estar em conformidade com os princípios políticos do Governo, ou por temer pressões ou represálias econômicas e políticas, auto-limita sua liberdade empresarial, consentindo em não tratar de certos temas, em não dar certas informações ou não fazer certos comentários. A auto-censura do empresário, num período conjuntural, soma-se, assim, a censura empresarial que normalmente ele exerce sobre seus empregados jornalistas.

• **Auto-censura do jornalista.** Igualmente por estar de acordo com os critérios censórios do governo, ou por temer pressões econômicas e políticas, do Governo ou do próprio patrão, o jornalista aceita passivamente as restrições ao seu livre exercício profissional, ou, mesmo, toma a iniciativa de auto-limitar sua capacidade de informar e ser informado, de analisar e interpretar. Muitas vezes, é o próprio jornalista — pois é ele quem domina a técnica de sua profissão — que sugere, ao patrão ou ao Estado, as formas de impedir ou restringir a livre circulação de informações e comentários.

CENSURA INDIRETA — O conjunto de formas e tipos de censura até aqui descritos constitui o que pode ser chamado de censura direta, pois atua diretamente sobre a empresa, sobre o jornalista e sobre o produto do trabalho jornalístico. Há, contudo, um outro conjunto de circunstâncias que também restringem a livre comunicação social, e que pode ser considerado como censura indireta.

Censura indireta é a que prescinde de uma ação governamental sobre a empresa ou o jornalista para ser exercida, mas que igualmente tem como resultado afastamento da coletividade do processo de participação política. Podem distinguir-se quatro modalidades de censura indireta:

1 — **Condições culturais** — As condições culturais de uma determinada sociedade, num momento histórico dado, porém dificultar o processo de comunicação social. Na medida em que o Estado, o Governo, ou as classes economicamente dominantes, por ação ou por omissão, não transformam nem permitem a transformação dessas condições, estarão exercendo uma forma indireta de censura. Assim, em relação à Sociedade brasileira atual, o altíssimo índice de analfabetos deixa a grande maioria da população à margem de qualquer processo sistemático de informação, de análise e interpretação da realidade e de oportunidade de manifestar as próprias aspirações e necessidades. Igualmente, em rela-

ção aos próprios jornalistas profissionais, o alto índice de inqualificação, agrava pela concepção elitista das formas convencionais de formação profissional e da admissão ao mercado de trabalho, reduzem extremamente o poder de observação e de análise da realidade, que o jornalista poderia praticar, mesmo a despeito das formas de censura direta; seja inqualificação, ou parca qualificação intelectual do jornalista, mantida pelo sistema político, econômico, educacional e empresarial, constitui um forma de censura direta aos leitores.

2 — **Pressões econômicas** — Ao lado das condições culturais, as pressões econômicas também constituem formas de censura indireta. Elas se manifestam através das relações entre os anunciantes e a empresa jornalística, das relações entre a própria empresa jornalística e os empregados jornalistas e das relações entre os jornalistas e o seu mercado de trabalho. O cuidado em evitar informações ou análises que possam ir de encontro aos interesses dos grandes anunciantes, a dependência econômica das empresas jornalísticas em relação ao governo, aos anunciantes e aos leitores habituais, as dificuldades de promoção profissional ou de melhoria salarial dentro da empresa a dificuldade de entrar no mercado de trabalho ou de perder o emprego obtido — tudo isso, enquanto for mantido, constitui uma forma indireta de restrição à liberdade de comunicação social.

3 — São, ainda, formas indiretas da censura os obstáculos circunstanciais ao livre exercício profissional do jornalista: as dificuldades, naturais e artificiais, de acesso às informações e às fontes de informações, a parcimônia de recursos postos pelas empresas à disposição da atividade propriamente jornalística, o sigilo imposto pelas grandes organizações, públicas ou privadas etc.

4 — Por último, uma significativa modalidade de censura indireta é a mediação que se estabelece entre o acontecimento e o leitor e entre a fonte de informação e o jornalista, mediação essa que decorre do próprio fato de ser a imprensa concebida, atualmente, como uma especialidade cultural. A própria seleção que os jornais e os jornalistas habitualmente fazem do real para escolher determinados fatos, merecedores de serem impressos — e que adquirem, assim, o status fictício de «fatos jornalísticos» — está carregada de conotações ideológicas, que podem não corresponder, necessariamente, aos interesses concretos de seus leitores, muito menos de toda a sociedade. Portanto, estabelece-se, entre o real e o leitor, uma mediação artificial, que frequentemente esconde, mais do que mostra, todo o real de todos os leitores. A essa mediação artificial dos fatos acresce-se outra mediação, igualmente artificial, que é a da linguagem usada pelos jornais e pelos jornalistas — também ficticiamente concebida como uma «linguagem jornalística» — e que constitui, frequentemente, uma verbalização do real e uma retificação do verbal, num processo contínuo de afastamento entre o leitor e o real, isto é, o seu concreto cotidiano. Um exemplo dessa dupla mediação obscurecendo a compreensão da realidade — e portanto, constituindo uma forma indireta de censura — é o tratamento que os jornais e as revistas brasileiras dão, normalmente, aos chamados «fatos econômicos»: tanto a seleção dos fatos, quanto a da linguagem, procuram evitar que a maior parte dos leitores perceba que está sendo economicamente explorada e paulatinamente levada a crises insolúveis pela política econômica tradicional.

Por outro lado — tratando agora da mediação entre o jornalista e as fontes de informação — na imensa maioria das vezes, os órgãos de comunicação de massa substituem a sua condição de fonte geradora de informações e comentários alheios. Isto é, os jornais, cada vez mais, reduzem o espaço e os recursos para dizer as coisas e aumentam o espaço e os recursos para relatar o que outros dizem. E, através dos conhecidos mecanismos de «press-releases», escritos e orais, e do sistema de «off-the-records», os jornais e os jornalistas relatam-a criticamente o que os outros dizem. Esse «outros», naturalmente, refere-se ao Estado, ao Governo ou às grandes corporações econômicas e políticas, públicas ou particulares. Assim, o leitor é indiretamente censurado, com a ação passiva e a omissão ativa do jornal e do jornalista.



Documento

Origem das comissões operárias na Espanha

Na semana passada publicamos, por sugestão de um leitor, um documento das «Comissões Obreras de Madrid», no qual é explicado o objetivo deste instrumento de organização independente da classe operária. Agora, vai a outra parte, que trata das origens das comissões, localizadas no contexto particular da história da Espanha.

Durante muito tempo, a classe trabalhadora esteve totalmente indefesa. Nossas organizações destruídas, nossos militantes perseguidos, nossos periódicos e locais confiscados. Em substituição a isso, montaram umas estruturas (o Sindicato Vertical) imobilistas, que por não serem independentes estão a mercê dos patrões, que por não serem democráticos carecem de toda representatividade (principalmente para os níveis superiores a empresa, na chamada «linha de mando ou política», que é onde se tomam as decisões), que por não disporem de meios de pressão eficazes (entre eles, o direito de greve) nos deixam indefesos diante dos empresários.

Na realidade, estamos excluídos dos centros em que se tomam as decisões que afetam ao conjunto das nações; excluídos da direção dos sindicatos e dos órgãos de direção das empresas (apesar da lei da co-gestão); excluídos da Universidade e dos Ministérios; excluídos do controle dos meios assistenciais para a família.

Aproveitando-se longo tempo desta situação, a grande burguesia espanhola, utilizando livremente para seu serviço os favores do Estado, reforçou as estruturas monopolistas do capitalismo até um grau tal de concentração que hoje em dia a maior e melhor parte de nossa riqueza está nas mãos de um punhado de latifundiários, banqueiros, grandes industriais e comerciantes nacionais e estrangeiros.

Nem um só dia sem luta

No entanto, apesar das terríveis dificuldades de todo tipo, nós os trabalhadores não deixamos de lutar nem um só dia por nossos interesses de classe. Seria interminável enumerar as milhares de ações operárias, desde a simples

ida de uma comissão até o patrão, até a greve, que vem se produzindo na Espanha desde 1939 até nossos dias. Somos conscientes de que esta acumulação de esforços e sacrifícios operários foram o elemento essencial que possibilitou o nascimento das Comissões Operárias com as características que elas tem hoje.

Por outro lado, para ninguém é um segredo que o capitalismo espanhol, que o Estado, se viram obrigados pela pressão das massas e por suas próprias falhas internas a tomar uma série de medidas que aceleraram o processo de luta de classes. Neste sentido não é útil recordar que para o ano de 1956 a crise econômica da burguesia era dramática. A política econômica das autoridades manifestou-se como um fracasso e o País estava na beira do desastre. A pressão das massas (importantes greves de 1956/57) aceleraram a crise ao obrigar o Governo a um aumento geral dos salários (a famosa subida demagógica patrocinada pelo então ministro do Trabalho). Automaticamente subiram os preços e a corrida entre estes e os salários se fez infernal. Diante dessa situação, a oligarquia espanhola optou por mudar de política, colocar-se nas mãos dos grandes monopólios estrangeiros e tentar sanear a economia, isto é, salvar seus negócios mais uma vez às custas dos trabalhadores: isto foi o chamado «Plano de Estabilização».

Os operários ainda nem vivo na memória o que foram aqueles anos de «estabilização», quando nossos salários se viram reduzidos em uns 40 ou 50% e muitos de nós foram obrigados ao desemprego e à emigração. Naquela ocasião, os trabalhadores não tinham com que se defender eficazmente, porque estavam praticamente inertes ou de mãos amarradas diante da voracidade de um capitalismo antinacional e sem escrúpulos.

As primeiras brechas

Porém, por outro lado, nem tudo se apresentava cor-de-rosa para a burguesia. Esta mudança na política econômica exigia certas transformações na legislação trabalhista; nas relações jurídicas entre patrões e operários. Para os monopólios espanhóis era vital, com o fim de não ficarem asfixiados pela pressão exterior e interior, aumentar a produtividade dos operários, quer dizer, aumentar e sistematizar a exploração dos mesmos, aplicando as modernas técnicas de racionalização do trabalho, liberdade de demissão etc., que conhecemos muito bem como as velhas regulamentações nacionais de trabalho, ditadas pelo Ministério do Trabalho e que se por um lado congelavam os salários, por outro também freavam a produtividade do trabalhador.

Era pois necessário mudar e para isso lançou-se em 1958 a Lei de Convênios Coletivos. Ainda que a literatura oficial apresentasse os convênios como um instrumento eficaz para elevar o nível de vida do operário, a realidade foi que na primeira fase, só serviu para aumentar o rendimento do trabalhador. Porém a manobra, como todas as manobras, tinha dois gumes, pois a aplicação da lei punha pela primeira vez frente a frente patrões e operários em torno de uma mesa de negociações para discutir sobre o contrato de trabalho. Para o capitalismo, a «operação» era arriscada, porém os monopólios e o Estado confiavam em que o Sindicato oficial serviria de intermediários e frearia qualquer ação dos trabalhadores. Efetivamente, o Sindicato, chegada a hora de poder demonstrar alguma validade para os trabalhadores na discussão dos Convênios Coletivos, bateu em retirada definitivamente, aparecendo diante da classe trabalhadora como instrumento ineficaz e vendido aos patrões. Como se isto fosse pouco, ficava, e ainda fica, o recurso — no caso de que a pressão trabalhadora supere o obstáculo do Sindicato Vertical, de recorrer ao Ministério do Trabalho para que, por meio de práticas de desvirtuamento dos convênios, pudesse reduzir a nada nossas aspirações.

O surgimento das Comissões

Contudo, o capitalismo e seus servilhões não tiveram em conta que estão mudando muitas coisas na Espanha. A vida moderna aumenta as necessidades dos trabalhadores, além do fato que os novos meios de informação nos oferecem diariamente uma imagem ou referência com relação a outros países; a tarefa realizada ininterruptamente pelos militantes do Movimento Operário eleva a consciência dos operários uma nova geração de trabalhadores se lança à luta sem o preconceito do passado. A unidade da própria burguesia começou a ruir, debilitando as possibilidades de reação e manobra das autoridades.

Nestas condições, não se fez esperar a resposta dos trabalhadores. Nas grandes greves da primavera de 1962 nas Astúrias, Catalunha e no País Basco, temos os primeiros exemplos do encontro daqueles fatores descritos anteriormente e que estarão no origem do nascimento das Comissões Operárias.

Nestas ações nasceram as primeiras Comissões Operárias com características similares às que tem hoje nas nossas. Nessas ações os trabalhadores romperam sistematicamente as estruturas sindicais, elegendo democraticamente, no próprio centro de trabalho, os seus autênticos representantes, obrigando ao atual sindicato oficial a recebermos e obtendo os primeiros aumentos de salários significativos desde 1956.

Concretamente, em Madrid estas comissões nasciam e morriam com cada reivindicação, até que depois de múltiplas ações os militantes operários mais ativos, que vão se formando por meio delas, compreenderam que não só era possível mas também necessário dar vida permanente a estas formas novas que o movimento de oposição sindical as estruturas oficiais toma nas atuais circunstâncias.

Comissões e lutas de classes

Assim nasceram os primeiros contatos entre metalúrgicos de Pego, Standard, Marconi, Perkins, CASA etc., diante da necessidade de pressionar

para obter 20% de melhoria salarial e um melhor Convênio Coletivo do Metal. Assim surgiu desta necessidade, porém, espontaneamente, a Comissão Provincial da Metalurgia de Madrid, numa reunião de cerca de 600 operários do ramo, enlances sindicais, vogais jurados e militantes sindicalistas. Nesta reunião, ocorrida na sede do Sindicato Provincial do Metal, estavam presentes o vice-secretário provincial da Ordenación Social, o presidente do citado Sindicato do Metal, o presidente da Seção Social e outras autoridades do sindicalismo oficial. Sobre esta experiência nasceria a Comissão Provincial Imprensa, Papel e Artes Gráficas e das Assembléias de trabalhadores que realizaram no «Círculo Social Manuel Mateo», contando também neste caso com assistência e participação de autoridades sindicais verticais como o presidente da Seção Social Central do Sindicato do Papel e Artes Gráficas, o procurador

das Cortes senhor Zaragoza, etc. Por estes mesmos canais surgiram as Comissões da Construção, Química, Transporte, Bancos e Ensino.

No dia 31 de janeiro de 1966 se deu a conhecer uma declaração de princípios intitulada «Perante o futuro do sindicalismo» que respondia perfeitamente ao espírito das Comissões Operárias, afirmando o seguinte: «O sistema capitalista gera e condiciona a luta de classes. Em um sistema sócio-econômico capitalista não há possibilidade de harmonizar os interesses de dois grupos em luta, situados em posições contrapostas. Os trabalhadores devem compreender claramente que formam um mundo marginalizado pela sociedade capitalista. Eles são os despossuídos, os que recebem as migalhas de um sistema sócio-econômico injusto, não só em dinheiro, como também em cultura, em responsabilidades, em participação.»

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc., para Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo CEP: 05415.

Aparte

A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

Anistia urgente!

Gerald Thomas, da Anistia Internacional, anuncia campanha contra torturas, assassinatos políticos e prisões no Brasil.

Para ver e ouvir, olhos e ouvidos super-attentos, ele chegou ao Rio de Janeiro no dia 14. Na última segunda-feira deslocou-se para São Paulo, onde ficou até a quinta, cumprindo um roteiro rápido, porém intenso, incluindo visitas a advogados de presos políticos, ex-presos e lideranças sindicais.

Gerald Thomas, o visitante, um jovem inglês que tanto tem de calmo quanto de taxativo em suas declarações, é funcionário da Anistia Internacional, tendo dedicado os últimos dois anos e meio a um caso bastante conhecido nosso: a repressão no Brasil.

Além de contatos com os Comitês de Anistia do Rio e São Paulo - CBAs -, ele fez questão de procurar também outras entidades e pessoas que de um modo ou de outro defendem os direitos humanos no país, a fim de «conhecer o real, sem distanciamento, sem abstrações».

Em São Paulo, Gerald Thomas hospedou-se na casa da atriz Ruth Escobar,



Gerald Thomas

integrante da Comissão Executiva do CBA. Ali, na noite do domingo, dia 18 ele falou ao EM TEMPO (J.B.)

Qual a sua exata missão nesta viagem ao Brasil? Você me disse há pouco que pretende ver e ouvir... Mas ver o quê? Para quê?

Vim para ver, depois de passar dois anos e meio conhecendo o Brasil através de jornais e tendo uma imagem bastante enervada da situação, não é? Os jornais em geral apresentam a situação brasileira como algo maduro, bem feito. Então resolvi estar aqui, ver e ouvir, porque não acreditava em tudo que lia. Porque os jornais mostram os casos em duas categorias: o que acontece na legalidade e o que acontece na ilegalidade. Ai se chocam muito quando ocorre algo fora da lei. Vamos dizer: a prisão arbitrária de uma pessoa, um sequestro, como foi o caso do pessoal do Movimento de Emancipação do Proletariado-MEP ou do Celso Brambilla aqui em São Paulo. Mas, se tal tipo de sequestro fosse legalizado, eles já não se chocariam tanto. Tentam mostrar que a questão é estar, ou não, dentro da lei vigente, da Lei de Segurança Nacional. Ora, isso para mim é algo totalmente irreal, porque o que de fato vale são os atos. E estes (legais ou ilegais) chocam metade do mundo! Então, eu precisaria vir ao Brasil pra ver a coisa de perto, ver as divergências, ver um pouco da bagunça - digamos -, ver o real pra ter uma ideia mais exata.

Você tem certamente acompanhado os movimentos pela anistia que ora se desenvolvem no Brasil, né? Tivemos a criação de CBAs, tivemos um Congresso Nacional pela Anistia. Há uma

grande agitação em torno do assunto, a coisa já se organiza, se estrutura. Que tipo de avaliação você e a Anistia Internacional fazem dessa movimentação toda?

Eu não posso julgar o trabalho daqui. Muito menos quando falo em nome de uma organização como a Anistia Internacional. Eu tenho, vamos dizer, as minhas reservas pessoais quanto ao desempenho dos comitês, mas não a ideologia deles. Bem, eu ainda não assisti nenhuma reunião desses comitês; o que tenho são relatos. Então prefiro aguardar para conhecer melhor. Mas acho que junto com todos os movimentos recentes, como o dos metalúrgicos, do Custo de Vida, dos sindicatos, o que está acontecendo neste país após 14 anos de repressão é algo muito natural! Acho também que a coisa pode funcionar de modo contraditório. No Brasil, eu sinto que se coloca muita ênfase em determinados fatos durante um certo tempo. Depois, logo se esquece. Se tais coisas não são muito bem coordenadas e planejadas, elas caem no esquecimento. Ou o trabalho passa a fazer parte apenas de um grupo de elite. Isso pra mim demonstra um problema grave, talvez de estrutura. Agora, quero deixar claro: eu estou aqui falando em nome pessoal. Antes, houve duas missões da Anistia Internacional ao Brasil, alias so uma delas oficial. A do Thomas Hammarberg foi também particular, lembram-se? Mas houve um escândalo e ela acabou sendo uma missão da Anistia.

De que valeram as duas missões? A mais recente foi a da Patricia Feeney, não?

Eu senti que as duas se distanciaram bastante da realidade daqui, porque há o problema da imparcialidade que a instituição nos impõe. Então as pessoas têm talvez tendência de exagerar isso, a imparcialidade, e ai se distanciam demais. Ai ocorrem contatos superficiais. E a informação que chegou para nós em Londres foi praticamente irrelevante, eram coisas que poderíamos ter através de jornais ou de contatos que visitam Londres ou Paris. O que realmente quero fazer, desta vez, é me jogar no negócio e ver tudo - não como estrangeiro no Brasil. Alias, nesse momento, eu acho irrelevante um estrangeiro ou uma organização estabelecida no estrangeiro estar aqui. Bastante mais importante é o que os comitês locais estão fazendo. Quero me sentir um pouco parte do CBA do Rio, de São Paulo de Minas de outros Estados. Depois voltar sabendo como a coisa funciona.

Haveria possibilidade (ou interesse) de instalação de um departamento da Anistia Internacional no Brasil?

Não. O papel da nossa instituição seria de fora para dentro; não ao contrário. Pelo seguinte: um núcleo local da Anistia Internacional não trabalharia em favor dos direitos humanos no próprio país onde se instala, mas em favor de outros países. Não quero entrar em detalhes dessa coisa, de estatutos, mesmo porque quem sofre ou ganha com isso não são pessoas que estão opinando aqui agora.

Anistia no Brasil: a campanha no exterior.

O que a Anistia Internacional está pensando em fazer concretamente na luta por direitos humanos no Brasil?

É o seguinte. Estamos preparando uma grande campanha em prol da anistia no Brasil. É era impossível fazê-la sem saber exatamente o que está acontecendo aqui dentro e não é nada bom entrar em contradição com o que os grupos locais estão fazendo. Em vez disso, devemos fazer as coisas literalmente coordenadas para não entrarmos em contradição frente as autoridades.

Como é feita esta campanha?

Temos um departamento de campanhas que faz todas essas coisas para todos os países. Geralmente se faz um livro sobre a situação do país. Sobre o Brasil, o último relatório que nos temos, data de 1974. É muito antigo. Além disso, estamos preparando demonstrações em frente as embaixadas, tentando manter contatos com autoridades brasileiras fora do Brasil. Manda-se cópias de documentos para o presidente do país e tenta-se obter muita publicidade, tentando demonstrar que a realidade do jeito que está não pode prosseguir durante muito tempo. Alguma coisa vai se radicalizar e a gente tenta ganhar algum espaço.

Quando será iniciada a campanha?

Brevemente. O mais breve possível. Talvez em fevereiro. As informações que eu vou levar agora farão parte de um dossiê que terá que passar por toda a hierarquia da Anistia Internacional.

O que vocês pretendem fazer frente às embaixadas?

Passeatas, piquetes... A própria Anistia coordenando? Sim. Piquetes, milhares de pessoas engarrafando o trânsito. Tentando falar com o Roberto Campos, em Londres, com o embaixador em Paris. Exigindo deles um discurso, um debate, qualquer coisa. Checando o representante do I.B.C. no exterior. Pessoas que representam o capital brasileiro no exterior. Isso em todos os países onde a Anistia Internacional tem seção.

Onde vai pegar mais forte? Em que local a Anistia tem mais força?

Onde temos mais força eu não sei. Mas onde o governo brasileiro tremeria muito mais seria na Alemanha, no momento devido aos fortes vínculos comerciais. Alias, essa seção alemã apresentou uma boa performance quando da última visita do Geisel.

Em Colômbia?

E. Lá tem um forte núcleo. Como também em Londres, Paris e nos EUA.

Os presos políticos brasileiros, pelo seu relatório, são exatamente quantos?

143. E 71 são adotados pela Anistia Internacional.

Mas a Anistia Internacional poderia adotá-los todos de uma vez?

Bem. Vamos esquecer a categoria de adoção. O que a gente decidiu foi apoiar uma

campanha de anistia geral e irrestrita no Brasil. Então você não pode fazer diferença entre casos de adoção e investigação. Os grupos de adoção vão continuar no trabalho em favor dos presos individuais. Mas, em termos de campanha, que é a coisa mais forte, são abrangidos todos os presos políticos. No caso da tortura, fazemos campanha pela abolição dela para todos, claro, da pena-de-morte também, abolição de tudo inclusive para presos comuns. E talvez surja um tema interessante para a campanha relativa ao Brasil, que é o problema dos índios. Pelo que tenho lido, esse projeto de «Emancipação» do governo tem sido muito criticado, né? Hoje mesmo no jornal, o Darci Ribeiro fez uma comparação deste projeto ao critério nazista de dividir as raças, ao critério também da KUKlux-Klan.

O Jornal do Brasil de domingo afirma que você, Gerald, estaria aqui defendendo somente os presos políticos de consciência, de cideias, deixando de lado o pessoal acusado de ter feito ação armada, etc. Como você se explica?

Isso foi uma coisa que o reporter daquele jornal não me perguntou. Ele não tratou do assunto. Se ele tivesse me perguntado, responderia que no momento a gente não pode se preocupar em separar entre quem praticou violência e quem não praticou. Todos são presos. Pois uma coisa é básica: a gente tem que se guiar pelas acusações do governo. E o governo acusa um sujeito de ter praticado a violência, mas esse governo não é creditável, porque o sujeito assinou uma confissão sob tortura, o governo torturou-o. Muitas vezes, as pessoas morreram sob tortura, como é o caso de Vladimir Herzog e tantos outros. Então a gente não pode tomar como consumado, como legítimo, o fato de a Auditoria Militar ter denunciado o sujeito de ter praticado a luta armada. Partimos do princípio de que o governo é tendencioso. Nesse sentido, o governo - que torturou - errou tanto ou mais do que as pessoas que supostamente participaram da luta armada. Que o governo fez? Torturou, matou, desapareceu com muita gente, mutilou, massacrrou. Acho incrível que existem pessoas, presas, que ainda estão vivas no Brasil! E o caso de Inês Etienne, por exemplo, que foi um caso deveríssimo de tortura. Eu fico impressionado pelo que essa mulher passou e ainda se mantém viva. Quem errou? Uma pessoa que alegadamente teria feito assalto a banco? Estas são acusações dificilmente prováveis. Enquanto isso, há os casos de Helio da Silva, Carlos Alberto Sales, Jesus Paredes Sotto, que têm evidências de torturas em seus corpos!

Final, houve um julgamento recente no caso do Vlado Herzog - onde o governo, a dita União, foi considerada responsável pela morte de um prisioneiro político no Brasil.

Tá legal. Foi um brake, uma quebra de tudo que havia. Mas eu gostaria de ver a coisa ir além. Tem o caso de Manuel Fiel Filho pela frente, do jornalista Mario Alves e outros tantos.



Origem, metas e lutas da Anistia Internacional.

Explique para nós como é que funciona a Anistia Internacional, sua estrutura, suas metas, suas lutas...

Bem. É difícil pensar a Anistia Internacional como organização que se sustenta a si própria sozinha. É obvio que, como organização, ela pode fazer pressão internacional sobre um determinado governo, mas isso só pesa de modo elitista. Digamos: pressão em cima de um governo do 3º Mundo que se sinta frágil. Mas acho que o importante da entidade é o instrumento de insistência que ela representa num mundo de burocracia e de diplomacia internacional. Isso levou muito tempo pra se tornar possível, pra se conseguir. Temos ONU, OEA, UNESCO e vários outros organismos, que não têm departamentos de direitos humanos que funcionam bem. Então a Anistia Internacional atua como vigilante do respeito aos direitos humanos.

Quando foi esse momento que surgiu a Amnesty International? Como foi?

Um advogado inglês, Peter Benenson que já tinha sido prisioneiro de guerra na França, foi o iniciador. Nos anos 1959 e 60, quando a PIDE em Portugal estava extraordinariamente repressiva, um jornal semanal - conservador inglês - The Observer - começou a publicar notícias de pessoas que estavam desaparecendo em Portugal e que estavam sendo severissimamente torturadas e assassinadas durante o regime Salazar. Ai o Peter Benenson leu sobre o assunto, sensibilizou-se pela causa, sobretudo quando soube que três pessoas foram sequestradas e mortas quando se encontravam tranquilamente numa café em Lisboa. Então ele se juntou a um grupo de advogados e organizou uma passeata na frente da Embaixada de Portugal em Londres. Isso formou-se um comitê pequeno de direitos humanos, que foi descobrindo outros casos, outros dramas. Bem perto dali mesmo, na Irlanda do Norte, estava ocorrendo a mesma situação. Logo, compreendeu-se que não fazia sentido cuidar do problema apenas num país - Portugal. A seguir, o pequeno comitê foi crescendo, se desenvolvendo, fazendo passeatas; e a coisa se transformou numa organização internacional. Em 1963 foi feito o estatuto da entidade, definiu-se seu caráter. Começou-se a procurar uma sede; a clarear-se pelo mundo a ser vigilante. Ai que Peter Benenson caiu fora e entrou em cena o Sean McBride, também já um ganhador do Prêmio Nobel e Prêmio Lenin da Paz, e que se tornaria coordenador filosófico da instituição, de sua linha atual.

A instituição tem milhares de sócios no mundo inteiro, não é? Tem em quantos comitês e tal. Como entra o Brasil nessa história?

Sim, a Anistia Internacional funciona através de sócios em todo mundo. Estima-se em 220 mil sócios, que são pessoas que estão na entidade por terapia ocupacional ou realmente por respeito aos direitos humanos. No Brasil, existem perto de 70 contribuintes, que recebem todas as nossas publicações, etc. Os contribuintes, ou sócios, são - na prática - apenas assinantes de nossas publicações; eles existem em 107 países.

Desafio ao governo brasileiro: prisões de jornalistas argentinos no Galeão.

O 1º Congresso Brasileiro de Anistia, feito há pouco em São Paulo, teve - entre outras - uma deliberação que parece inovadora. Ele ampliou o conceito de luta pela anistia, ampliou o universo dos possíveis beneficiados. Ao invés de pensar apenas em presos políticos, passou-se a pensar também nos movimentos sociais, nas ações de massa, em termos de uma defesa prévia dos direitos humanos dos setores de massa. Entram aí: direito de greve, direito de constituição de comissões de fábrica, etc. Enfim, passou-se a entender que a luta pela anistia precisa se tornar popular, significando - basicamente - a defesa da liberdade de organização e expressão. Isso seria aceito pela Anistia Internacional? Tá certo?

Estou de acordo. Eu acho que não há diferenças como tese da Anistia Internacional. O que distingue é que os comitês locais entrariam em ação antes do fato consumado (da prisão etc); e a Anistia Internacional não poderia entrar depois (quando as pessoas vão presas, etc). Nosso estatuto não inclui defesa prévia, e um estatuto limitado, mas algo que já conseguiu muita coisa. Importante seria, pois, o trabalho conjunto, articulado, não é?

Flávio Koutzli, você deve saber, é um brasileiro, gaúcho, que se encontra preso na Argentina. Ele foi condenado há seis anos, enfrenta risco de vida na cadeia...

Sim. E além do Flavio, tem outro brasileiro preso na Argentina, que é Jorge Basso. Este nome ninguém fala nele, né? Talvez seja ignorada sua prisão aqui. Eu tenho visto as atitudes do governo brasileiro em relação ao caso de Flavia Shilling, presa no Uruguai. E as atitudes do Itamaraty - no caso de Shilling - têm satisfeito até certo ponto. Há, como se vê, uma certa contradição: o brasileiro não aguenta ver um brasileiro preso fora do país, mas no Brasil aguenta! Agora, na Argentina a situação continua caótica, morre gente a centenas, enquanto que o Uruguai entrou numa fase mais estabelecida.

Brasil importa e usa bombas já condenadas

Há um grande intercâmbio internacional dos aparelhos de repressão, não é? Temos notícias de treinamentos de torturadores, de fornecimento de tecnologia. Que mais? De que modo o Brasil tem entrado nessa?

Vou contar um fato novo. Falo da aquisição pelo governo brasileiro de produtos químicos ilegais nos Estados Unidos. Isso não se deu no governo Médici, mas no governo Geisel, que parece ter sido menos repressor, não é? O Brasil importou lixo da empresa Smith and Wesson, aquela que faz o revolver, etc. Esta indústria fabrica nos Estados Unidos um tipo de bomba que era para ser usada nas ruas por brigadas de choque. Mas tal produto foi condenado e banido nos Estados Unidos porque causou severos danos às pessoas que foram atingidas por ela em 1971. Agora, depois de 5 anos, o produto foi comprado pelo Brasil. Foram importados 1.326 latões desse produto, que aqui entrou pelo porto de Vitória carregado por um navio cargueiro. Este produto foi usado aqui quando se deu a invasão da PUC de São Paulo em 22 de setembro de 1977, que provocou os danos e queimaduras nas estudantes Iria Visona, Maria Cristina Raduan e Graziela Eugênia Augusta, e talvez em outras, mas nos só sabemos dessas.

E o negócio de tecnologia?

Hoje em dia o Brasil está tentando importar uma máquina, da qual não posso falar muito porque entendo muito pouco de eletrônica. Essa máquina é capaz de fazer uma análise completa do indivíduo a partir da impressão digital. Temos informações de que seriam instaladas duas centrais, uma em São Paulo e outra na Bahia.

E o treinamento de policiais brasileiros nos EUA?

Sim. A presença da repressão norte-americana na repressão latino-americana sempre foi notícia. Alias, o Brasil foi um ponto de base. Houve instalações de centros de torturas, verdadeiras escolas de torturas, centros de pesquisa de tortura em vários lugares. Isto data de muito. Você pode pesquisar o vasto material que se encontra na Biblioteca Lindon Johnson, em Washington. Inclusive, muitos generais e coronéis brasileiros passaram pelas famosas escolas de treinamento do Panamá e do Texas, locais onde se aprende a verdadeira tortura. Aqui no Brasil, muitos oficiais, jovens de 18 anos, foram treinados psicologicamente para serem bons torturadores.

Isto ocorreu no governo Médici.

Incrível. Ele adotou a tortura das geladeiras, cadeiras-de-dragão, os CODIs, que ainda não foram desmantelados. Foram investidos neste sistema de tortura aproximadamente 5 bilhões. Se atualmente o governo Geisel não é acusado de torturas, ele pelo menos é acusado de ainda manter vivo todo este esquema repressivo. Veja bem. Em 1977, houve casos terríveis de torturas a Celso Brambilla e 17 pessoas do processo do MEP, no Rio e São Paulo; depois Juracilda Veiga, em Curitiba, que foi sequestrada. E o que o governo vai fazer? Vai decretar uma democracia pensando que as coisas serão resolvidas com palavras. Enquanto isso, na rua Barão de Mesquita no Rio, o centro de torturas continua intacto. Em São Paulo também. Tá a contradição aberta.

A Anistia Internacional, além de lutar pela anistia ampla e irrestrita, luta também pelo fim do aparato repressivo?

Exato. Queremos o fechamento dos centros de torturas e o julgamento dos torturadores. Isso, alias, foi uma coisa pela qual a gente sempre lutou independentemente da anistia. Tortura é uma coisa inadmissível e não pode existir nem em animais. Eu gostaria de ver muita gasolina esparramada pelos locais de torturas e fofosforos bem riscados, para acabar de vez com essa indignidade que é repudiada no mundo todo.

Como são as relações da Anistia Internacional com o governo brasileiro?

O governo brasileiro se porta de maneira muito diplomática. Via de regra, ele ignora solemnemente a Anistia Internacional. Acho incrível que a Patricia Feeney tenha sido convidada pelo ministro Hélio Leite, do Supremo Tribunal Militar, para manter uma conversa. Acho que talvez tenha sido um capricho dele para conhecer as pessoas da Anistia Internacional que estiveram aqui no Brasil. O governo nunca se pronunciou acerca das denúncias veiculadas no exterior, exceto no caso recente da Der. Spiegel, jornal alemão, onde ele era acusado de desviar 290 milhões de dólares dos cofres públicos. Agora, a Anistia Internacional vai pedir mais uma vez ao governo brasileiro para entrar aqui em missão oficial, ou seja, visitando prisões, porque nos contatos anteriores, isso sempre nos foi negado.



Edno Bravins

EM TEMPO